Diário da Manhã

DM 45 ANOS

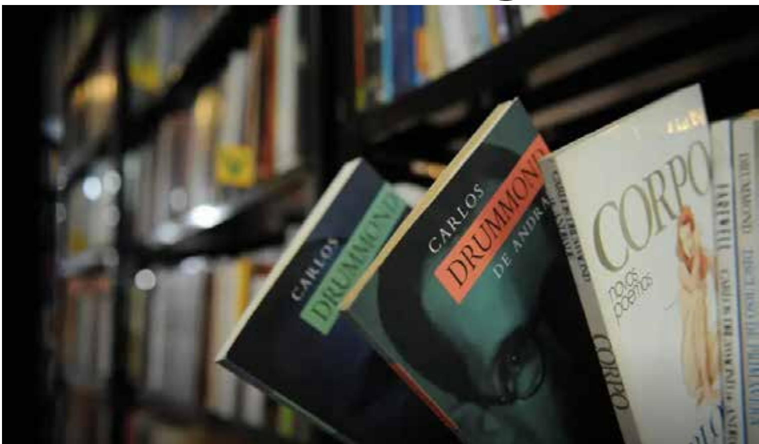
DESDE 1980 — O JORNAL DO LEITOR INTELIGENTE — WWW.DM.COM.BR - R$ 2,50

QUARTA-FEIRA | ANO: 46 | Nº 13.259 | 22H30 - EDITOR-GERAL: WELLITON CARLOS | 19 DE MARÇO DE 2025

Isenção do IR custará R$ 27 bi aos cofres públicos

Lula entregou ontem ao Congresso Nacional projeto de lei da isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R$ 5 mil. Texto também cria desconto parcial para aqueles que recebem entre R$ 5 mil e R$ 7 mil, reduzindo o valor pago atualmente. Ampliação da faixa de isenção custará cerca de R$ 27 bilhões por ano aos cofres públicos. ***Página 10***

Artigos farmacêuticos, médicos e livros puxam crescimento do comércio goiano



Maior destaque permanece dentre produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e cosméticos. Hábito de consumo cultural se fortaleceu em 2024: livros, jornais e revistas teve alta de 9,9%. ***Página 11***

Caiado se destaca na Educação, já Zema e Tarcísio amargam quedas

Governadores e a prioridade à Educação

Reportagem de portal enfoca resultados educacionais de cada presidenciável e destaca desempenho de Goiás e Paraná na Educação. Romeu Zema e Tarcísio de Freitas protagonizam involução no sistema educacional. Folha de S.Paulo destacou saia justa de Tarcísio de Freitas, que não foi convidado para evento nacional de educação em que Ronaldo Caiado e Ratinho Jr foram destaques. ***Página 7***

Goiânia recebe festival de blues



Walter Villaça mostra hoje o esmero com que se dedica à guitarra em show realizado na abertura do Goiânia Blues Festival, no Teatro Sesc Centro, a partir das 20h30. Conhecido pelo trabalho com Cássia Eller e Nando Reis, Villaça subirá ao palco com banda goiana Caboclos. Goiânia Blues levará sete atrações de música instrumental ao Sesc Centro. ***Página 12***

Aparecida terá edição especial do Goiás Social Mulher

A partir de quinta-feira, 20, município recebe estrutura do programa do Governo de Goiás. Gracinha e Ronaldo Caiado são esperados no evento. ***Página 11***

Falsos policiais federais assaltam pousada em Corumbá

Usando máscaras e roupas semelhantes às da Polícia Federal, seis criminosos armados invadiram pousada localizada em Corumbá de Goiás, no Entorno do Distrito Federal. ***Página 2***

CFO vai habilitar cirurgiões-dentistas a realizarem cirurgias plásticas faciais

Documento que autoriza realização de novos procedimentos por dentistas está em fase de finalização pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO). Previsão é de que resolução entre em vigor no primeiro semestre deste ano. ***Página 4***

OPINIÃO PÚBLICA

Três vultos de Goiás seguem para o panteão da imortalidade - Abilio Wolney

A educação ambiental e a política pública de assistência social - Alexandra Machado

Página **19**

DM 45 ANOS



ROTA 190

aulusrg@hotmail.com
ÁULUS RINCON

Crimes em família deixam mortos em Cidade Ocidental e Anápolis



A violência dentro de casa culminou com as mortes de um homem e de uma mulher nesta terça-feira, em diferentes cidades de Goiás. Em um dos casos, o marido alegou que o tiro de espingarda que tirou a vida de sua esposa foi disparado de forma acidental.

A primeira ocorrência, que culminou com a morte de um homem de 37 anos, foi registrada em Cidade Ocidental, município goiano que fica no Entorno do Distrito Federal. Com um profundo corte no pescoço, o corpo de Leonardo Paulo da Silva foi encontrado na entrada da casa dele, no Bairro Mansões Recreio Mossoró.

Ao lado do corpo, os policiais que atenderam a ocorrência encontraram a faca usada no crime. Os indícios são que o homicídio foi praticado pela companheira da vítima, que tem 25 anos, e fugiu do local.

Mesmo já identificada, a mulher, que é técnica em enfermagem, não havia sido localizada até o início da noite de ontem. Vizinhos e familiares contaram que o casal vivia uma relação conturbada, e brigavam constantemente. A identidade da suposta autora não foi revelada.

Em Anápolis, uma mulher foi morta dentro de casa no Bairro Residencial Santo Antônio, após ser baleada com um tiro de espingarda. O esposo dela, que também estava no imóvel, alegou que limpava a espingarda, quando, de forma acidental, acabou disparando contra a mulher.

Encaminhado à Polícia Civil, ele foi preso, e autuado, inicialmente, por homicídio. A polícia, porém, pretende ouvir testemunhas e familiares, e, caso não consiga comprovar a versão, ele pode responder por feminicídio. As identidades do autor, e da vítima, não foram divulgadas.

Degolada em Goiânia

Já foi preso, pela Polícia Militar, um dos suspeitos de participação no assassinato de uma mulher, que teve o corpo encontrado carbonizado, e com a cabeça degolada, na sexta-feira passada, em uma mata no Residencial Real Conquista, em Goiânia. Assim como adiantou o Diário da Manhã na edição de sábado, o crime foi praticado por integrantes de uma perigosa facção criminosa.

Identificado apenas pelo primeiro nome, Kauã, o jovem preso pela PM contou que a mulher foi morta porque estaria devendo um dinheiro referente à compra de drogas, para um dos líderes da facção. No celular dele, os PMs encontraram um áudio, onde este líder ordena o assassinato da vítima. Apesar de já ter sido identificado, o mandante ainda não foi localizado pela polícia.

Falsos policiais federais assaltam pousada em Corumbá

Usando máscaras, e roupas semelhantes às da Polícia Federal, seis criminosos fortemente armados invadiram uma pousada que fica em Corumbá de Goiás. Após renderem e algemarem um dos seguranças, os bandidos, que estavam em uma camionete, foram até a sede da pousada, onde fizeram o gerente, e outros funcionários reféns. Em poucos minutos, os assaltantes, que foram extremamente violentos com as vítimas, fugiram levando celulares, jóias, armas de fogo, e uma determinada quantia em dinheiro. A Polícia Civil já está investigando o caso, mas ainda não conseguiu identificar a quadrilha.

Dona de distribuidora de bebidas vendia cocaína

A distribuidora de bebidas localizada na Avenida São João, no Jardim Nova Era, em Aparecida de Goiânia, segundo a Polícia Militar, era usada pela proprietária apenas como fachada para atrair e atender usuários de drogas. Dentro do estabelecimento, e na casa dela, que fica no mesmo bairro, equipes da Companhia de Policiamento Especializado (CPE) apreenderam 61 porções de cocaína embaladas, já prontas para a comercialização, uma balança de precisão, e nove celulares. Os telefones, segundo apurou a PM, teriam sido trocados por como pagamento por cocaína. A mulher, que teve somente a idade divulgada, 31 anos, foi autuada, em flagrante, por tráfico, e, se condenada, pode passar, de cinco, até 15 anos na cadeia.

Ladrão arrombou mais de 10 casas em Piracanjuba

Em apenas uma semana, um criminoso arrombou mais de 10 residências em Piracanjuba, cidade distante 92 quilômetros de Goiânia. Após conseguirem imagens de câmeras de segurança, policiais civis daquela localidade descobriram que o arrombador é um velho conhecido, que acumula passagens por tráfico, furto e roubo. Preso preventivamente nesta semana, Clayton Ferreira Duarte, 40, que é mais conhecido como "baianinho", confessou ter entrado em cinco casas. A PC, porém, suspeita que os arrombamentos chegarão fácil a 20, e diante da suspeita que o ladrão tenha praticado outros delitos na cidade, decidiu divulgar o nome, e a imagem dele à imprensa.

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus **autores** e não refletem a opinião do veículo **Jornal Diário da Manhã**

A coluna ROTA 190 é publicada diariamente neste espaço

Abate de bovinos registra recorde

Esse é o maior resultado obtido na série histórica da pesquisa. O recorde anterior havia sido em 2013 (34,41 milhões de cabeças)



Abate de bovinos registrou alta de 15,2 em 2024

Wandell Seixas

O abate de bovinos registrou alta de 15,2% em 2024 e atingiu a 39,27 milhões de cabeças abatidas, 5,17 milhões de cabeças a mais do que em 2023. Esse é o maior resultado obtido na série histórica da pesquisa. O recorde anterior havia sido em 2013 (34,41 milhões de cabeças). Os dados são dos resultados completos das Estatísticas da Produção Pecuária para 2024, divulgados ontem pelo IBGE. Os abates de suínos e frangos também registraram recordes, com 57,86 milhões de cabeças de suínos, aumento de 1,2% em relação ao ano de 2023, e 6,46 bilhões de cabeças de frango, incremento de 2,7% em relação ao ano anterior.

A maior oferta de bovinos está atrelada a um elevado abate de fêmeas, que atingiu um recorde de 16,9 milhões de cabeças, com incremento de 19,0% em comparação a 2023, impulsionado por uma fase de baixa do ciclo pecuário, iniciada em 2022.

O aumento da atividade foi acompanhado das exportações recordes de carne bovina in natura (2,55 milhões de toneladas), registradas pela Secex, e pela estabilidade no preço médio da arroba entre os anos de 2024 e 2023 (Cepea/Esalq). As exportações de carne de frango e de carne suína in natura também registraram recordes na série histórica da Secex, tanto em volume exportado como em faturamento em dólares.

"O fortalecimento da economia interna, melhoria das condições de emprego e renda, e a queda na taxa de desemprego que tivemos em 2024 alavancaram a demanda doméstica, contribuindo para o desempenho mais robusto do setor. A demanda internacional por carne também cresceu significativamente. O Brasil ocupa as primeiras posições no ranking de países produtores e exportadores de carne, devido ao nosso rigoroso padrão sanitário", explicou a gerente da pesquisa, Angela Lordão.

Foram registrados aumentos no abate de bovinos em 26 das 27 unidades da federação. Os acréscimos mais expressivos ocorreram em: Mato Grosso (+1,14 milhão de cabeças), Minas Gerais (+670,26 mil cabeças), São Paulo (+558,61 mil cabeças), Pará (+551,44 mil cabeças), Goiás (+472,65 mil cabeças) e Mato Grosso do Sul (+456,87 mil cabeças). Em contrapartida, a única queda registrada ocorreu no Rio Grande do Sul (-153,50 mil cabeças). Mato Grosso continuou liderando o ranking abate de bovinos em 2024, com 18,1% da participação nacional, seguido por Goiás (10,2%) e São Paulo (10,2%).

Abates de frangos

O abate de frangos alcançou 6,46 bilhões de cabeças em 2024, incremento de 2,7% em relação a 2023, representando novo recorde na série histórica. Foram abatidas 172,73 milhões de cabeças de frangos a mais em 2024, em relação ao ano anterior, com aumentos em 19 das 25 unidades da federação que participam da pesquisa. Paraná continuou liderando amplamente o ranking no abate de frangos em 2024, com 34,2% de participação nacional, seguido por Santa Catarina (13,8%) e logo em seguida por Rio Grande do Sul (11,4%).

Segundo Angela Lordão, o Brasil atende a uma grande demanda interna e externa por essa proteína. "Consumimos 65% da produção de carne de frango e o restante, 35% da sua produção, é enviado ao mercado externo. O Brasil, nesse caso, é o maior exportador mundial dessa proteína".

DM 45 ANOS

Luciano Camargo responde sobre rumores de fim da dupla com Zezé

Luciano Camargo abriu o jogo sobre os rumores de um possível término da dupla sertaneja com Zezé Di Camargo. Convidado do Mais Você desta terça-feira (18), o cantor contou que, apesar de se dedicar ao gospel, a parceria com o irmão segue ativa.

No entanto, o artista ressaltou que não há perspectiva de novos projetos para a dupla. "Nós estamos juntos, Ana. O Zezé tem o projeto dele cantando sozinho, que é o Rústico, que é um sucesso por onde passa, e temos o Zezé Di Camargo e Luciano. O meu projeto cantando louvores...", disse.

"Quer dizer, foi uma decisão conjunta de vocês dois?", quis saber a apresentadora. "Sim. Quando eu me converti, eu senti no coração que eu tinha isso como missão, que era levar a palavra para o senhor através da minha voz. No meu olhar, naquela época, era como se eu tivesse que devolver algo para Jesus, mas claro, era o olhar ainda de um menino, de uma criança na fé, porque Deus não pede nada pra gente, Deus não pede nada de volta, mas era um olhar que eu tinha de muita inocência", respondeu Luciano.

"E aí já tinha um pedido da minha mãe de muito tempo atrás, e eu resolvi gravar um álbum, mas sem pretensão de ir conhecer lugares, de ir cantar em lugares. Era só mesmo como muitos outros cantores fizeram, como Elvis Presley fez, como tantos outros nos Estados Unidos fizeram, como aqui mesmo no Brasil, e eu resolvi fazer", continuou o cantor.

Ultraprocessados aumentam em até 58% o risco de depressão

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a depressão afeta quase 6% da população brasileira, o que corresponde a cerca de 12 milhões de



Pesquisa ouviu mais de 14 mil pessoas, com dados coletados ao longo de oito anos

Jornal da Usp

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a depressão afeta quase 6% da população brasileira, o que corresponde a cerca de 12 milhões de pessoas. No mundo, são mais de 300 milhões de diagnósticos. O tratamento envolve terapia e medicação, mas o gerenciamento da doença também passa pela busca de um estilo de vida mais saudável, priorizando atividade física, alimentação e sono equilibrados. Diversos estudos associam estes fatores a uma melhora global e duradoura.

No caso da relação entre hábitos alimentares e depressão, porém, "muito do que se sabe vem de pesquisas conduzidas em países ricos", conta Naomi Ferreira, pós-doutoranda da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP), destacando a falta de dados que considerem a realidade dos países de baixa e média renda.

Pensando em diminuir essa lacuna, ela liderou um estudo com brasileiros focado especialmente na relação entre o consumo de alimentos ultraprocessados e a incidência e persistência da condição psíquica. A pesquisa envolveu mais de 14 mil pessoas, com dados coletados ao longo de oito anos, e revelou que uma dieta com alto teor destes produtos tem um impacto substancial no risco de depressão persistente.

Pesquisa

A pesquisa teve o apoio do Laboratório de Fisiopatologia no Envelhecimento (Gerolab), que investiga o envelhecimento e as doenças crônico-degenerativas associadas. Claudia Suemoto, professora de Geriatria da FMUSP e diretora do Biobanco do Gerolab, já verificou anteriormente a associação entre o consumo de ultraprocessados e o declínio cognitivo na terceira idade, e foi responsável por supervisionar o trabalho recente.

"Os ultraprocessados têm sido estudados em relação a vários desfechos de saúde", explica Naomi. O artigo também contou com a participação de profissionais do Instituto de Psiquiatria (IPq) e da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP.

"As pesquisadoras da FSP trabalharam com o Carlos Monteiro, cientista brasileiro que descreveu pela primeira vez a classificação de ultraprocessados", continua Naomi. Essa classificação, utilizada amplamente em escala mundial, divide os alimentos em quatro grupos: in natura ou minimamente processados; ingredientes culinários processados; alimentos processados; e ultraprocessados (que contêm aditivos como corantes e emulsificantes). No contexto da pesquisa, os grupos 1 e 2 foram unidos, pois os ingredientes são comumente usados na preparação e tempero de alimentos naturais.

Períodos

Ao longo do estudo, houve três períodos de avaliação (ondas): 2008 a 2010, 2012 a 2014 e 2017 a 2019. Dentre os 13.870 participantes anteriormente livres de depressão, o grupo que consumia alimentos não processados ou minimamente processados não apresentou depressão em nenhuma das ondas avaliadas.

Publicada no Journal of Academy of Nutrition and Dietetics, a investigação foi realizada a partir de dados do Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (Elsa-Brasil), que acompanha a saúde de servidores públicos de seis capitais entre 35 e 74 anos. O Elsa acontece em diversos centros no País, e tem como objetivo avaliar o risco na população brasileira para doenças crônicas, em especial, as cardiovasculares e o diabetes. É considerado um levantamento fundamental para a adequação de políticas públicas de saúde às necessidades nacionais. Um dos enfoques do estudo é a dieta da população, associada às condição de vida, diferenças sociais, relação com o trabalho e gênero.

"O Elsa é um marco, porque é um estudo epidemiológico com um acompanhamento longo, e envolve uma população de quase 15 mil pessoas", destaca Naomi. "Esses dados são muito importantes para entender um fenômeno que já é analisado em outros contextos socioculturais, mas que tem suas peculiaridades num País como o nosso, composto de desigualdades e adversidades do ponto de vista socioeconômico. "

Roberta Miranda revela que ela e seu pai se apaixonaram pela mesma mulher

Roberta Miranda, de 68 anos, abriu o jogo sobre sua vida íntima. Em entrevista ao podcast do jornalista André Piunti, a cantora revelou que ela e o pai já se apaixonaram pela mesma mulher.

A 'rainha do sertanejo' relembrou de uma amiga de adolescência chamada Vanda, que brincava em sua casa e dormiam juntas. "Casa era muito pobre, tinha uma cama, um colchão. Dormíamos, ela virada pra lá, eu virada pra cá, e aquela coisa de adolescente, passando a mão, uma coisa tão inocente. E ali, eu acho que eu me apaixonei por ela, e acho que ela se apaixonou por mim", contou.

Para a surpresa da artista, seu pai também se apaixonou pela jovem e, por ser alcoólatra, passou a infernizar a vida da filha. "O meu pai começou a ficar muito agressivo comigo, meu irmão José – que morava ao lado – me viu gritando e me arrancou das mãos do meu pai. 'Pai, você está matando sua filha enforcada'", relatou.

"Depois, eu vim descobrir que era porque ele se apaixonou pela Vanda, que na época era minha paixão. Foi quando eu saí de casa.... Um dia, ele me contou a verdade: que foi apaixonado pela Vanda", finalizou Roberta Miranda.

Caso Vitória: laudo descarta estupro

O caso da adolescente Vitória Regina, de 17 anos, encontrada morta em Cajamar, na Grande São Paulo, continua a chocar a opinião pública. De acordo com o laudo do Instituto Médico Legal (IML), Vitória morreu em decorrência de anemia hemorrágica traumática, hemotórax e ruptura da aorta ascendente, ferimentos causados por um objeto perfuro cortante, como uma faca ou canivete.

Os peritos da Superintendência da Política Técnico-Científica (SPTC) de São Paulo apontaram que a vítima foi morta com três facadas, com ferimentos no tórax, pescoço e rosto, além de sinais de tortura. No entanto, até o momento, não há confirmação oficial de violência sexual no laudo do IML.

A investigação está em andamento, com um suspeito preso, Maicol Antônio Sales dos Santos, e outros dois suspeitos identificados, Gustavo Vinícius de Moraes e Daniel Lucas Pereira. A polícia continua a buscar provas e a analisar materiais encontrados no carro de Maicol, como um fio de cabelo e amostra de sangue.

A polícia também investiga a possibilidade de que Vitória tenha sido vítima de stalking, dado que fotos dela foram encontradas no celular de Maicol desde 2024.

Diário da Manhã
dm.com.br
UNIGRAF UNIDAS GRÁFICAS E EDITORA LTDA
CNPJ: 00.424.275/0001-52
Fundado em 12 de março de 1980
Av. Anhanguera, 2.833, Setor Leste Universitário, CEP: 74.610-010 Goiânia-Goiás Caixa postal: 103

Fábio Nasser **Fundador** | Welliton Carlos **Editor-Geral** | Júlio Nasser **Presidente**

Departamento Comercial - (62) 3267-1000 - comercial@dm.com.br
Redação - online@dm.com.br
Circulação | Assinaturas - (62) 3267-1000

Preço das assinaturas - R$ 49,90/mês | R$ 598,00/ano
Vendas avulsas - Goiás, Tocantins, Distrito Federal e Mato Grosso
Dias úteis: R$ 2,50 | Domingo: R$ 3,50

Ulisses Aesse Editor-chefe de reportagem e coordenador de pauta
Helton Lenine Política
Patrick de Noronha Internacional e Ciência

dm.com.br

dm digital

acervo de edições


Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo Jornal Diário da Manhã

Eufrázio

DM 45 ANOS

CFO habilitará cirurgiões-dentistas a fazerem cirurgias plásticas faciais

Documento que autoriza realização de novos procedimentos por dentistas está em fase de finalização pelo CFO. Previsão é de que resolução entre em vigor no primeiro semestre deste ano

Aline Santos

O Conselho Federal de Odontologia (CFO) anunciou que está em fase final de elaboração de uma habilitação em cirurgias estéticas faciais para cirurgiões-dentistas que comprovem capacitação técnica para a realização desse tipo de procedimento.

Neste sentido, somente os profissionais habilitados e que comprovem obrigações técnicas estabelecidas pelo CFO serão autorizados para a realização de cirurgias faciais.

Conforme o conselho, as mudanças serão graduais e o documento está sendo elaborado para orientar os profissionais quanto aos requisitos necessários para a realização das cirurgias plásticas faciais, visando a segurança do exercício da profissão e a integridade da saúde do paciente.

Os detalhes completos sobre os procedimentos autorizados e as exigências para a realização devem ser divulgados em abril.

Entre os procedimentos que devem ser liberados pelo CFO estão rinoplastia (modificação da estrutura do nariz), blefaroplastia (cirurgia das pálpebras), lifting de face (ritidoplastia), queiloplastia (cirurgia nos lábios) e otoplastia (procedimento nas orelhas). Atualmente, os cirurgiões-dentistas já possuem respaldo legal para a realização de tratamentos na face, sejam cirúrgicos ou injetáveis.

Esses profissionais desempenham importante papel para a restauração da função e da simetria da face, devolvendo a confiança e assegurando maior qualidade de vida aos pacientes.

Conforme o cirurgião-dentista Humberto Andrade, especialista em cirurgia e traumatologia bucomaxilofacial e em cirurgias estéticas da face, a prática dessas cirurgias por dentistas é segura. "Seguimos protocolos reconhecidos cientificamente e os cirurgiões-dentistas estão transformando seus ambientes ambulatoriais em espaços cirúrgicos, seguindo as melhores práticas de segurança para a realização dos tratamentos nos pacientes. Existe um enorme preparo técnico e estrutural para garantir o melhor resultado para o paciente, observando os aspectos relacionados à sua segurança e bem-estar. Além disso, nós já atuamos em planos superficiais, a exemplo da harmonização orofacial, e também em planos profundos, com as cirurgias de trauma da face, sendo essas últimas de alta complexidade. Por isso, essa resolução do CFO é extremamente positiva e autoriza que façamos intervenções em planos intermediários e profundos, que é o caso das cirurgias estéticas da face", afirma.



Humberto Andrade, especialista em traumatologia bucomaxilofacial e cirurgias estéticas da face: "Seguimos protocolos reconhecidos cientificamente"

Face

"A nossa profissão é a que mais estuda os aspectos relacionados à face, por isso, não somos profissionais de boca, mas sim da face. Entretanto, as pessoas não têm conhecimento sobre todas as áreas de atuação do cirurgião dentista e acreditam que a nossa atividade se restringe a boca. Em muitos casos, por exemplo, o paciente tem a face reconstruída e acredita que a cirurgia foi feita por um médico, quando, na verdade, foi feita por um cirurgião-dentista. Vale reforçar que, para a realização de cirurgias faciais, os profissionais precisam realizar cursos específicos de pós-graduação na área de cirurgias estéticas da face, que contam com estrutura teórica e prática para a capacitação. Logo, essa nova resolução do CFO é extremamente positiva. Ganha a odontologia como profissão e ganha a sociedade, que terá acesso a mais profissionais qualificados", pontua Humberto.

Respaldo legal garante procedimentos, diz advogada

Segundo a advogada Mônica Andrade, a decisão do CFO que libera a realização de novos procedimentos de cirurgias faciais por cirurgiões-dentistas habilitados tem respaldo legal na Lei n.º 4.324, de abril de 1964, que autoriza esse tipo de regulamentação pelo conselho. "Trata-se de medida que está em consonância com a capacidade técnica dos profissionais, que são preparados desde a graduação para a realização de procedimentos ligados à face. Muitas pessoas têm a falsa ideia de que o cirurgião-dentista atua somente no cuidado com a boca, quando eles possuem a capacitação e a autorização legal para a realização de procedimentos orofaciais. Além disso, as diretrizes curriculares do Ministério da Educação (MEC) preveem expressamente a formação do cirurgião-dentista como especialista da área de pescoço e cabeça. E, também, já existem diversas especializações na área de cirurgia estética facial para cirurgiões-dentistas, que são devidamente regulamentadas pelo MEC. Complementarmente, cabe destacar que a autorização do CFO não abrange todos os cirurgiões-dentistas, mas sim aqueles que possuem a habilitação necessária e forem autorizados pelo órgão a realizarem cirurgias plásticas faciais. Ou seja, quem não estiver habilitado não poderá fazer essas cirurgias", diz.

A advogada também destaca que é importante que os dentistas se atentem às mudanças, observando quais serão as diretrizes publicadas pelo CFO. Para a advogada, é importante que o profissional esteja munido dos documentos que comprovem a sua capacidade técnica para a realização dos procedimentos, a exemplo de certificados de especialização na área de cirurgia estética facial. "O cumprimento dessas obrigações que constarão na resolução do CFO é essencial para uma atuação pautada na legalidade".

Para a habilitação, os interessados em oferecer as cirurgias plásticas na face deverão comprovar a realização de cursos de especialização, com carga horária mínima a ser divulgada na resolução do CFO. O documento também deve apresentar as informações quanto aos demais requisitos necessários, a exemplo da estrutura física e instrumentos.

Mabel vistoria obras na Avenida Castelo Branco

Redação

O prefeito de Goiânia, Sandro Mabel, vistoriou as obras na Avenida Castelo Branco. A via passa por algumas intervenções para melhorar a trafegabilidade dos veículos, como alargamento das pistas, sincronização semafórica, ajustes na sinalização e limpeza na rede de drenagem para evitar alagamentos.

As mudanças na avenida fazem parte do Plano Nova Mobilidade, que vai abarcar dez vias de Goiânia para levar mais fluidez ao trânsito. No caso da Avenida Castelo Branco, que ganha uma terceira faixa, está proibido o estacionamento nos quase oito quilômetros de extensão. Como alternativa, os motoristas poderão utilizar as vias secundárias que estão sendo sinalizadas para estacionamento, ou os espaços oferecidos por estabelecimentos comerciais da região.

Mabel também acompanhou na segunda-feira as obras no cruzamento da Avenida Castelo Branco com a Rua Jaraguá. Atualmente, o semáforo de três tempos no local provoca congestionamentos nos horários de pico. Para reduzir o tempo de espera, o Plano Nova Mobilidade prevê o fim da conversão à esquerda nesse trecho. Motoristas que seguem sentido Terminal Padre Pelágio precisarão fazer a conversão na Marginal Cascavel para acessar os bairros. Já no sentido contrário, os condutores deverão fazer o looping de quadra pelas ruas Benjamin Constant, 205 e Rio Verde para chegar à região de Campinas.

A avenida também receberá sincronização semafórica. Um novo software será instalado para integrar os semáforos da via e alguns equipamentos serão substituídos. Atualmente, cerca de 80% dos semáforos de Goiânia são antigos, enquanto 20% já possuem tecnologia mais moderna. A prefeitura fará um remanejamento dos equipamentos mais avançados para os pontos com maior necessidade até que todo o sistema semafórico da cidade seja renovado.

As obras previstas para a Avenida Castelo Branco terminarão até o dia 30 de março, prazo em que também será entregue o corredor com toda a nova sinalização.

Desindustrialização: "nós vai descer, descer lá pra" SP, nós vai...



Moacir Melo
Especial para o DM
Economista e empresário em Anápolis

Sim, grande parte das indústrias leves que industrializaram o interior do Brasil, nos últimos 40 anos, Goiás foi pioneiro, deveu-se à percepção dos governadores estaduais não industrializados, quando, em 1985, sentindo a falta de uma política mais agressiva de desenvolvimento de suas regiões, iniciaram uma política de incentivos fiscais através de concessão de benesses fiscais com este imposto que, diga-se, tem uma alíquota altíssima, o ICMS. Goiás foi um dos pioneiros com o Fomentar, em 1985, pela inteligente Lei estadual número 9489.

Porém, um após outro, os Estados foram seguindo o modelo bem sucedido goiano e implementaram políticas de incentivos, através de créditos presumidos, empréstimos disfarçados, isenção de ICMS nas compras internas e outros, resultando disto que todos estados concediam incentivos para implantação ou ampliação de empresas industriais e até centros de distribuição. Isto patrocinou uma enorme guerra fiscal entre os estados que praticamente, fizeram com que as empresas incentivadas praticamente anulassem sua competição se não repassar aos seus clientes, todo o produto destas isenções. Ou passa ou não compete e não vende seu produto, é lei de mercado de há muito.

Desta forma, as empresas industriais goianas, (exemplo) - faço parte de uma delas – não conseguirão competir de igual para igual com empresas paulistas, em qualquer parte do país, porquanto, até lá, as indústrias paulistas pagarão em torno de 17% de ICMS, as goianas incentivadas imputam nos seus custos entre 5 e 6% que o custo real do ICMS de nossas empresas. A questão é: "E agora, José? A festa acabou, a luz apagou, o povo sumiu"? (Plagiando o poeta maior Carlos Drummond de Andrade). Fazer o que, José? Não será missão para fracos. Vamos todos pra onde tem gente, claro!

Portanto, quando se noticia, como acontece no momento em toda mídia nacional, que os incentivos fiscais que serão extintos com a Reforma Tributária, em 200 bilhões de reais até 2032, a leitura correta é dizer que estes 200 bilhões de reais serão acrescidos nos custos das empresas atualmente incentivadas pelos Estados. Resultado: os preços subirão em torno de 12 a 20% em média, nos preços dos produtos de nossas empresas industriais. Com certeza ficaremos não competitivos com empresas localizadas nos estados consumidores. Voltar às origens será uma corrida natural.

Sim, por isto, parafraseando a letra da música de Brenno e Matheus –"Descer pra BC"- afirmo: nós vai descer, descer lá pra SP-SC-PR estados onde tem consumidores, vamos! Vamos descer para salvar nossos negócios conquistados à duras penas ao longo dos últimos 40 anos. Porém, é bom saber o que nos tira a competitividade? A logística ou o custo do frete que gira em torno de 10 a 30% de tudo que é produzido, porquanto, caminhões entupindo as estradas esburacadas Brasil afora, pedágios caríssimos, mão de obra super engessada por burocracias e legislações brutais, etc... Impossível competir em SP, com empresas já instaladas por lá. Descer ou morrer! Final triste!...

Porém, já de há muito não gostava de escutar discursos elogiosos a Goiás, dizendo que "Goiás tem incentivos fiscais". Trata-se de discurso vazio, irrelevante, sem valor nos dias atuais. Todos os Estados dispõem de incentivos fiscais, até melhores que os nossos. O progresso do Estado de Goiás é fruto da sua estratégica localização, do potencial mercado consumidor de mais de 15 milhões de pessoas num raio de 500 kms, da nossa gente trabalhadora, acolhedora e comprometida, de Governantes muito sérios, competentes e inteligentes que procuram evidenciar nossos valores através da inovação, da educação, qualificação e compromisso com a seriedade.

Isto, sim, é Goiás. Isto sim, são nossos fatores locacionais. Isto vai pesar na balança na hora das grandes decisões empresariais, pós Reforma Tributária. A ver...

Presidentes Trump e Putin iniciam conversas para trégua na guerra da Ucrânia

O presidente russo Vladimir Putin e o norte-americano Donald Trump conversaram por telefone nesta terça-feira, 18 de março de 2025, em um diálogo que durou mais de duas horas

Patrick de Noronha





Putin e Trump discutem cessar-fogo, troca de prisioneiros e segurança marítima em ligação de duas horas

O presidente russo Vladimir Putin e o norte-americano Donald Trump conversaram por telefone nesta terça-feira, 18 de março de 2025, em um diálogo que durou mais de duas horas. Os líderes abordaram questões centrais relacionadas ao conflito na Ucrânia, incluindo a possibilidade de um cessar-fogo temporário, uma troca de prisioneiros e medidas para garantir a segurança marítima no Mar Negro.

Putin reafirmou seu compromisso com uma solução pacífica para o conflito e mostrou disposição para trabalhar em conjunto com os Estados Unidos em um acordo abrangente e duradouro. Ele destacou que qualquer resolução precisa considerar as preocupações legítimas de segurança da Rússia e tratar das causas profundas da crise. A proposta de Trump para um cessar-fogo de 30 dias foi bem recebida pelo Kremlin, embora tenha sido enfatizada a necessidade de monitoramento rigoroso ao longo da linha de frente. Putin também alertou sobre os riscos decorrentes da mobilização forçada na Ucrânia e do rearmamento militar do país, além de mencionar ataques terroristas realizados por militantes ucranianos contra civis na região de Kursk.

Durante a conversa, Trump pediu garantias humanitárias para soldados ucranianos cercados na região de Kursk. Putin assegurou que os militares que se rendessem seriam tratados com segurança, respeitando as leis russas e normas humanitárias internacionais. Além disso, os dois líderes concordaram em suspender ataques contra infraestruturas energéticas durante o período proposto para o cessar-fogo. Putin ordenou imediatamente que as forças russas cumprissem essa medida.

Outro ponto importante foi a troca de prisioneiros programada para o dia 19 de março. O acordo prevê que 175 detidos de cada lado sejam libertados, enquanto 23 soldados ucranianos gravemente feridos que estão sendo tratados em hospitais russos serão devolvidos como gesto de boa vontade. A segurança marítima também foi discutida, com Putin respondendo positivamente à proposta de Trump sobre medidas no Mar Negro. Ambos decidiram iniciar negociações para definir os detalhes dessa iniciativa.

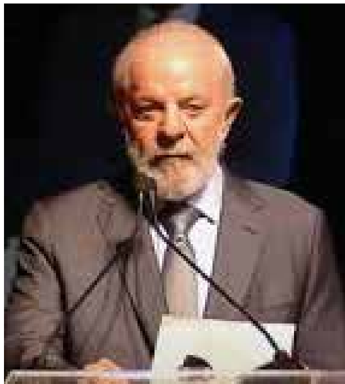
Além das questões relacionadas à Ucrânia, os líderes abordaram temas globais como a situação no Oriente Médio e na região do Mar Vermelho. Eles concordaram em coordenar esforços para estabilizar áreas em crise e fortalecer a cooperação em segurança nuclear e não proliferação. Esse diálogo foi considerado um passo importante para melhorar as relações entre Rússia e Estados Unidos, com ambos os presidentes reconhecendo a responsabilidade compartilhada pela estabilidade global.



Café da manhã

ULISSES **AESSE**

ulissesaesse6@gmail.com



Poucos
O presidente Lula (foto) erra na sua estratégia. Se não diminuir a carestia que atinge a todos, a da alimentação, dos combustíveis e dos serviços, não vai ser conseguir a reeleição. A isenção do IR ainda alcança poucos brasileiros.

Insensatez
O ataque de Israel à Faixa de Gaza é uma demonstração de covardia à uma região de civis que não está preparada para a guerra.

Factóide
Eduardo Bolsonaro criando mais um factóide na vida política da sua família. Dessa vez, diz que vai morar nos EUA, com receio de ser preso no Brasil. Olha que é o filho, não o 'pai'.

Jamais
O perigo de um sino de 55 toneladas é que jamais, jamais, pode pensar em sua queda, num local super frequentado.

Susto
É, em alguns bairros, a quantidade de entulhos, atirados pelo moradores, assusta e muito.

Limpinha
Aqui, próximo a Goiânia, numa cidade do interior, mas pertencente à Grande Goiânia, Abadia de Goiás, as ruas são limpinhas.

Estratégia
É. Andar e comprar os alimentos nos dias certos. Nos finais de semana, os supermercados 'inflacionam' os preços.

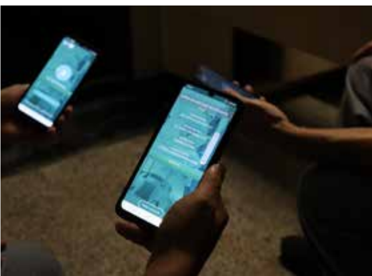
Sobe
Nos dias da semana, o tomate pode ser comprado a menos de R$ 3,00 o quilo. Nos finais de semanas, sobe para quase R$ 10,00.

Baixo salário não é atrativo para os trabalhadores



No Brasil, quando se fala em vaga de trabalho, tem que se levar em conta, também, a desilusão dos brasileiros, que têm na política salarial, uma das mais defasadas e mal praticadas do mundo. Aqui não se fala em 'país em desenvolvimento', mas até a pouco tempo, na sétima maior potência do mundo. É fato que há muita oferta de trabalho, mas os salários não dignificam o trabalhador e, também, são fatores da 'não procura' pelos mesmos. Aliado, também, ao fato de que os governantes praticam política assistencial, que proíbe o trabalhador de querer disputar qualquer vaga de emprego. Se não houver reformulação dessas normativas, desses benefícios, com certeza, o Brasil aumentará a sua oferta, mas com pouca adesão por parte do trabalhador, que vai continuar preferindo viver 'encostado' na comodidade. O Brasil não é para amadores. Tampouco para aqueles que oferecem, mas exploram com suas parcas ofertas.

HGG implanta app de transportes



O Hospital Estadual Doutor Alberto Rassi (HGG) lançou ontem um aplicativo para transportes de pacientesdentro da própria unidade. Com navegação semelhante aos aplicativos tradicionais, as equipes assistenciais poderão solicitar internamente via celular ou computador, que os condutores transportem os pacientes internados para a realização de exames, cirurgias ou alta hospitalar. A iniciativa, também, celebrou o Dia dos Condutores de Pacientes, comemorado no dia de ontem.

- A morte de um turista, no alto do Cristo Redentor, só revela a política de se ganhar dinheiro cobrando em pontos turísticos, mas não deixar uma unidade de saúde, pronta para atender as emergências. O Brasil continua sendo o Brasil. É preciso dizer quem foi o responsável por 'negligenciar' essa morte.
- Ed Motta, o polêmico cantor Ed Motta, criticou o 'puxão de orelha' dado pela cantora Maria Bethânia à sua equipe de som durante show, na semana passada.
- Nas redes sociais, se vê que os ídolos brasileiros, sejam do esporte, da música, do cinema ou da televisão, não são tão bem queridos pelos fãs. É comum ver a saraivada de críticas as eles. Fãs, mas sem babação.
- A morte de Diego Maradona sob júdice, a morte de Michael Jackson discutida, a morte de JK, também, em novo escrutínio... A verdade é que morrer não tá fácil.
- *'Ao único Deus sábio, Salvador nosso, seja glória e majestade, domínio e poder, agora, e para todo o sempre Amém.'* **- Judas 1:25**

'NÃO VAI FAZER COM QUE OS QUE CONTRIBUEM DEIXEM DE COMER SUA CARNE, SUA SALADA, SEU CAMARÃO, SUA LAGOSTA, SEU FILÉ MIGNON. MAS VAI PERMITIR QUE O POBRE POSSA COMER UM POUCO DE CARNE, SEJA MÚSCULO, ALCATRA, CONTRAFILÉ OU FÍGADO', PRESIDENTE LULA, AO PROPOR AO CONGRESSO A ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA PARA QUEM GANHA ATÉ R$ 5 MIL

DM 45 ANOS

3ª Expedição Rio Meia Ponte começa nesta quinta-feira

Durante três dias, serão coletadas amostras de água, solo e vegetação para estudos científicos de um dos principais mananciais de abastecimento de água de



Iniciativa é coordenada pela vereadora Kátia (PT)

A 3ª Expedição Rio Meia Ponte, da Câmara Municipal de Goiânia, terá início nesta quinta-feira, 20 de março, às 8h30, na Vila Roriz, e seguirá até o dia 22 de março, quando se celebra o Dia Mundial da Água.

A iniciativa, coordenada pela vereadora Kátia (PT), contará com o apoio de diversas entidades, incluindo a Saneago, Agência Municipal do Meio Ambiente (Amma), Corpo de Bombeiros, Batalhão Ambiental da Polícia Militar, Ibama, além de organizações ambientais e movimentos sociais.

Com caráter científico, a expedição reúne professores e pesquisadores da Universidade Federal de Goiás (UFG), Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) e Instituto Federal de Goiás (IFG), que realizarão um estudo detalhado das condições do rio. O objetivo é identificar impactos ambientais, propor medidas de recuperação e conscientizar a população sobre a importância da preservação do principal manancial de abastecimento de Goiânia.

Mesmo sendo uma expedição científica, a iniciativa já retirou 253 toneladas de lixo do Rio Meia Ponte, incluindo 437 pneus, distribuiu 1.800 mudas nativas do Cerrado, entregou 850 jogos pedagógicos, realizou educação ambiental para mais de 3.000 pessoas e atendeu 57 escolas.

Ao longo dos três dias, serão feitas coletas de amostras de água, solo e vegetação, além de registros da fauna local. A expedição também promoverá atividades de educação ambiental nas Estações Ambientais, montadas na Vila Roriz e na Vila Monticelli, e escolas próximas ao rio, incentivando boas práticas para a conservação dos recursos hídricos.

Goiás terá Dia Estadual do Profissional de Limpeza

Redação

O Diário Oficial do Estado de Goiás (DOE-GO) publicou, em sua edição do dia 7 de março, sexta-feira, a Lei nº 23.260, que institui o Dia Estadual do Profissional de Limpeza Urbana, a ser celebrado em 16 de março de cada ano. A lei deriva de projeto de lei proposto pelo deputado estadual Amilton Filho (MDB) e recebeu sanção do governador Ronaldo Caiado (UB).

O projeto de Amilton é uma homenagem aos profissionais que atuam nos serviços de limpeza, asseio, conservação do patrimônio público e coleta de lixo em Goiás e, segundo Amilton Filho, a data será comemorada por meio de atividades que promovam o reconhecimento e a valorização desses profissionais.

Pelo projeto de Amilton, a data passa a fazer parte do calendário oficial de eventos em Goiás e será celebrado com a realização de eventos públicos, campanhas de conscientização sobre a importância da limpeza urbana, o papel dos trabalhadores nesse processo e ações de capacitação e requalificação desses profissionais, além da divulgação de boas práticas e exemplos de sucesso na gestão da limpeza urbana.

"Trata-se de uma iniciativa primordial para reconhecer e homenagear os que desempenham um papel vital na sociedade goiana, já que são pessoas que enfrentam cotidianamente desafios significativos enquanto exercem suas funções e contribuem para a qualidade de vida e a saúde pública da comunidade", detalha Amilton Filho.

Caiado se destaca na Educação; Zema e Tarcísio amargam quedas

Reportagem de portal enfoca resultados educacionais de cada presidenciável e destaca desempenho de Goiás e Paraná na Educação. Romeu Zema e Tarcísio de Freitas protagonizam involução no sistema educacional

Welliton Carlos

A disputa pela indicação do nome da direita para enfrentar o PT em 2016 passa por vários filtros: força partidária, traquejo político nos bastidores, imagem pública, passado comprometido ou não [se é 'ficha limpa', se tem condenações e suspeitas] e - sobretudo - a capacidade de gestão. Neste quesito, ser ou não bom gestor, ao menos quatro governadores disputam a dianteira para se colocar como candidatos viáveis.

E na corrida pela Presidência em 2026, os resultados na Educação podem ser determinantes para os governadores presidenciáveis. Reportagem do portal mais tradicional do país, o UOL, cotejou os resultados dos melhores nomes da disputa nesta área estratégica.

Segundo o UOL, entre os presidenciáveis de perfil conservador, Ronaldo Caiado (Goiás) e Ratinho Júnior (Paraná) saem na frente, enquanto Romeu Zema (Minas Gerais) e Tarcísio Freitas (São Paulo) enfrentam um cenário negativo.



Ronaldo Caiado, em 2021, entrega roupas e calçados para estudantes: reportagem do UOL indica que goiano sai na frente com resultados em educação

Segundo o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), na análise do UOL, Goiás passou de terceiro para primeiro lugar no ranking nacional durante a gestão de Caiado, consolidando o governante goiano como referência em educação.

Sob a liderança de Ratinho Júnior, o Paraná também apresentou avanço significativo, subindo da sétima para a segunda posição. Nos bastidores, estes resultados fortalecem as pré-candidaturas dos dois governadores, uma vez que Caiado e Ratinho têm vitrines para mostrar.

O mesmo não acontece com Romeu Zema, que viu Minas Gerais cair do quarto para o sétimo lugar no mesmo período. E o que preocupa: Zema está em segundo mandato e não conseguiu melhorar a situação.

São Paulo

Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo, tem sinais negativos na conta da educação. Conforme o Uol, ele não se assume candidato. Mas nos bastidores todos sabem que Tarcísio pode ser o nome de Jair Bolsonaro, caso o ex-presidente não opte em apoiar Caiado, retribuindo, assim, apoios que recebeu do goiano no passado.

A nota considerada ruim de Tarcísio - que piorou em matemática e português - barrou o governador no evento "Educação Já", realizado em São Paulo na semana passada. No encontro, Ratinho, Caiado e outros governadores de estados com bom desempenho falaram sobre como conseguiram seus resultados. A "Folha de S. Paulo" destacou a saia justa: "Nota em educação deixa Tarcísio de fora em evento com Caiado, Ratinho Jr, Leite e Lyra em SP".

Tarcísio pode ser ameaçado até mesmo se postular reeleição em São Paulo. Segundo o UOL, os números dele não ajudam e podem tornar-se calcanhar de Aquiles no confronto. A educação no estado está em declínio, colocando-o em uma posição delicada caso decida se lançar.

Os dados do Saeb trazem um retrato claro: enquanto Caiado e Ratinho Júnior fortalecem suas pretensões presidenciais com bons resultados na educação, Zema e Tarcísio enfrentam o desafio de justificar desempenhos aquém do esperado. No xadrez político de 2026, a qualidade da educação estadual promete ser um critério decisivo para conquistar o eleitorado.

José Délio aponta perdas para municípios e cobra compensação

Redação

Com o objetivo de buscar maior aproximação e apresentar os planos de trabalho da nova diretoria, a AGM promoveu café da manhã com profissionais da comunicação. Participaram jornalistas que atuam em jornais, TVs, rádios e portais. Na ocasião o presidente José Délio solicitou o apoio da imprensa na defesa da luta municipalista. Principalmente ao exercer a função de levar à população as informações sobre a realidade nas cidades. "É importante esclarecer que a pessoas residem é nos municípios e não na União ou estado. É lá que acontecem os problemas e é lá que são adotadas as soluções", frisou.

No que se refere ao trabalho da atual gestão o novo presidente da AGM destacou a iniciativa de se criar as diretorias regionais da entidade, descentralizando a sua atuação e colocando a associação ainda mais próxima aos gestores, facilitando a discussão de questões regionais específicas.

Ao avaliar as lutas do municipalismo José Délio destacou uma bem recente e que deve provocar graves reflexos junto as prefeituras. Trata-se da iniciativa do Governo Federal em isentar do Imposto de Renda dos contribuintes com ganhos de até R$ 5 mil. Proposta que chega ao Congresso Nacional essa semana. "Sem nenhuma discussão, sem ouvir os municípios, o Governo Federal adota uma medida que vai estourar nos cofres das prefeituras", adiantou.

Segundo estudo que acaba de ser divulgado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), analisando possíveis cenários do impacto da medida, deverá haver uma redução de R$ 11,8 bilhões de recursos anuais para os governos municipais sem que a União sinalize, até o momento, qualquer compensação tributária pela medida. Isso deve ocorrer através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) que é composto pelo Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

As simulações feitas pelo corpo técnico da Confederação apontam redução de 15% na arrecadação própria do imposto, o que equivale a R$ 4,9 bilhões ao ano. Além disso, a estimativa considera queda de 3% no repasse ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), representando uma redução de R$ 6,9 bilhões ao ano nos cofres locais.

Alìquota progressiva

Embora representantes do governo federal falem que o impacto fiscal da ampliação da isenção no IR será compensada por uma taxação diferenciada para os mais ricos, provavelmente com uma alíquota progressiva para rendimentos superiores a R$ 50 mil ao mês, é importante destacar



Presidente da AGM, José Délio afirma que Governo Federal adota medida que vai estourar nos cofres das prefeituras

que a União está considerando apenas seu próprio orçamento. Se essa taxação ocorrer por fora do Imposto de Renda, não haverá divisão desses recursos com os demais Entes. Ou seja, além de causar impacto negativo aos Municípios, a medida ainda poderá aumentar a concentração de recursos para a União.



Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.

CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

Demonstrações Financeiras **2024**

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

a) https://dmacervo.com.br/#google_vignette

b) https://ri.ecorodovias.com.br/

c) https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx

d) https://bvmf.bmfbovespa.com.br/cias-Listadas/informacoes-por-periodo/BuscaInformacoesPeriodo.aspx?Idioma=pt-br

Declaração do auditor independente:

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://dmacervo.com.br/#google_vignette. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 18 de março de 2025, sem modificações.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	177.192	342.312
Aplicações financeiras	4.2	105.342	24.725
Aplicações financeiras - conta reserva	4.3	35.736	25.810
Clientes	4.4	34.439	39.223
Tributos a recuperar		2	1.669
Despesas antecipadas		1.059	410
Partes relacionadas	4.12	18	2
Outros créditos		36.785	29.407
Desconto de Usuário Frequente - ANTT		1.925	-
Total do ativo circulante		392.498	463.558
Não circulante			
Aplicações financeiras - conta reserva	4.3	59.616	36.748
Desconto de Usuário Frequente - ANTT		-	4.594
Outros créditos - conta reserva - poder concedente	4.5	1.474.470	1.301.050
Imobilizado	4.6	149.694	69.018
Intangível	4.7	3.133.125	2.795.239
		4.816.905	4.206.649
Total do ativo		5.209.403	4.670.207

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores		42.172	47.069
Risco sacado		588	-
Empréstimos e financiamentos	4.9	9.419	2.308
Debêntures	4.10	18.977	17.767
Passivo de arrendamento	4.11	12.957	11.957
Impostos, taxas e contribuições a recolher		7.504	7.539
Obrigações sociais e trabalhistas		4.667	3.613
Partes Relacionadas	4.12	25.395	48.511
Obrigações com poder concedente	4.14	6.068	6.304
Provisão para imposto de renda e contribuição social		8.440	10.232
Provisão para construção de obras		43	16.984
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		8.696	25.233
Outras contas a pagar		372	8.618
Total do passivo circulante		145.298	206.135
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	4.9	857.424	468.690
Debêntures	4.10	636.726	611.785
Passivo de arrendamento	4.11	25.931	26.525
Tributos diferidos	4.8	30.293	18.143
Obrigações com poder concedente	4.14	1.469.486	1.295.786
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	4.15.1	514	311
Provisão para construção de obras		15.898	-
Outras contas a pagar		19.858	17.930
Total do passivo não circulante		3.056.130	2.439.170
Patrimônio líquido			
Capital social	4.16.1	1.922.551	1.922.551
Reserva de lucros - legal	4.16.2	18.888	10.411
Reserva de lucros - orçamento de capital	4.16.2	66.536	-
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	4.16.3	-	91.940
Total do patrimônio líquido		2.007.975	2.024.902
Total do passivo e patrimônio líquido		5.209.403	4.670.207

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	4.17	937.565	888.044
Custo dos serviços prestados	4.18	(618.391)	(575.039)
Lucro bruto		319.174	313.005
Despesas gerais e administrativas	4.18	(21.384)	(24.633)
Outras despesas e receitas líquidas		(30)	(10)
Lucro operacional		297.760	288.362
Receitas financeiras	4.19	37.971	28.834
Despesas financeiras	4.19	(113.638)	(45.945)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(75.667)	(17.111)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		222.093	271.251
Imposto de renda e contribuição social		(52.551)	(82.470)
Lucro líquido do exercício		169.542	188.781
Lucro por ação - básico e diluído (em reais)	4.20	0,08819	0,09819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	169.542	188.781
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	169.542	188.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R$)

		Atribuível aos acionistas da Companhia					
			Reservas de lucros				
	Nota explicativa	Capital social	Legal	Dividendos adicionais Propostos	Orçamento de capital	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2023		1.922.551	972	-	13.850	-	1.937.373
Reversão orçamento capital - pagamento dividendos		-	-	-	(13.850)	-	(13.850)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	188.781	188.781
Destinação do lucro:							
Reserva Legal	4.16.1	-	9.439	-	-	(9.439)	-
Juros sobre o capital próprio (R$0,02 por ação)	4.16.3	-	-	-	-	(29.686)	(29.686)
Dividendos intermediários (R$0,03 por ação)	4.16.3	-	-	-	-	(57.716)	(57.716)
Dividendos adicionais propostos (R$0,05 por ação)	4.16.3	-	-	91.940	-	(91.940)	-
Em 31 de dezembro de 2023		1.922.551	10.411	91.940	-	-	2.024.902
Em 1º de janeiro de 2024		1.922.551	10.411	91.940	-	-	2.024.902
Constituição dividendos a pagar		-	-	(91.940)	-	-	(91.940)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	169.542	169.542
Destinação do lucro:							
Reserva Legal	4.16.1	-	8.477	-	-	(8.477)	-
Juros sobre o capital próprio (R$0,004 por ação)	4.16.3	-	-	-	-	(66.705)	(66.705)
Constituição de reserva - orçamento de capital	4.16.3				66.536	(66.536)	-
Dividendos intermediários (R$0,01 por ação)	4.16.3	-	-	-	-	(27.824)	(27.824)
Em 31 de dezembro de 2024		1.922.551	18.888	-	66.536	-	2.007.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	169.542	188.781
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	80.657	60.828
Perda/ baixa de ativo imobilizado e do intangível	(163)	745
Capitalização de juros	(36.765)	(45.296)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamentos	141.690	82.585
Provisão e atualização monetária de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	950	339
Atualização monetária sobre provisão para construção de obras	(615)	1.253
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	2	-
Obrigações com poder concedente	14.254	12.532
Tributos diferidos	12.150	15.454
Provisão para imposto de renda e contribuição social	40.401	67.016
Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	(6.038)	(4.356)
Variação nos ativos operacionais:		
Clientes	4.782	(9.364)
Partes relacionadas - clientes	(16)	199
Tributos a recuperar	1.667	10.578
Despesas antecipadas	(649)	1.383
Outros créditos	(4.709)	(10.395)
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(4.309)	26.173
Obrigações sociais e trabalhistas	1.054	664
Partes relacionadas - fornecedores	(23.116)	7.447
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(35)	1.601
Pagamento de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	(747)	(28)
Pagamento de obrigações com poder concedente	(14.210)	(12.486)
Pagamento de provisão para construção de obras	(428)	(921)
Outras contas a pagar	(6.318)	7.425
Imposto de renda e contribuição social pagos	(42.193)	(63.766)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	326.838	338.391
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(79.066)	(11.380)
Aquisição de intangível	(370.297)	(431.745)
Aplicações financeiras	(80.617)	(16.958)
Aplicações financeiras - conta reserva	(26.756)	(11.498)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(556.736)	(471.581)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(203.006)	(80.453)
Pagamento de arrendamentos	(12.522)	(10.362)
Juros pagos sobre debêntures, empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamentos	(84.925)	(50.450)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	365.231	459.415
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	64.778	318.150
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	(165.120)	184.960
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	342.312	157.352
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	177.192	342.312
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	(165.120)	184.960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		
Com arrecadação de pedágio	571.324	520.574
Com construção	413.233	410.310
Outras receitas	143	75
	984.700	930.959
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(513.071)	(491.639)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(14.217)	(17.614)
Outros	(160)	(206)
	(527.448)	(509.459)
Valor adicionado bruto	457.252	421.500
Depreciações e amortizações	(80.657)	(60.828)
Outras receitas (despesas), líquidas	(30)	(10)
Valor adicionado líquido produzido produzido pela companhia	376.565	360.662
Valor adicionado recebido em transferência	37.971	28.834
Receitas financeiras	37.971	28.834
Valor adicionado total a distribuir	414.536	389.496
Distribuição do valor adicionado	414.536	389.496
Pessoal	31.114	29.358
Remuneração direta	24.339	23.004
Benefícios	5.567	4.988
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	1.208	1.366
Impostos, taxas e contribuições	99.526	125.179
Federais	73.410	101.474
Municipais	26.116	23.705
Remuneração de capitais de terceiros	114.354	46.178
Juros	54.143	5.690
Aluguéis	716	233
Outros efeitos financeiros	59.495	40.255
Remuneração de capitais próprios	169.542	188.781
Reserva Legal	8.477	9.439
Juros sobre capital próprio pagos	66.705	29.686
Dividendos intermediários	27.824	57.716
Dividendo adicional proposto	-	91.940
Orçamento de capital	66.536	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS RESUMIDAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Ecovias do Araguaia" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 22 de novembro de 2011, e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações sobre o Contrato de Concessão estão descritas na Nota 18.1 das demonstrações financeiras anuais completas (conforme demonstrado acima). A sede da Companhia está localizada na Avenida Juscelino Kubitscheck, 500 - Jundiaí, no município de Anápolis - GO. As ações da Companhia são de titularidade da Holding do Araguaia S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores, entretanto, a Companhia possui registro na categoria "B", na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. 1.1. Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (*ESG - Environmental, Social and Governance* na sigla em Inglês): Com o objetivo de desenvolver e aplicar os temas relacionados a ESG, e contribuir com a Sustentabilidade do negócio, o Conselho de Administração do Grupo EcoRodovias aprovou no início de 2024 a sua Agenda ESG 2030. Dentro dessa agenda, o Grupo EcoRodovias traça diversos compromissos em 10 vias de Sustentabilidade, incluindo metas nos temas de mitigação e adaptação climática; segurança viária e ocupacional; direitos humanos, entre outros. Esses compromissos visam o ano de 2030, porém o Grupo estabelece metas anuais, inclusive para todos os colaboradores. No pilar climático, o objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo EcoRodovias estabeleceu os alicerces de um plano de descarbonização, sendo este um documento revisado periodicamente de modo a incluir novas tecnologias e soluções de baixo carbono. Em 2024 foi estruturado um estudo de transição energética que avalia soluções de combustíveis renováveis para substituição aos fósseis. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono e I-REC (aquisição de certificados de energia renovável) para compensar todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. Outro compromisso da Agenda ESG 2030 está relacionado à adaptação dos negócios do Grupo às mudanças climáticas. Nesse tópico, o Grupo EcoRodovias realizou estudo de vulnerabilidade climática com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e no longo prazo (anos de 2030 e 2050). Esse estudo é periodicamente revisado de maneira a incluir novas concessões e novos cenários climáticos, além de incorporar aprimoramentos de metodologia. O estudo revisado em 2024 incluiu o levantamento de fatores de riscos físicos, riscos de transição e oportunidades, considerando todos os ativos do grupo. Os resultados desse trabalho são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar impactos à segurança da infraestrutura e dos usuários. 1.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: Para fins ilustrativos, a Companhia lista abaixo todas as divulgações de novos e revisados pronunciamentos que entraram em vigor a partir de, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma), independentemente de terem algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. • Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. • Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements* - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b (i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. As alterações mencionadas acima não causaram qualquer impacto material para a Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, no caso de determinados ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4 das demonstrações financeiras anuais completas. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. 2.3. Aprovação das Demonstrações Financeiras: Em 18 de março de 2025, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

continua ...

... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

3.1. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ativos intangíveis: O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de redução ao valor recuperável descritos na Nota 11.e das demonstrações financeiras anuais completas, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. 3.2. Provisões gerais: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. Provisão para construção de obras: Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 8,72% ao ano, que corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês) da concessionária. Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia devem estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. 3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras com a transação em questão. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. 3.4. Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures: Os custos dos empréstimos, financiamentos e das debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. 3.5. Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos diretos de concessão: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base no Contrato de Concessão. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação. A Companhia possui mecanismo de Desconto Básico de Tarifa (DBT), no qual os usuários que utilizarem meios de pagamento eletrônico e identificação automática de veículo (AVI), terão direito à um desconto incondicional de 5% (cinco por cento) sobre a tarifa de pedágio. Em relação ao Desconto Básico de Tarifa (DBT), uma vez que é um desconto incondicional, a receita é demonstrada pelo seu valor líquido, ou seja, 95% do valor da Tarifa Base de Pedágio. A Companhia possui também mecanismo de retenção sobre a receita bruta auferida, para ser utilizado eventualmente em futuros reequilíbrios contratuais, de acordo com o contrato de concessão (vide Notas 9 e 18 das demonstrações financeiras anuais completas). 3.6. Arrendamento: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamento com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). 3.7. Imobilizado: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. 3.8. Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. 3.9. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que forem promulgadas até a data do balanço. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente. 3.10. Partes Relacionadas: A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

4. PRINCIPAIS SALDOS CONTÁBEIS E DEMAIS INFORMAÇÕES RELEVANTES

4.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	2.619	5.283
Equivalentes de caixa:		
Fundo de investimento	161.076	74.732
Operações compromissadas	–	124.944
Certificado de depósito bancário CDB	10.994	134.608
Aplicações automáticas	2.503	2.745
	177.192	342.312

4.2. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2024	31/12/2023
Cotas Fundo - BTG CDB I e CDB Plus	103.370	24.228
Cotas Fundo - FIDC_ECO	1.972	497
	105.342	24.725

4.3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONTA RESERVA - VINCULADOS

	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de investimento	95.352	62.558
	95.352	62.558
Circulante	35.736	25.810
Não circulante	59.616	36.748

4.4. CLIENTES

	31/12/2024	31/12/2023
Pedágio eletrônico	30.548	34.143
Receitas acessórias	19	10
Outras contas a receber	3.874	5.070
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(2)	–
	34.439	39.223

4.5. OUTROS CRÉDITOS:

Poder concedente

	31/12/2024	31/12/2023
Recurso vinculado	1.474.470	1.301.050
	1.474.470	1.301.050

4.6. IMOBILIZADO

	Taxa anual %	31/12/2024	31/12/2023
Custo			
Hardwares	–	175.171	78.317
Máquinas e equipamentos	–	15.550	9.815
Móveis e utensílios	–	6.850	6.575
Veículos	–	875	–
Total custo		198.446	94.707
Depreciação			
Hardwares	20,0	(44.887)	(23.803)
Máquinas e equipamentos	10	(2.269)	(999)
Móveis e utensílios	10,0	(1.560)	(887)
Veículos	25,0	(36)	–
Total depreciação		(48.752)	(25.689)
Total líquido		149.694	69.018

4.7. INTANGÍVEL

	Taxa anual %	31/12/2024	31/12/2023
Custo			
Contrato de concessão	–	2.836.711	1.787.411
Intangível em andamento	–	338.863	1.006.017
Softwares de terceiros	–	4.587	4.344
Direito de uso CPC 06	–	67.939	55.011
Total custo		3.248.100	2.852.783
Amortização			
Contrato de concessão	–	(82.794)	(38.870)
Intangível em andamento	–	–	–
Softwares de terceiros	20,0	(2.247)	(1.370)
Direito de uso CPC 06	–	(29.934)	(17.304)
Total amortização		(114.975)	(57.544)
Total líquido		3.133.125	2.795.239

4.8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Balanço patrimonial				Resultado
	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024	31/12/2024
Provisão para contingências	105	124	(104)	125	20
Juros capitalizados	(18.052)	(12.211)	–	(30.263)	(12.211)
Lucro diferido	(319)	(256)	420	(155)	164
Provisão para férias Diretores/*Stock option*	123	20	(143)	–	(123)
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	(18.143)	(12.323)	173	(30.293)	
Receita/(despesa) de IR e CS diferido					(12.150)

4.9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2024	31/12/2023
Em moeda nacional:				
Finem	09/2051	IPCA+TLP+2,58% a.a.	664.919	267.677
CCB	07/2046	IPCA+2,50830% a.a.	201.924	203.321
			866.843	470.998
Circulante			9.419	2.308
Não circulante			857.424	468.690

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros ("*covenants*"), que serão medidos anualmente, com base nas demonstrações financeiras da Companhia, sendo a primeira medição em 31 de dezembro de 2026 e da controladora indireta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., na qualidade de "garantidora", desde a emissão da dívida. A Companhia e a controladora estão adimplentes com os referidos índices.

4.10. DEBÊNTURES

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	31/12/2024	31/12/2023
1ª Emissão	07/2051	IPCA + 6,66% a.a.	655.703	629.552
			655.703	629.552
Circulante			18.977	17.767
Não circulante			636.726	611.785

O contrato requer a manutenção de certos índices financeiros ("*covenants*"), que serão medidos anualmente, com base nas demonstrações financeiras da Companhia, sendo a primeira medição em 31 de dezembro de 2026.

4.11. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo de arrendamento:	38.888	38.482
Circulante	12.957	11.957
Não circulante	25.931	26.525

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("*spread*" de crédito). Os "*spreads*" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	31/12/2024	31/12/2023
1 ano	8,26%	8,00%
2 anos	9,36%	7,56%
3 anos	9,65%	4,53%
4 anos	9,79%	3,97%
5 anos	10,19%	5,29%
6 anos em diante	8,69%	5,29%

4.12. PARTES RELACIONADAS

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante		
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	18	2
	18	2
Ativo não circulante		
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	11.986	9.888
ICCR 153 S.A.	148.397	111.437
	160.383	121.325
Passivo		
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	2.543	1.870
ICCR 153 S.A.	22.796	46.608
Holding do Araguaia S.A.	43	25
Concessionária das Rodovias Ayrt ..on Senna & Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	13	8
	25.395	48.511

4.13. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO

	31/12/2024	31/12/2023
Constituição da provisão para obras futuras	13.394	13.394
Efeito do valor presente sobre a constituição	(1.404)	(1.404)
Realização da construção	(1.866)	(1.438)
Ajuste a valor presente - realizações	1.403	1.403
Atualização monetária	4.414	5.029
	15.941	16.984

4.14. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de Fiscalização	1.084	1.040
Conta reserva	1.474.470	1.301.050
	1.475.554	1.302.090
Circulante	6.068	6.304
Não circulante	1.469.486	1.295.786

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2024, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	Previsão até o fim da concessão	
	31/12/2024	31/12/2023
Natureza dos custos		
Melhorias na infraestrutura	3.768.317	3.757.420
Conservação especial (manutenção)	3.323.009	3.389.625
Equipamentos	485.681	559.972
Total	7.577.007	7.707.017

4.15. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

4.15.1. Causas prováveis (com constituição de provisão)

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	500	311
Trabalhistas	14	–
Total	514	311

4.15.2. Causas possíveis (sem constituição de provisão)

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	27.320	1.769
Trabalhistas	2.070	610
	29.390	2.379

4.16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

4.16.1. Capital Social

	31/12/2024		31/12/2023	
Acionista	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	1.922.551	100%	1.922.551	100%

4.16.2. Reserva de lucros

	31/12/2024	31/12/2023
Legal	18.888	10.411
Orçamento de capital	66.536	–
	85.424	10.411

4.16.3. Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O cálculo da distribuição do resultado é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	169.542	188.781
Reserva legal (5%)	(8.477)	(9.439)
Base de cálculo dos dividendos	161.065	179.342
Proposta da Administração:		
Juros sobre capital próprio	(66.705)	(29.686)
Dividendos intermediários pagos	(27.824)	(57.716)
Orçamento de capital	(66.536)	–
Dividendos adicionais propostos	–	(91.940)

4.17. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2024	31/12/2023
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	54.354	82.053
Pedágio por equipamento eletrônico	390.209	331.526
Vale-pedágio	121.838	100.464
Outras	4.923	6.531
	571.324	520.574
Receita de construção	413.233	410.310
Receitas acessórias	143	75
Receita bruta	413.376	410.385
Receita bruta	984.700	930.959
Deduções de receita bruta	(47.135)	(42.915)
Receita líquida	937.565	888.044

	31/12/2024	31/12/2023
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	571.324	520.574
Receitas acessórias	143	75
	571.467	520.649
Deduções		
COFINS (3%)	(17.144)	(15.620)
PIS (0,65%)	(3.715)	(3.384)
ISS (2% a 5%)	(26.116)	(23.705)
Abatimentos	(160)	(206)
	(47.135)	(42.915)

4.18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	31.114	29.358
Conservação e manutenção e outros	31.136	22.914
Serviços de terceiros	52.652	50.201
Seguros	1.785	1.688
Poder concedente	14.254	12.532
Custo de construção de obras	413.233	410.310
Depreciações e amortizações	80.657	60.828
Locação de imóveis e máquinas	716	233
Outros custos e despesas operacionais	14.228	11.608
	639.775	599.672
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	618.391	575.039
Despesas gerais e administrativas	21.384	24.633
	639.775	599.672

4.19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	37.968	28.457
Outras receitas financeiras	3	377
	37.971	28.834
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(42.658)	(40.174)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(45.775)	(9.137)
Variação monetária sobre debêntures	(30.646)	(28.068)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(18.458)	(2.678)
Amortização de custo com emissão de debêntures	(1.678)	(854)
Ajuste a valor presente sobre provisão para construção de obras	615	(1.253)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas	(132)	(61)
Juros sobre arrendamentos - CPC06 (R2)	(2.475)	(1.674)
Juros Capitalizados	36.765	45.296
Outras despesas financeiras	(9.196)	(7.342)
	(113.638)	(45.945)
Resultado financeiro, líquido	(75.667)	(17.111)

4.20. LUCRO POR AÇÃO

4.20.1. Lucro básico: O lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	169.542	188.781
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	1.922.551	1.922.551
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,09	0,10

4.20.2. Lucro diluído por ação: A Companhia não possui dívida conversível em ações, dessa forma, não há diferença do Lucro Básico apresentado acima.

4.21. GERENCIAMENTO DE RISCO

Índice de endividamento

	31/12/2024	31/12/2023
Dívida	1.561.434	1.139.032
Disponibilidade	(272.544)	(404.870)
Dívida líquida	1.288.890	734.162
Patrimônio líquido	2.007.975	2.024.902
Índice de endividamento líquido	0,64	0,36

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa	177.192	177.192
Clientes	34.439	34.439
Aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva	200.694	200.694
Passivos:		
Fornecedores	42.760	42.760
Risco Sacado	588	588
Empréstimos e financiamentos	866.843	849.744
Debêntures	655.703	607.183
Passivo de arrendamento	38.888	44.254

Gestão de riscos

Modalidade	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
Debêntures	43.384	50.556	57.712	2.565.664
BNDES	49.120	56.078	56.120	1.357.974
BASA	19.166	23.895	23.229	303.794
Passivo de arrendamento	13.529	12.073	12.020	6.632
	125.199	142.602	149.081	4.234.064

Análise de sensibilidade

		Juros a incorrer		
Operação	Risco	Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Juros de aplicações financeiras	Alta do CDI	33.287	41.608	49.930
Empréstimos e financiamentos	Alta do IPCA	(63.852)	(77.151)	(90.450)
Juros sobre debêntures	Alta do IPCA	(64.237)	(65.249)	(66.267)
Juros a incorrer, líquidos		(94.802)	(100.792)	(106.787)

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI	14,90%	18,63%	22,35%
IPCA	4,43%	5,53%	6,64%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados - Dezembro de 2024

4.22. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Transação que não envolvem caixa

Transação	31/12/2024	31/12/2023
Direito de uso - CPC06 (R2) - adição	13.306	7.243
Direito de uso - CPC06 (R2) - baixa	(378)	–
Outros créditos - Conta reserva	173.420	177.362

4.23. SEGUROS CONTRATADOS

Natureza	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Operações	01/01/2026	Pottencial	482.361
			482.361

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://dmacervo.com.br/#google_vignette

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 18 de março de 2025, sem modificações.

DM 45 ANOS



Fio Direto

HELTON LENINE

heltonlenine@gmail.com

Pela anistia
Mesmo ausente do ato organizado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, domingo, no Rio de Janeiro, o governador Ronaldo Caiado (União Brasil) reafirma sua posição a favor de anistia dos condenados pelos acontecimentos de 8 de janeiro de 2023.

Mobilização
FGM, AGM, Alego, União Brasil e MDB mobilização prefeitos, vereadores, senadores e deputados federais país afora para o ato de 4 de abril em Salvador para o lançamento da pré-campanha de Ronaldo Caiado ao Palácio do Planalto.

Crise
Com a confuso estabelecida pelos senadores Wilder Morais (PL) e Jorge Kajuru(PSB)< não se sabe se o deputado José Nelto (União Brasil) está cpnfirmado na coordenação da bancada federal de Goiás.

No páreo
Deputado Dr, Zacharias Calil (União Brasil) entra na briga pela eleição do coordenador da bancada federal de Goiás, após o impasse com a indicação de José Nelto.

Eleições 2026
Ex-deputado federal Vilmar Rocha, ex-presidente estadual do PSD, anuncia candidatura a senador ou deputado federal nas eleições do ano que vem.

Incerteza
Ex-prefeito de Aparecida de Goiânia, Gustavo Mendanha (MDB) diz que só vai definir o seu projeto eleitoral em 2026. Ele pensa em vice-governadoria ou senatória.

Ainda é cedo
Palácio das Esmeraldas avisa: definições de nomes da base aliada para o Senado Federal apenas em julho do ano que vem.

Cotação
Lideranças políticas do União Brasil e MDB da região do Entorno do Distrito Federal vão apresentar sugestões a Daniel Vilela para a vaga de vice-governador às eleições de 2026.

Ele vem
Delúbio Soares, ex-tesoureiro nacional do PT, vai disputar mandato de deputado federal por Goiás em 2026.

Sem apetite
No PT goiano, ninguém se manifestou até agora com apetite de concorrer a governador ou a senador no pleito do ano que vem.

Prefeitos do PL iniciam adesão à base de Caiado



Em busca de parcerias administrativas, prefeitos do PL bolsonaristas aproximam-se do Palácio das Esmeraldas e já assinaram fichas de filiação ao União Brasil, partido presidido em Goiás pelo governador Ronaldo Caiado. São eles: Jacó Rotat (Cabeceiras), Simone Ribeiro (Formosa), Luis Otávio (Cristalina), Wivviane Duarte (Gameleira de Goiás).Tiago Japiassu (Pilar de Goiás) e Vitctor Ferreira (Santa Fé de Goiás). As conversas entre os prefeitos e Ronaldo Caiado ocorreram na sede do União Brasil, em Goiânia semana passada. O PL é presidido em Goiás pelo senador Wilder Morais, pré-candidato ao governo de Goiás. A expectativa entre os aliados do governador é que, nas próximas semanas, outro grupo de prefeitos do PL venha a anunciar filiação ao União Brasil ou ao MDB. O partido de Bolsonaro e Wilder elegeu 26 prefeitos em 2026. Os novos filiados ao UB devem anunciar, ano que vem, apoio às campanhas de Ronaldo Caiado à presidência da República e de Daniel Vilela ao governo de Goiás. Os gestores municipais atestam que,sem participação nos programas do governo do Estado, principalmente os de inclusão social e infraestrutura, fica difícil atender a demandas da sociedade e, por isso, a aproximação com Caiado e Daniel Vilela.

Prefeito deixa o PSDB
O prefeito Raphael Oliveira, de Americano do Brasil, trocou o PSDB pelo Progressistas, a convite do presidente do partido em Goiás, Alexandre Baldy. O partido de Marconi Perillo, que elegeu apenas sete prefeitos, agora tem seis. Gestores tucano prometem filiação ao União Brasil de Ronaldo Caiado ou ao MDB de Daniel Vilela.

Alego no ato de Caiado
Deputado Talles Barreto, líder do Governo na Assembleia Legislativa, confirma a presença de 21 parlamentares da base no ato de lançamento da pré-campanha de Ronaldo Caiado à presidência da República, dia 4 de abril próximo. Ele espera chegar a presença de 30, número dos deputados da base aliada. O legislativo goiano tem 41 integrantes.



Eduardo Bolsonaro fica nos EUA e diz que vai se licenciar da Câmara

Filho do ex-presidente Jair Bolsonaro era cotado para assumir a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.



Deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP): a caminho dos Estados Unidos

Redação

O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) anunciou nesta terça-feira (18) que vai se licenciar do mandato de deputado e permanecer nos Estados Unidos. O parlamentar fez o anúncio por vídeo publicado no YouTube.

Na gravação, Eduardo diz que vai trabalhar no exterior para articular sanções ao ministro do STF Alexandre de Moraes, relator na Suprema Corte das denúncias de réus dos atos golpistas do 8 de janeiro e da denúncia do ex-presidente Jair Bolsonaro por golpe de Estado.

Eduardo era o nome defendido pelo PL para assumir a presidência da Comissão das Relações Exteriores na Câmara, o que foi recebido com resistência por legendas da esquerda. A bancada do PT na Casa chegou a pedir a retenção do passaporte do deputado na Justiça.

No vídeo, o parlamentar diz que o deputado Zucco vai assumir a presidência da comissão em seu lugar. Zucco, hoje, é líder da Oposição na Câmara.

STF marca para 8 de abril julgamento do núcleo 3 da trama golpista

Redação

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), marcou para dia 8 de abril o início do julgamento da denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) que envolve o núcleo 3 da acusação da trama golpista durante governo do presidente Jair Bolsonaro. Também foi agendada a sessão do dia 9 de abril para analisar o caso.

As datas foram marcadas após o relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, liberar o caso para julgamento.

De acordo a PGR, os denunciados deste núcleo são acusados de planejarem "ações táticas" para efetivar o plano golpista. O grupo é formado por 11 militares do Exército e um policial federal.

O processo será julgado pela Primeira Turma do Supremo. O colegiado é composto pelo relator da denúncia, Alexandre de Moraes, e os ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Luiz Fux.

Pelo regimento interno da Corte, cabe às duas turmas do tribunal julgar ações penais. Como o relator faz parte da Primeira Turma, a acusação será julgada pelo colegiado.

Se a maioria dos ministros aceitar a denúncia, Bolsonaro e os outros acusados viram réus e passam a responder a uma ação penal no STF.

No dia 25 de março, o colegiado vai julgar a denúncia do núcleo 1, formado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e outros acusados.

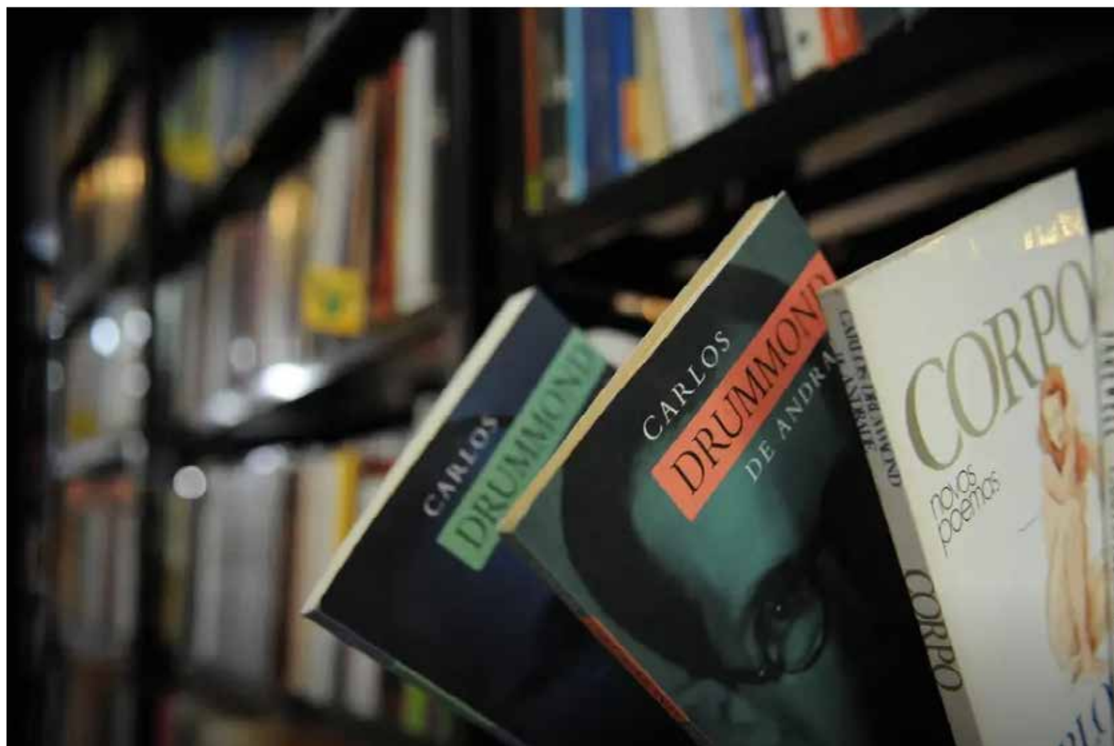
Artigos farmacêuticos, médicos e livros puxam crescimento do comércio

Maior destaque permanece dentre produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e cosméticos. Comércio de papelarias, jornais e revistas também se sobressai na pesquisa

Redação

O comércio varejista goiano [no acumulado de 12 meses até janeiro de 2025] registrou crescimento de 5,7% e superou a média nacional de 4,7%. O grande responsável por esse avanço foi o setor de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, que sozinho cresceu 23,7%.

Outro segmento que se destacou foi o de livros, jornais, revistas e papelaria, com alta de 9,9%, mostrando que o hábito de consumo cultural e educacional também se fortaleceu no último ano. De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a variação interanual também foi positiva, com crescimento de 0,7% em janeiro de 2025 na comparação com o mesmo mês do ano anterior. O Instituto Mauro Borges (IMB) confirmou a tendência de alta, destacando especialmente a venda de eletrodomésticos (19%) e móveis e eletrodomésticos (15%).



Hábito de consumo cultural se fortaleceu em 2024: livros, jornais e revistas teve alta de 9,9%

Esse cenário positivo reflete uma fase de otimismo no comércio goiano, que acumula 14 meses consecutivos de crescimento. Essa sequência não ocorria desde 2013, o que demonstra um fortalecimento gradual e contínuo do setor. Para o secretário-geral de Governo, Adriano da Rocha Lima, o comércio varejista de Goiás vive um momento robusto, impulsionado pela diversidade de produtos e pela capacidade de atender às demandas da população. "O crescimento consecutivo por 14 meses reflete esse avanço e traz impactos positivos para a nossa economia", pontua o secretário.

Além do comércio varejista tradicional, o varejo ampliado também registrou resultados expressivos. A alta foi de 8,9% na variação acumulada em 12 meses, com destaque para a venda de veículos, motocicletas, partes e peças (22,3%). Na comparação anual e no acumulado do ano, o crescimento foi de 1,1%, sendo que a venda de veículos e motocicletas apresentou avanço de 4,9%, e os materiais de construção subiram 4,1%. Esses números reforçam o vigor do setor e a capacidade de recuperação econômica da região.

Diante desse cenário, o comércio goiano se consolida como um importante pilar da economia estadual. A combinação de crescimento sustentado, diversidade de produtos e consumo fortalecido demonstra que o setor tem conseguido superar os desafios e manter um ritmo de expansão significativo. As perspectivas para os próximos meses continuam positivas, com projeções de manutenção desse ciclo de alta e fortalecimento econômico.

Goiás pode avançar 14,2% na produção de grãos

Redação

Goiás consolidou-se como um dos principais polos agrícolas do Brasil, apresentando crescimento na produção de grãos na safra 2024/2025. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o estado atingiu produção total de 34,5 milhões de toneladas de grãos, representando um aumento de 14,2% em relação à safra anterior.

A soja manteve-se como a principal cultura, com produção de 20,2 milhões de toneladas, um incremento de 20,1% comparado à safra anterior. O milho também registrou crescimento expressivo; a primeira safra está em estágio avançado, e a segunda safra deve ultrapassar 10,6 milhões de toneladas, um aumento de 7,5% em relação à safra 2023/2024.

Além das culturas de grãos, outras produções agrícolas em Goiás também se destacaram. O estado reafirmou sua posição como maior produtor de sorgo do Brasil, com 1,3 milhão de toneladas, reflexo do aumento de 2,1% na área plantada em relação ao ano anterior.

Aparecida de Goiânia terá edição especial do Goiás Social Mulher

Redação

Aparecida de Goiânia vai receber a edição especial do Goiás Social Mulher [programa do Governo de Goiás] entre os dias 20 e 22 de março, das 8h às 17h, na Rua 9E, Setor Garavelo Residencial Park, ao lado da Maternidade Maria da Cruz.

O evento contará com a presença da primeira-dama do Estado e presidente de honra da OVG, Gracinha Caiado, que fará a abertura oficial ao lado do governador Ronaldo Caiado, do prefeito Leandro Vilela, da primeira-dama Lana Bezerra, do vice-governador Daniel Vilela e do vice-prefeito João Campos.

A ação promovida em parceria com a Prefeitura de Aparecida reunirá série de serviços gratuitos voltados principalmente às mulheres, mas abertos a toda a população. A iniciativa busca garantir atendimento em saúde, emissão de documentos, capacitação profissional, vagas de emprego e muito mais.

Entre os principais serviços disponíveis, destacam-se consultas médicas, exames oftalmológicos em parceria com o Hospital de Olhos da UFG (Cerof), ultrassonografias e testes rápidos para ISTs (HIV, sífilis e hepatites).

A Carreta da Mamografia estará à disposição para exames preventivos, e haverá ainda vacinação, atendimento odontológico e aferição de pressão e glicose. Para apoiar o planejamento familiar, o evento oferecerá orientações sobre métodos contraceptivos, como DIU, laqueadura e vasectomia.

Além dos atendimentos de saúde, o Goiás Social Mulher vai oferecer capacitação profissional e encaminhamento para vagas de emprego, com destaque para as ações do programa Retomada, que incluem cursos técnicos e oficinas de beleza promovidos pelo Cotec. Na área da assistência social, haverá atualização do Cadastro Único (CadÚnico) e entrega de kits enxoval para gestantes e mães de recém-nascidos pela OVG, além de itens como cadeiras de rodas, cadeiras de banho e fraldas geriátricas e infantis.

Outro ponto forte da ação será a emissão de documentos, com a presença da Polícia Civil para a confecção de carteiras de identidade (RG) e do Vapt Vupt oferecendo serviços como emissão de CPF e segunda via de boletos.


Parceria entre Governo de Goiás e Prefeitura de Aparecida ofertará serviços gratuitos

Eufrázio
Diário da Manhã
DM Revista

EDITOR DMREVITSA
MARCUS VINÍCIUS **BECK**
mvbeck20@gmail.com

diariodamanhaoficial
diariodamanha
dmtvgoiania

MÚSICA

Guitarra bluesy no Sesc

Goiânia Blues Festival começa hoje no Teatro Sesc Centro com dois shows: Central do Som e Walter Villaça. Nesta sexta-feira, um dos pioneiros do blues em Goiás se apresenta durante encerramento do evento

Marcus Vinícius Beck

FOTOS: DIVULGAÇÃO E GUSTAVO FHOCA



Walter Villaça se destacou na música brasileira ao ajudar a desenvolver sonoridade de Cássia Eller



Guitarrista André Mols revisitará três décadas de blues rock em show no Sesc

O guitarrista Walter Villaça mostra nesta quarta-feira, 19, o esmero com que se dedica ao instrumento elétrico em show realizado na abertura do Goiânia Blues Festival, no Teatro Sesc Centro, a partir das 20h30. Villaça subirá ao palco tendo os Caboclos na retaguarda.

É técnica e feeling, pegada e fraseado, suingue e timbre: Jeff Beck total. O mestre e o aluno, a lenda e o virtuose. Ao lado de Fred Valle e Carlos Foca, Villaça começou a se enfurnar em março de 2016 no Estúdio Atittude, Setor Sul, às quartas-feiras para criar o disco "Okê Arô".

Para Villaça, esse trabalho surge para disseminar a música instrumental dentre maior número de pessoas mundo afora. Trata-se do primeiro álbum solo gravado pelo experiente guitarrista, conhecido por ter sido fundamental durante a definição sonora de Cássia Eller.

Ou seja, o instrumentista colocou sua guitarra em "Violões" (1996) "Veneno Antimonotonia" (1997), "Veneno Vivo" (1998), "Com Você Meu Mundo Ficaria Completo" (1999), "Rock'n Rio III" (2001), "Acústico MTV" (2001), "Dez de Dezembro" (2002) e "Luau MTV" (2003). Simplesmente os melhores discos de uma certa cantora que cuspia o fogo quente da poesia.

Villaça abriu também shows dos Rolling Stones em passagem deles pelo Brasil com a turnê "Bridges to Babylon". À época — os Stones tocaram aqui lá no ano de 1998 —, o guitarrista acompanhava Cássia. Ela, como sempre, não decepcionou: dez músicas, a maioria de Cazuza, o nosso poeta meio Mick Jagger que cantava o blues com pastor e bumbo na praça.

Então, notemos, esse tal de Walter Villaça construiu de fato uma história notável na música. Seu trabalho com os Caboclos, por exemplo, aposta nessa expressão artística como meio para que se propague a paz e integração entre os povos. As letras declaram amor à natureza, enquanto o som, alto-astral e incendiário, trafega pelas vias libertárias do rock'n'roll.

Se a música jamais parará, conforme diz Villaça, o repertório preparado para o show no Sesc Centro ilustra os dotes virtuosos do guitarrista. Deverá abrir o espetáculo com a sutil "Salve Caboclos", emendando com agitada "Sete Flechas" e seu riff hipnotizante. "Lamento Sertanejo" escancara admiração do músico habilidoso por Gilberto Gil e Dominguinhos.

A hendrixiana "Broto", por sua vez, assalta a coordenação motora. Pés e mãos bagunçados, tirados do conforto, essa comodidade oferecida pelo cemitério da ordem. Eis que vem às caixas de som "Okê Arô". Nela, o ouvinte deita numa estrada trepidante, oscila seus sentimentos, indo do prazer à revolta, e observa imagens ecológicas passando pela cabeça.

Quando já se está esbaforido, Villaça chega às últimas consequências ao mandar ver "Mil Walters": achapagante. Pensa-se na tradição do blues produzido em Chicago, Muddy Waters, Buddy Guy e essas santidades, mas em emocionante sintonia com o som de novos nomes do estilo ancestral, tipo o duo Larkin Poe e o guitarrista Christone "Kingfish" Ingram.

Próximo ao fim, a dançante "Planta" precede o "Clima Quente". Talvez haja tempo para o bis: "Cassia Blues", "Tutu" e "Leviticus Faggot". A guitarra ulula, sussurra. A vida sem música é um erro, uma chatice interminável, um porre sorvido numa madrugada insolente.

Rememora Villaça: "Com a retomada aos palcos pós pandemia, fizemos o festival Canto da Primavera, em Pirenópolis." Ele afirma que o show está afinado para rodar festivais de jazz, blues e música instrumental, pois "tem uma pegada completamente diferente e original na assinatura musical do trabalho autoral e nas releituras de grandes influências".

Mais música

Além de Villaça e os Caboclos, a programação desta quarta-feira, 19, começa às 19h30. Os improvisos e a interatividade do grupo Central do Som dão o tom da abertura com o show Afro Brasilidades. Fred Valle e Edilson Morais formam a banda que abrirá a noite.

Na quinta, 20, o festival leva ao palco do Sesc Centro a MPB, a World Music e o Jazz de Fabiano Chagas, às 19h30, em show no qual revisitará sua trajetória. Às 20h30, Pedro Braça e Luiz Chaffin demonstrarão toda a conexão artística que lhes é comum no espetáculo "Com a Corda Toda". Eles apresentam arranjos originais, releituras e composições autorais.

Goiânia Blues Festival termina na sexta-feira, 21, com três shows. A noite se inicia com a banda Jahz Reggae, liderada por Marcelo Maia, que se apresenta às 19h. Na sequência, Front Jr e Luiz Chaffin chegarão juntos no Som Corrente. André Mols fecha evento às 21h sintetizando três décadas de blues, estilo do qual é um dos pioneiros no cenário goiano.

"Todos são músicos de carreira, reconhecidos nacional e internacionalmente, e que já contam uma longa história em palcos brasileiros e estrangeiros. Mas também são músicos que representam a diversidade desse estilo, que nem sempre é evidente para a audiência", afirma o produtor e músico Luiz Chaffin. Os ingressos já se esgotaram.

BLUES FESTIVAL
De hoje a sexta
Teatro Sesc Centro
R. 15, 178-298
Ingressos esgotados



Etiqueta

Adelita Costa

Enriqueça seu vocabulário

Longe de ser conjunto de regras arcaicas, etiqueta moderna se adapta aos novos tempos. Ela promove respeito, consideração e elegância em todas as



Decanter separa sedimentos resultado da ação do tempo em vinhos mais antigos

Em um mundo cada vez mais dinâmico e conectado, a etiqueta continua a ser um pilar fundamental para o convívio social e profissional. Longe de ser um conjunto de regras arcaicas, a etiqueta moderna se adapta aos novos tempos, promovendo respeito, consideração e elegância em todas as interações. Uma mesa deve ser olhada como uma oportunidade de desfrutarmos de momentos agradáveis e é nesses momentos que a etiqueta se faz mais presente.

Malassol. Caviar de alta qualidade, proveniente de esturjões do Mar Cáspio e Mar Negro que são servidos em pequenas porções, sobre blinis ou torradas, acompanhado de creme azedo ou outros complementos. Malassol - caviar russo, considerado de primeira qualidade, e existe em três tamanhos: Sevruga (pequeno), setrava (médio) e beluga (grande). O caviar é a ova em conserva do peixe esturjão e considerado uma das maiores iguarias do mundo.

Decanter. Origem na antiguidade (uso de ânforas), popularizado na França. A etiqueta à mesa, transcende o simples ato de comer. Reflete nossa capacidade de criar um ambiente agradável e harmonioso para todos os presentes. Conhecer o uso correto de utensílios como o decanter, pode elevar a experiência de um jantar, demonstrando cuidado e apreço pelos convidados. O decanter é utilizado para servir bebidas, e suas funções são duas: separar sedimentos resultado da ação do tempo em vinhos mais antigos. A outra função é a oxigenação. Ao decantar, incline a garrafa suavemente e observe a transição do líquido contra uma fonte de luz. Pare de despejar quando os sedimentos começarem a se aproximar do gargalo.

Amuse-bouche. Pequena iguaria servida como aperitivo antes do início formal da refeição. O termo é francês e significa "divertidor", oferecido gratuitamente pelo chef para preparar o paladar dos comensais. É mais elaborado que os aperitivos comuns e deve ser consumido em uma ou duas mordidas, apreciando os sabores e texturas. Não deve ser confundido com um simples petisco, é uma amostra da criatividade e habilidade do chef.

Sobert. De origem francesa, é um sorvete leve, geralmente à base de frutas, servido entre pratos para limpar o paladar e preparar o comensal para o próximo sabor. Consumir o sorbet em pequenas colheradas, apreciando a leveza e o frescor. Evitar comer muito rápido para não causar sensibilidade nos dentes.

Alla Puttanesca. De origem italiana é um tipo de molho para massas feito com tomates, azeitonas, alcaparras, alho e ervas. O nome tem origem controversa, mas o sabor é inconfundível. Ao saborear um prato com molho alla puttanesca, aprecie a combinação de sabores intensos e contrastantes. Harmoniza bem com vinhos tintos leves.

Savoir-faire. Em francês quer dizer "saber fazer". Habilidade de saber o que fazer em cada situação, especialmente em contextos sociais. Implica elegância, tato e bom senso. Demonstre savoir-faire ao adaptar seu comportamento ao ambiente, vestir-se adequadamente e interagir com os outros de forma respeitosa e atenciosa.

Egg boats. Popular em diversas culturas, são pães pequenos, sem miolo, recheados com ovo, queijo e outros ingredientes, gratinados no forno.Servir como aperitivo ou entrada, acompanhados de saladas ou outros complementos.

Brunch. Surgiu na Inglaterra (século XIX). Refeição que combina café da manhã (breakfast) e almoço (lunch), geralmente servida entre as duas refeições, onde é servido uma variedade de pratos doces e salgados, como frutas, pães, bolos, ovos, bacon, saladas e sanduíches.

Open-house. Originou nos Estados Unidos, recepção informal, sem convite formal, geralmente para celebrar aniversários, inaugurações ou outras ocasiões.

Escalope/Scallopini. Origem, França/Itália, são finas fatias de carne geralmente vitela preparadas de diversas formas. Servir como prato principal, acompanhado de molhos, legumes ou massas.

Medaillon. Corte de carne em formato arredondado, semelhante a uma medalha. Servir como prato principal, grelhado ou assado, acompanhado de molhos e acompanhamentos diversos.

Literatura goiana ganha novo espaço

'Didocast' estreia nesta sexta-feira, 21, com presença da poeta e atriz Thaise Monteiro

LINO ARAÚJO/ DIVULGAÇÃO



Iniciativa promove valorização da produção literária do estado

Redação

A literatura goiana ganha um novo espaço de destaque com a estreia do "Didocast – A Manutenção da Cultura Goiana", um projeto que promove a valorização da produção literária do estado por meio de entrevistas com poetas, escritores e agentes culturais.

O primeiro episódio será transmitido ao vivo no canal Didosseia no YouTube, nesta sexta-feira, 21, às 19h, e contará com a presença da poeta Thaise Monteiro, que falará sobre sua trajetória, influências e o cenário da literatura em Goiás.

O Didocast chega com o objetivo de fortalecer a identidade cultural goiana, dando voz a seus criadores e fomentando a troca de ideias sobre a produção literária local. Além da entrevista, o projeto oferece atividades formativas ao público. Para essa estreia, Thaise Monteiro ministrará uma Oficina de Escrita Criativa, proporcionando uma experiência imersiva e prática para os participantes. As vagas são limitadas.

Criado e apresentado por Helissa Soares, professora, youtuber e crítica literária, o Didocast faz parte da programação do canal Didosseia, consolidado como um dos principais espaços de discussão sobre literatura no estado e um dos maiores canais de literatura do país.

O projeto integra uma série de entrevistas com 12 poetas goianos que irão ao ar quinzenalmente, promovendo diálogos sobre suas obras e a importância da preservação e renovação da cena literária local.

EAV abre inscrição para grupo de estudos

Redação

A Escola de Artes Visuais (EAV) está com inscrições gratuitas para o grupo de estudos "Arte em Transição", coordenado pelo artista visual Jocy Junior, especialista em pesquisa, prática e docência em artes. Com o tema central "Como pessoas trans e travestis têm dilatado o pensamento e a prática artísticas no Brasil?", serão oferecidas 20 vagas para encontros mensais.

As inscrições podem ser feitas até o próximo dia 28, sexta da semana que vem, e os interessados devem enviar para o e-mail ccom@goias.gov.br os seguintes dados: contendo nome completo, nome da atividade ("Grupo de Estudos Arte em Transição"), e-mail e telefone para contato.

O grupo se reunirá mensalmente, aos sábados, a partir do próximo dia 29 de março, das 9h às 12h. Os demais encontros estão previstos para os dias 26/04, 31/05 e 07/06. As reuniões têm como objetivo propor leituras, reflexões e discussões sobre as transições no pensamento e na prática artísticas no Brasil, seguidas por exercícios criativos que respondam a este momento teórico, transmutando as conversas em arte.

Lula acena para classe média em momento de queda na popularidade

Além do Imposto de Renda (IR), Executivo deve anunciar em breve novas ações tendo esse público como alvo. Medidas implicam ampliação do limite de renda para acessar financiamentos mais baratos do Minha Casa, Minha Vida

Folhapress

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ ABR



Lula (à direita) entregou projeto para isentar IR para o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta

Em um momento de queda de sua popularidade, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez um novo aceno à classe média e lançou nesta terça-feira, 18, o projeto para isentar de Imposto de Renda os contribuintes que ganham até R$ 5.000.

Promessa de campanha tanto de Lula quanto de seu adversário na última eleição, Jair Bolsonaro (PL), a isenção foi anunciada pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) em cadeia de rádio e TV no dia 27 de novembro, junto com o pacote de contenção de despesas.

A formalização do projeto ocorre quase quatro meses após o anúncio e chega no mesmo momento de outras medidas que beneficiam a classe média, como a liberação do saldo do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para quem havia sido demitido e não conseguiu sacar, e o novo empréstimo consignado privado.

O Executivo ainda prepara novas ações tendo esse público como alvo, como a ampliação do limite de renda para acessar os financiamentos mais baratos do Minha Casa, Minha Vida, como mostrou a Folha de S.Paulo.

Segundo o governo, com a isenção maior do IR, cerca de 10 milhões de contribuintes que hoje pagam o imposto ficarão livres da cobrança. Quem ganha até R$ 7.000 mensais ainda precisará recolher o tributo, mas terá um desconto para pagar menos.

Se o texto for aprovado ainda neste ano, a medida começará a valer em 2026, ano de eleições para a Presidência da República. Para tirar a medida do papel, o governo vai abrir mão de R$ 25,8 bilhões em receitas. Para compensar essa renúncia, o presidente propôs a criação de um imposto mínimo sobre a alta renda.

A cobrança extra mira contribuintes que têm seus rendimentos concentrados em modalidades isentas (como lucros e dividendos) e, por isso, pagam uma alíquota efetiva mais baixa do que os trabalhadores em geral. Quem ganha a partir de R$ 600 mil ao ano poderá ser alvo da tributação. A alíquota será crescente e chegará a até 10% para rendimentos acima de R$ 1,2 milhão ao ano.

"141 mil pessoas vão contribuir [mais] para que 10 milhões de pessoas não paguem Imposto de Renda", disse Lula em seu discurso. A criação do imposto mínimo, porém, deve enfrentar resistências no Congresso Nacional. A cúpula do Legislativo já sinalizou que a isenção maior do IR só será aprovada se houver medida de compensação.

Motta

Durante a cerimônia no Palácio do Planalto, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), já deu o recado de que o projeto será alterado no Legislativo.

Motta, que é médico, fez uma analogia com a profissão e disse que, na relação com o paciente, é preciso ter sensibilidade, mas também dizer a verdade. "Sua sensibilidade nesse momento, presidente [Lula], é se colocar no lugar de quem sofre injustiças nesse pais", disse. "A segunda coisa é dizer a verdade."

"É justamente nessa relação de lealdade que nós estamos aqui para dizer ao senhor, presidente, que você terá de nós a lealdade na apreciação dessa matéria, mas sempre buscando trazer a verdade nessa relação", acrescentou Motta. "O Congresso, com certeza, fará alterações nessa matéria. Alterações que visam à melhora."

Ao fim da cerimônia, Lula disse que os parlamentares têm o direito de fazer alterações, mas também deu um recado do governo: "Mudar para melhor, pode. Para piorar, jamais."O petista ainda respondeu a Motta fazendo também uma analogia com a profissão de médico. "Você, que é um médico, não vá dar diagnóstico errado para o povo que está doente", afirmou.

Lula disse ainda que a aprovação da isenção maior no IR pode ser uma forma de encorajar a população a "voltar a acreditar na política" e perceber que "vale mais a pena ser democrático do que ser negacionista", sem citar nomes.

Haddad diz que projeto vai melhorar distribuição de renda

Em seu discurso, Haddad fez questão de ressaltar que a isenção maior do IR foi uma promessa não só de Lula, mas também de outros políticos — sem mencionar Bolsonaro."Estamos levando ao Congresso Nacional um projeto que honra a palavra empenhada pelo senhor e por outros políticos. Mas o senhor ganhou a eleição e, portanto, tem um programa a cumprir. Mas a palavra já foi empenhada por outros políticos", disse.

O ministro da Fazenda também reconheceu que há críticas contra o projeto, mas argumentou que sua aprovação pode "reverter a péssima distribuição de renda" no Brasil. Segundo ele, a proposta é a primeira "reforma profunda" no Imposto de Renda no país e "mexe numa ferida de longa data".

"É muito difícil tocar em feridas como esta. Mas nós precisamos tocar nelas em algum momento da nossa história, e esse momento chegou", afirmou. Haddad afirmou que o Brasil está entre as dez maiores economias do mundo, mas também figura entre as dez nações mais desiguais do mundo.

"Vários estudos demonstram que uma das principais razões para isso acontecer é a ação do Estado, que muitas vezes tira do pobre e dá para o rico, e muitas vezes os serviços públicos, em vez de chegar aos mais pobres, chegam aos estratos mais elevados do ponto de vista da renda e deixam os estratos menores à míngua", disse.

Na frente das lideranças do Congresso, Haddad ainda afirmou que a proposta do IR "não é um projeto de poder, é um projeto de sociedade" e disse que "não tem caça às bruxas, histeria, não tem ideologia no mau sentido da palavra". O ministro também pediu que o projeto seja avaliado pelos parlamentares considerando dois aspectos centrais para o governo: a neutralidade fiscal e a justiça social.

RICARDO STUCKERT / PR



Ministro reconheceu que há críticas ao projeto e afirmou que medida mexe em ferida de “longa data”

LANÇAMENTO

Disco resgata poemas de Itamar Assumpção

'Mar Adentro' explora faceta menos conhecida do artista que se tornou ícone da vanguarda paulista, nos anos 1980

Leonardo Lichote
Folhapress

ANA ALEXANDRINO/DIVULGAÇÃO



Guto Belluco diz que uma das canções retrata estado de quem se apaixona

O compositor e cantor Guto Bellucco folheava o livro "Cadernos Inéditos", com textos de Itamar Assumpção extraídos de seu baú e editados após sua morte. A certa altura, deteve a atenção em alguns versos: "Quando você conheci/ de cara capturei/ de boca aos seus pés caí/ ajoelhei e rezei/ subi paredes, desci/ fui ao inferno e voltei/ não sei porque não morri/ porque não morri não sei". Viu ali uma possível canção.

"Esses versos expressam de uma forma muito potente o estado de quem se apaixona perdidamente, oscilando entre o céu e o inferno", diz Bellucco, explicando a origem das composições reunidas agora no álbum "Mar Adentro", a partir de poemas do ícone da vanguarda paulista, a partir dos manuscritos disponíveis no Museu Itamar Assumpção.

Houve um processo longo entre compor um punhado de canções sobre poemas de Itamar e entender quais poderiam compor o disco. "Sempre fiz músicas com letras minhas, e de repente me vi com esse parceiro póstumo. Tive que entender como lidar com essa entidade que ele representa. E sou de uma geração que gosta do formato disco e respeita essa ideia de mergulhar numa obra que dura 30 ou 40 minutos."

Quando se convenceu de que tinha um projeto de disco em mãos, Bellucco licenciou as músicas com a família de Itamar e começou a pensar como elas deveriam soar. Convidou Lucas Vasconcellos para ajudá-lo a desenhar a sonoridade refinada e inusitada.

Vasconcellos sugeriu que eles tomassem como referência o primeiro disco de Jards Macalé, de 1972, gravado praticamente ao vivo no estúdio por ele, Tutty Moreno e Lanny Gordin. Montaram uma banda com Guto (voz, violão e guitarra), Lucas (baixo, guitarra e charango), e Gabriel Barbosa "Barbeize" (bateria).

Assim, foi fundamental a mão de Marcos Kuzka (viola caipira, clarinete, piano elétrico e sintetizador), que ajudou a ampliar as texturas do disco. Ele assina a produção musical com Vasconcellos, enquanto a produção artística é de Mariana Filgueiras. Ela escreveu com Bellucco a única canção do disco que não é de Itamar, "Mar Adentro".

Há um certo espírito sonoro da década de 1980, mais precisamente do rock menos solar daquele período. "Além de ter sido um período fundamental da produção de Itamar, são uma influência central para mim. Mas falei muito com o Lucas sobre não usar timbres e sonoridades explicitamente 'itamarísticas'."

A despeito da sonoridade, há nos poemas uma faceta menos identificada com o universo de Itamar -um peso emocional que, apesar de estar presente em parte da obra do artista, surge potencializado em "Mar Adentro" pela voz grave e rouca do cantor e pelos arranjos. "O disco vai indo da densidade para algo leve", diz. "Na última música, ele fala 'a minha onda é andar'. É a possibilidade de continuar caminhando, de não sucumbir frente à paixão."

ANDRÉ SADDI



Duo faz show no Metropolitan

O duo 42 Cordas será a atração do Música no Mall de sábado, 22. O som terá início às 13h e levará para o polo gastronômico do Metropolitan Mall clássicos do rock e da MPB. Elvis Presley, Creedence Clearwater Revival, B.B. King, The Doors, Nirvana, Barão Vermelho, Raimundos, O Rappa, Alceu Valença, Zé Ramalho e Almir Sater são alguns dos nomes que irão compor o repertório do show, que tem entrada gratuita.

O 42 Cordas soma sete anos de estrada e é formado por Junior Melo e Marcelo Dinelza, músicos com mais de 20 anos de experiência. Dinelza, inclusive, é autor de sucessos sertanejos interpretados por grandes nomes como Jorge & Mateus, Matheus & Kauan e Edy Britto & Samuel.

Além de ser banda residente do Rio Quente Resorts, o duo se apresenta em diversas cidades do estado, como Caldas Novas, Morrinhos, Ipameri, Rio Verde e Quirinópolis. O Metropolitan Mall fica na Avenida Deputado Jamel Cecílio, nº 2.690, no Jardim Goiás, em Goiânia (GO). (Redação)

Músicos celebram Los Hermanos

O cantor Thiago Marques e o Projeto Paquetá com seu Tributo a Los Hermanos, considerado um dos melhores no cenário da música brasileira, estarão nesta quinta-feira, 20, no Lowbrow Lab Arte & Boteco, a partir das 20h30.

PUBLICIDADE LEGAL

comercial@dm.com.br
(62) 3267-1000

SENAR Goiás
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE GOIÁS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 014/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PENTEST CYBER SECURITY
Data de abertura das propostas: 26/03/2025 às 09h00
Data da Disputa: 26/02/2025 às 09h30
Edital disponível no endereço eletrônico:
www.sistemafaeg.com.br/senar
https://www.licitacoes-e.com.br

Goiânia, 18 de março de 2025 – Dirceu Borges- Superintendente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS
AVSO DE LICITAÇÃO – Pregão Eletrônico nº 005/2025.
Tipo – menor preço por lote. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CESSÃO DE USO DE SOFTWARE PARA AUXÍLIO NA FORMAÇÃO E ELABORAÇÃO DE CESTAS DE PREÇOS DAS COMPRAS PÚBLICAS DESTE MUNICÍPIO.** Data de abertura: **01/04/2025 às 08:30 horas**. O Edital está disponível no portal da transparência. Mais informações poderão ser obtidas com a Secretaria de Licitações de Cocalzinho de Goiás, através do número: (62) 99681-0379 e e-mail licitacoescocalzinho@gmail.com.
Cocalzinho de Goiás, 19 de março de 2025.
Soraya Batista de Siqueira - Pregoeira

Diário da Manhã
www.dmacervo.com.br

Município de Marzagão – Estado de Goiás
RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2025 - SRP
Licitantes Vencedores: MOVEIS CARVALHO LTDA, RB LIFE LTDA, PRO - SAUDE DISTRIBUIDORA LTDA, JS COMERCIO E CONSTRUCOES LTDA, FISIO MED EQUIPAMENTOS LTDA, GF DISTRIBUIDORA DE MOVEIS DE ESCRITORIO LTDA, MN COMERCIO DE MOVEIS E MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA, A. R COMERCIO ATACADISTA LTDA, MHF MOVEIS LTDA. Marzagão, 18/03/2025.
INÊS MARQUES DA SILVA
Pregoeira.

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
A PREFEITURA DE CORUMBAÍBA-GO, por meio do Agente de Contratação oficial, designado pelo Decreto nº 128/2025, torna público a todos os interessados que o Edital do Pregão Presencial nº 04/2025, destinado a **AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA SAÚDE**, conforme especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos. **DA SESSÃO PRESENCIAL** Dia: 02 de abril de 2025. Horário: 14 horas (Horário de Brasília/DF). Local: Sala de Licitação da Prefeitura - Rua Simon Bolívar, nº 58, Centro, - Corumbaíba-GO, CEP 75.675-000. O Edital pode ser solicitado via e-mail:licitacaopmcorumbaiba@gmail.com Outras informações poderão ser obtidas nos telefones: (64) 3447-7000. Corumbaíba-GO, 18 de março de 2025.
TÂNIA APARECIDA DOS SANTOS
Agente de Contratação de Corumbaíba-GO.

LUCAS DA COSTA SOUSA, CPF: 005.496.081-92, torna público que requereu da SEMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ivolândia-GO, a Licença Ambiental para Corte de Árvores Isoladas Sem Emissão de DOF, sob o Processo: 1508/2025, na Fazenda Oriente Parte 2, RODOVIA GO-320 KM 20, sentido Iporá. Município: Ivolândia-GO. 17 de março de 2025.

PREFEITURA DE ABADIÂNIA/GO ERRATA AO VALOR DA LICITAÇÃO PREGÃO Nº 013/2025 Considerando que houve a ocorrência de erro material no valor total estimado da contratação nos itens 07 do Estudo Técnico Preliminar, 09 do Termo de Referência e Quadro Resumido do Edital, mas na descrição do objeto da presenta licitação constou o valor correto estimado de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) para cada item, totalizando para os dois itens, R$ 480.000,00 (item 07 do Estudo Técnico Preliminar e item 09 do Termo de Referência), RETIFICO o valor total estimado da contratação para constar R$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais). Tendo em vista que não houve alteração do Edital que comprometa a formulação das propostas, conforme art. 55 §1° da Lei n° 14.133, 2021, mantenho a data e o horário da sessão de licitação, para o dia 26/03/2025, às 14h. Abadiânia, 17 de março de 2025. **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIÂNIA AVISO DE LICITAÇÃO TIPO PREGÃO PRESENCIAL 0021/2025 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 0021/2025 TIPO: MENOR PREÇO. INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS, CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA ELABORADO PELO (A) GESTOR (A). DATA: 02/04/2025 - HORA: 08H00M MAIORES INFORMAÇÕES: E-MAIL: cplabadiania@hotmail.com ABADIANIA, 19 DE MARÇO DE 2025. **LUIS ALBERTO PEREIRA DO PRADO MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO**



PUBLICIDADE LEGAL

comercial@dm.com.br
(62) 3267-1000

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Condutores de Veículos de Duas Rodas do Estado de Goiás, José Valter da Silva Piovesan, no uso de suas atribuições legais, convoca todos os trabalhadores integrantes da categoria, a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 28/03/2025, sexta feira, às 19h, em primeira convocação, e, uma hora após, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, na sede no Sindicato, à Rua Domingos Abreu Vieira, QD. 220, LT. 26, Cidade Jardim – Goiânia-GO, para deliberarem sobre a perda de mandato dos membros do Conselho Fiscal eleitos para o cargo, e dos Suplentes, também eleitos para os cargos, por força do artigo 48, § 2º do Estatuto Social vigente, como penalidade por não comparecerem em 03 (três) reuniões ordinárias sucessivas e sem justificativa.Goiânia, 18 de março 2025.José Valter Silva Piovesan, Presidente

PREFEITURA DE CROMÍNIA - GO

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/24

EXTRATO DO EDITAL Nº 05

O MUNICÍPIO DE CROMÍNIA - GO, através da Comissão Especial de Concurso Público - CECP, nomeada pelo Decreto n. 215/2024, **torna público** que foi divulgado por meio do **EDITAL 05 – DIVULGA OS LOCAIS E HORÁRIOS DAS PROVAS OBJETIVAS.** O edital completo e seus anexos estarão disponíveis no placar da Prefeitura e nos sites www.itame.com.br e www.crominia.go.gov.br. Cromínia, 18/03/25. ROZERLY PAULINA CUNHA GONÇALVES - Presidente da CECP.

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL 10/2025

A PREFEITURA DE SANTA CRUZ DE GOIÁS, por meio do pregoeiro oficial, designado pela Portaria nº 59/2025, torna público a todos os interessados que o Edital do Pregão Presencial nº 10/2025, destinado à Contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis para abastecimento da frota de veículos e maquinários destinados ao atendimento a diversas secretarias Município de Santa Cruz de Goiás, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos. Data de Abertura: 01 de abril de 2025 às 8h30. Local: Sala da Licitação - Rua Padre Prego, nº 37, Centro, CEP 75.220-000. O Edital pode ser solicitado via e-mail:cplsantacruzgo@gmail.com. Outras informações poderão ser obtidas nos telefones: (64) 3472 1289.

Santa Cruz de Goiás, 18 de março de 2025.

RAYANNE FERREIRA

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº005/2025

MODALIDADE: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº005/2025.** DATA DE ABERTURA: 02 de abril de 2025. Horário: 09h00min. Objeto: **AQUISIÇÃO DE HIDRATADORES PARA SEREM INSTALADOS EM LONGADOUROS PÚBLICOS PELO DEMAE - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.** O Edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações do DEMAE ou pelo site: https://www.demae.go.gov.br/licitacao/pregao.html. Informações adicionais podem ser obtidas junto à comissão permanente de licitações através do e-mail: licitacao@demae.com.br. Caldas Novas, 19 de março de 2025.

FERNANDA CRISTE PEREIRA DE ARAÚJO

PREGOEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº008/2025

MODALIDADE: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº008/2025.** DATA DE ABERTURA: 02 de abril de 2025. Horário: 14h30min. Objeto: **AQUISIÇÃO DE BOMBAS SUBMERSÍVEIS PARA ATENDER A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO – ETE DO DEMAE - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.** O Edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações do DEMAE ou pelo site: https://www.demae.go.gov.br/licitacao/pregao.html. Informações adicionais podem ser obtidas junto à comissão permanente de licitações através do e-mail: licitacao@demae.com.br. Caldas Novas, 19 de março de 2025.

FERNANDA CRISTE PEREIRA DE ARAÚJO

PREGOEIRA

PREFEITURA DE MINEIROS
Uma cidade cada vez melhor

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 015/2025

O **MUNICÍPIO DE MINEIROS**, inscrito no CNPJ sob o no 02.316.537/0001-90, com sede na Praça Coronel Carrijo, 001, Centro, Mineiros - Goiás, torna público, **que fará realizar no dia 02 de abril de 2025, em sessão pública eletrônica realizada na plataforma Bolsa Nacional de Compras - BNC**, a partir das **09:00 (nove) horas** - horário de Brasília, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo menor preço, Contratação de empresa especializada no fornecimento de lanches para servidores da Secretaria de Obras Urbanas e Secretaria de Estradas e Rodagens, conforme disposições do termo de referência em anexo. Fim do cadastramento das propostas 02/04/2025 às 08hrs00min. Início da sessão pública no dia 02/04/2025 às 9hs00min. O edital e o recebimento da proposta estará disponível a partir de 19/03/2025, encontra-se disponível, na íntegra, nos endereços www.mineiros.go.gov.br, http://bnc.org.br e www.gov.br/pncp/pt-br/pncp. Frisa-se que ao presente Pregão é Regido pela Lei 14.133/2021, Decreto Municipal no 003/2024, Lei Complementar no 123/2006 e suas alterações. Informações: licitacao@mineiros.go.gov.br ou pelo telefone (064) 3672-7816.

PAULA REGINA CARRIJO NOVAIS - Pregoeira Substituta

PREFEITURA DE MINEIROS
Uma cidade cada vez melhor

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 017/2025

O **MUNICÍPIO DE MINEIROS**, inscrito no CNPJ sob o no 02.316.537/0001-90, com sede na Praça Coronel Carrijo, 001, Centro, Mineiros - Goiás, torna público, **que fará realizar no dia 03 de abril de 2025, em sessão pública eletrônica realizada na plataforma Bolsa Nacional de Compras - BNC**, a partir das **09:00 (nove) horas** - horário de Brasília, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo menor preço, Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios para servidores da Secretaria de Estradas e Rodagens, conforme disposições do termo de referência em anexo. Fim do cadastramento das propostas 03/04/2025 às 08hrs00min. Início da sessão pública no dia 03/04/2025 às 09hs00min. O edital e o recebimento da proposta estará disponível a partir de 19/03/2025, encontra-se disponível, na íntegra, nos endereços www.mineiros.go.gov.br, http://bnc.org.br e www.gov.br/pncp/pt-br/pncp. Frisa-se que ao presente Pregão é Regido pela Lei 14.133/2021, Decreto Municipal no 003/2024, Lei Complementar no 123/2006 e suas alterações. Informações: licitacao@mineiros.go.gov.br ou pelo telefone (064) 3672-7816.

PAULA REGINA CARRIJO NOVAIS - Pregoeira Substituta

MUNICÍPIO DE BONÓPOLIS - AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003-2025 - Lei 14.133/2021- MODO DE DISPUTA: ABERTO Processo Administrativo nº: 1195/2025**.** O Município de Bonópolis, Estado de Goiás, torna público, que realizará o Pregão Eletrônico nº 003/2025, TIPO: "MENOR PREÇO POR ITEM". Objeto: Registro de Preços para contratação, sob demanda, de empresa especializada no fornecimento alimentos prontos (preparados) na Cidade de Bonópolis, para atender as necessidades das secretarias e órgãos municipais, conforme especificações constantes nas planilhas e Termo de Referência – Anexo I do Edital. Data final de recebimento das propostas: 08:00h do dia 01/04/2025. Data de abertura sessão pública / propostas: às 08:01h do dia 01/04/2025. Data de início dos lances: às 09:01h do dia 01/04/2025. O edital estará disponível e as propostas serão recebidas a partir de 19/03/2025 no site da plataforma de Pregão Eletrônico Bolsa Nacional de Compras – BNC - https://bnc.org.br/. Informações: www.bonopolis.go.gov.br; Fone: 62.33931126; segunda a Sexta da 07h as 11h e das 13h às 17h. Bonópolis, 18 de março de 2025. Renia Patrícia de Araújo – Pregoeira.

PREFEITURA DE MINEIROS
Uma cidade cada vez melhor

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 018/2025

O **MUNICÍPIO DE MINEIROS** inscrito no CNPJ sob o no 02.316.537/0001-90 por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME**, com sede na Avenida Ino Rezende, Quadra 01A, Lote 01A, Residencial Michelangelo, no Ipê Shopping no Município de Mineiros-GO, torna público, **que fará realizar no dia 08 de abril de 2025, em sessão pública eletrônica realizada na plataforma Bolsa Nacional de Compras - BNC**, a partir das **09:00 (nove) horas** - horário de Brasília, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo menor preço, para a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar municipal gratuito para os alunos das unidades escolares da Zona Rural de uma linha no Município de Mineiros/GO, conforme especificações do termo de referência visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação. Fim do cadastramento das propostas 08/04/2025 às 08hrs00min. Início da sessão pública no dia 08/04/2025 às 09hs00min. O edital e o recebimento da proposta estará disponível a partir de 19/03/2025, encontra-se disponível, na íntegra, nos endereços www.mineiros.go.gov.br, http://bnc.org.br e www.gov.br/pncp/pt-br/pncp . Frisa-se que ao presente Pregão é Regido pela Lei 14.133/2021, Decreto Municipal no 003/2024, Lei Complementar no 123/2006 e suas alterações. Informações: licitacao@mineiros.go.gov.br ou pelo telefone (064) 3672-7816.

PAULA REGINA CARRIJO NOVAIS - Pregoeira Substituta

PREFEITURA DE MINEIROS
Uma cidade cada vez melhor

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 019/2025

O **MUNICÍPIO DE MINEIROS**, inscrito no CNPJ sob o no 02.316.537/0001-90, com sede na Praça Coronel Carrijo, 001, Centro, Mineiros - Goiás, torna público, **que fará realizar no dia 04 de abril de 2025, em sessão pública eletrônica realizada na plataforma Bolsa Nacional de Compras - BNC,** a partir das **09:00 (nove) horas** - horário de Brasília, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo menor preço, Contratação de empresa especializada para futura, eventual e parcelada aquisição de água Mineral e gás GLP 13kg, para atender as necessidades do paço municipal e suas unidades no município de Mineiros - GO, conforme disposições do termo de referência em anexo. Fim do cadastramento das propostas 04/04/2025 às 08hrs00min. Início da sessão pública no dia 04/04/2025 às 9hs00min. O edital e o recebimento da proposta estará disponível a partir de 19/03/2025, encontra-se disponível, na íntegra, nos endereços www.mineiros.go.gov.br, http://bnc.org.br e www.gov.br/pncp/pt-br/pncp . Frisa-se que ao presente Pregão é Regido pela Lei 14.133/2021, Decreto Municipal no 004/2024, Lei Complementar no 123/2006 e suas alterações. Informações: licitacao@mineiros.go.gov.br ou pelo telefone (064) 3672-7816.

PAULA REGINA CARRIJO NOVAIS - Pregoeira Substituta

PREFEITURA DE MINEIROS
Uma cidade cada vez melhor

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 021/2025

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MINEIROS-FMS**, inscrito no CNPJ sob o no 11.924.138/0001-01, com sede no Paço Municipal II, Ipê Shopping – Av. Ino Rezende, Qd 1A, Lt 1A, S/N, Residencial Michelangelo, CEP: 75.834-042, Mineiros – Goiás, torna público, **que fará realizar no dia 03 de abril de 2025, em sessão pública eletrônica na plataforma Bolsa Nacional de Compras - BNC**, com início às **09h00min (nove) horas** - horário de Brasília, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo menor preço por ITEM, visando a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGIA, PORTEIRO, AUXILIAR DE COZINHA E AUXILIARES DE LIMPEZA, PARA ATENDER A CASA DE APOIO AO MINEIRENSE localizada em Goiânia/GO**. O edital de convocação encontra-se disponível, na íntegra, no endereço www.mineiros.go.gov.br, http://bnc.org.br e www.gov.br/pncp/ptbr/pncp. Informações: saudelicitacao@mineiros.go.gov.br ou pelo telefone (064) 3661-0027.

WAXIENE GOUVEA NAVES - Pregoeira

MUNICÍPIO DE CAVALCANTE

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2025

O MUNICIPIO DE CAVALCANTE, torna público que fará realizar às 09h00min do dia 03 de abril de 2025, pelo sistema LICITANET **(https://www.licitanet.com.br/)**, a concorrência eletrônica Nº 02/2025, do tipo menor preço global visando a contratação de empresa especializada para execução de construção de quadra esportiva coberta em arco modelo 1 padrão seduc na escola mun. alci alves moreira, O edital e seus anexos poderão ser examinados ou adquiridos no endereço: Rua Cristã, nº 11, Centro, em dias e horários de expediente ou pelos sites **www.cavalcante.go.gov.br** e **https://www.licitanet.com.br/.** Informações: **licitacaocavalcante2@gmail**.com Cavalcante..

Vonei dos Santos Moreira, Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO CÉU

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP N. º 024/2025

A Prefeitura Municipal de Chapadão do Céu, Estado de Goiás, através da Pregoeira e Equipe de Apoio, tornam público para o conhecimento de todos os interessados que **fará realizar no dia 01 de ABRIL de 2025, às 09:00 horas, no Sistema BNC, PREGÃO ELETRÔNICO SRP**, visando motivada pela real necessidade de Registro de Preços para eventual **aquisição de medicamentos e materiais de consumo para atendimento às Farmácias Básicas e Hospital Municipal Santa Luzia**, conforme descrito no modelo de proposta anexo ao Edital do Pregão Eletrônico de nº 024/2025 nos termos da Lei Federal nº. 14.133 de 01 de Abril de 2021. Para maiores informações, poderão ser obtidas na sala de Licitações desta Prefeitura, em horário normal de expediente sendo das 08h00min as 12h00min e das 14h00min as 17h00min, ou pelo telefone 0**64 3634-1228.

Chapadão do Céu – GO, 19 de março de 2025.

JAKELINE SOUZA SILVA - Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO CÉU

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP N. º 027/2025

A Prefeitura Municipal de Chapadão do Céu, Estado de Goiás, através da Pregoeira e Equipe de Apoio, tornam público para o conhecimento de todos os interessados **que fará realizar no dia 01 de abril de 2025, às 14:00 horas, no Sistema BNC, PREGÃO ELETRÔNICO**, visando motivada pela real necessidade de **Contratação serviços de manutenção preventiva e corretiva e monitoramento dos 2 (dois) Grupos de Motores Geradores da marca STEMAC**, conforme descrito no modelo de proposta anexo ao Edital do Pregão Eletrônico de nº 027/2025 nos termos da Lei Federal nº. 14.133 de 01 de Abril de 2021. Para maiores informações, poderão ser obtidas na sala de Licitações desta Prefeitura, em horário normal de expediente sendo das 08h00min as 12h00min e das 14h00min as 17h00min, ou pelo telefone 0**64 3634-1228.

Chapadão do Céu – GO, 19 de março de 2025.

JAKELINE SOUZA SILVA - Agente de Contratação

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

A PREFEITURA DE CORUMBAÍBA-GO, por meio do Agente de Contratação oficial, designado pelo Decreto nº 128/2025, torna público a todos os interessados que o Edital do Pregão Presencial nº 05/2025, destinado a Contratação dos serviços de transporte escolar para os alunos do ensino médio, fundamental e infantil da rede estadual e municipal de ensino do município de Corumbaíba-GO, conforme especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos. DA SESSÃO PRESENCIAL Dia: 01 de março de 2025. Horário: 08 horas e 30 minutos (Horário de Brasília/DF). Local: Sala de Licitação da Prefeitura - Rua Simon Bolívar, nº 58, Centro, - Corumbaíba-GO, CEP 75.675-000. O Edital pode ser solicitado via e-mail: licitacaopmcorumbaiba1@gmail.com. Outras informações poderão ser obtidas nos telefones: (64) 3447-7000.

Corumbaíba-GO, 18 de março de 2025.

TÂNIA APARECIDA DOS SANTOS

Agente de Contratação de Corumbaíba-GO.

SENAR Goiás

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE GOIÁS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 015/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Data de abertura das propostas: 27/03/2025 às 09h00

Data da Disputa: 27/02/2025 às 09h30

Edital disponível no endereço eletrônico:

www.sistemafaeg.com.br/senar

https://www.licitacoes-e.com.br

Goiânia, 18 de março de 2025 – Dirceu Borges- Superintendente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – AGE

NAÇÃO COLORADA

Nos Termos do Estatuto, convoco os senhores membros da Nação Colorada, para a reunião da Assembleia Geral Extraordinária, AGE, para delegar exclusivamente sobre a eleição e posse da diretoria executiva para o período de 2025/2029.

A AGE ocorrerá na Rua 256, nº 120, Sala 01, Andar Térreo - Setor Leste Universitário, Goiânia/GO, CEP: 74.610-200, no dia 22 de abril de 2025, com a primeira chamada às 17h e a segunda chamada às 17h30.

Goiânia, 18 de março de 2025.

Hugo Jorge Bravo de Carvalho

Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2025

(SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP)

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO D'ALIANÇA/GO**, inscrito no CNPJ sob nº 04.244.525/0001-23, localizado na Av. Teotônio F. Graças, s/n, salas 01 e 07, Centro – São João d'Aliança/GO, por intermédio do Agente de Contratação torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar no **dia 31 de março de 2025, às 09 horas**, licitação na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, **CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES PARA O PERÍODO DE 12 MESES, conforme quantitativos, especificações, condições/exigências definidos no Edital e seus Anexos,** que reger-se-á sob as normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e seus regulamentos, Decreto nº 10.024/2019, Decreto nº 7892/2013, alterado pelo Decreto nº 9488/2018, Decreto Municipal nº 2962/2025, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Dec. Federal nº 8538/2015. O Edital poderá ser obtido na Rua Goiás, nº 629, Centro – São João d'Aliança/GO, Fone (0xx62) 3438.1161/1943, no horário de expediente ou no site: **https://www.saojoaodalianca.go.gov.br,** na página **(interface)** deste **Pregão Eletrônico nº 08/2025**.

São João d'Aliança/GO, 19 de março de 2025.

RONILDO FONSECA MATTOS

Agente de Contratação

COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES ECONOMIA SOLIDARIA E PRODUCAO AGROECOLOGICA DE RIO VERDE E REGIAO - COOPAF

Edital de convocação para a Assembleia Geral Ordinária

O Presidente Leomar Ferreira Alves da **COOPAF**, inscrita no **NIRE 52400012386** com o **CNPJ 11.622.709/0001-45**, no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto Social convoca os senhores cooperados, que nesta data são em número de 146 em condição de votar para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizado na sede da cooperativa, rua 29, nº 58, Qd 03, lote 16, Bairro Maristela em Rio verde Goiás, no dia 27 de março de 2025. A instalação da **Assembleia Geral** ordinária, em primeira convocação às 6.30 horas, com a presença de 2/3 dos cooperados, em segunda convocação às 7.30 horas, com a presença de metade mais um e persistindo a falta de quórum, em terceira e última convocação, às 8.30 horas, com a presença mínima de 10 cooperados, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:**

1. Prestação de Contas do Exercício de 2024;
1.1 Relatório de Gestão;
1.2 Apresentação do Balanço Patrimonial;
1.3 Demonstrativos de Sobras/Perdas;
1.4 Parecer do Conselho Fiscal.
1.5 Remuneração da diretoria.
2. Destinação das Sobras/Perdas do Exercício de 2024;
3. Eleição e posse dos membros do Conselho Fiscal;
4. Outros assuntos de interesse dos cooperados sem valor decisório

Rio Verde - GO, 13 de março 2025.

Leomar Ferreira Alves
Diretor Presidente

MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO

AVISO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Santo Antônio do Descoberto, Estado de Goiás, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o procedimento de Credenciamento de Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos e/ou Filantrópicas e/ou Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) para a prestação de serviços complementares para celebração de parceria com a Administração Pública Municipal, em caráter de assistência aos usuários do Sistema SUS do Município de Santo Antônio do Descoberto-GO por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde de Santo Antônio do Descoberto – GO, os serviços prestados pelos profissionais englobam atividades em nível ambulatorial em consultas, procedimentos e exames, nos serviços próprios e ou terceirizados/contratualidades, conforme Lei Federal nº 14.133/2021, suas alterações e anexos do referido Edital. Os interessados poderão participar e apresentar a documentação nos termos do edital e anexos, a partir do dia **19/03/2025.** Os documentos poderão ser apresentados por meio digital, no e-mail: **secsaudesad@gmail.com**, ou físico no endereço: Quadra 75A, Lote 01 ao 06, setor central - CEP 72.900-186 – Fundo Municipal de Saúde de Santo Antônio do Descoberto - GO, em dias úteis e horário de expediente. Santo Antônio do Descoberto-GO, 18/03/2025. **Silvaneide Lima da Silva** - Presidente da Comissão Especial de Chamamento Público.

ESTADO DE GOIÁS MUNICÍPIO DE CAMPOS BELOS

AVISO DE PREGÃO

ELETRÔNICO EDITAL nº 13/2025

O Município de Campos Belos-GO, realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço por item, cuja o objeto e Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Pneus de Primeira Linha, câmara de ar e protetores, para Veículos Leves, Utilitários, Médios, Semi Pesados e Máquinas Pesadas dos Diversos Órgãos Municipal, com entrega parcelada conforme cronograma fornecido pelo departamento de compras por Sistema de Registro de Preços, a realizar-se no dia **01.04.2025,** com início às **09:00** horas, Informações: www.bnc.org.br, site do Município de Campos Belos www.camposbelos.go.gov.br, e-mail licitacaopmcb21@gmail.com ou pelo Fone: (0XX62)3451-3181, das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h Campos Belos/GO, 19 de março de 2025. **José Reinan de Araújo Lima** Pregoeiro

ABL GESTÃO CONDOMINIAL

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA VIRTUAL

DO CONDOMÍNIO LUX HOME DESIGN – 25/03/2025

Prezados (as) Senhores (as),

Condôminos (as) do Condomínio Lux Home Design.

Na qualidade de Síndica Profissional do Condomínio Lux Home Design, inscrito no CNPJ de nº 29.138.072/0001-81, e no uso das prerrogativas que me confere a Convenção deste Condomínio, sirvo-me da presente para convocá-los para a **ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA VIRTUAL** a ser realizada no dia **25 (vinte e cinco) de março de 2025**, em primeira convocação às **18h30min**, com presença mínima dos interessados que representem pelo menos 2/3 (dois terços) das unidades autônomas que constituem o Condomínio, ou em segunda convocação, às **19h**, com qualquer número de presentes, para deliberar a seguinte ordem do dia:

I. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2024;
II. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O PERIODO DE ABRIL/2025 À MARÇO/2026;
III. DELIBERAÇÃO SOBRE VENDA DE ITENS DO CONDOMÍNIO (LAVA E SECA LAVANDERIA);
IV. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO CONDOMÍNIO.

A Assembleia será realizada na forma virtual e todos os condôminos poderão participar acessando o link da reunião https://bit.ly/agoluxhome250325 . Seguem as informações importantes para o acesso:

• Acesse o link (https://bit.ly/agoluxhome250325) caso seja o seu primeiro acesso, será necessário fazer
o download do aplicativo Microsoft Teams (disponível para desktop e celulares Android ou IOS).
• Se solicitado o ID da reunião é **832 5636 5487**, e a senha é **250325**.

Aquele que for outorgado como procurador de algum condômino deverá enviar o mandato regular assinado para o e-mail da Administração do Condomínio (admluxhome@ablgestaocondominial.com.br), recomendamos que tais documentos sejam enviados preferencialmente até às **16h do dia 25/03/2025. Fica dispensado o reconhecimento de firma no instrumento de mandato.**

Em caso de condômino pessoa jurídica, o representante legal deverá apresentar a respectiva cópia do Contrato Social que o legitime a representá-la, bem como o seu documento pessoal.

O condômino em atraso no pagamento de quota nas despesas de condomínio, bem como respectivos reajustes monetários, juros e multa, terá suspenso seu direito de deliberação em voto qualquer matéria.

Lembro também que as ausências dos senhores condôminos não os desobrigam de aceitarem com tácita
concordância aos assuntos que forem tratados e deliberados.

Goiânia/GO, 14 de março de 2025.

CALIL MUSSE NETO:81117884104

CONDOMÍNIO LUX HOME DESIGN

Síndica Profissional - ABL PRIME LTDA

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA HELENA DE GOIÁS

ERRATA - Pregão Presencial n° 004/2025 - Processo nº 2025120310112719.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, materiais de limpeza, copa, cozinha, EPIs, materiais elétricos e eletrônicos são essenciais e habituais as atividades cotidianas da Câmara Municipal de Santa Helena de Goiás, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. Considerando erro material na descrição do item 19 e 20.

ONDE SE LÊ:

19 REFRIGERANTE ZERO, COMPOSTO DE ÁGUA GASOSA E XAROPE, SABOR COLA, apresentação: lata de 350 ml. Ref.: Coca-Cola, equivalente ou de melhor qualidade - fardo com 12 unds 80 FARDO

20 REFRIGERANTE ZERO, COMPOSTO DE ÁGUA GASOSA E XAROPE, SABOR COLA ZERO, apresentação: lata de 350 ml. Ref.: Coca-Cola, equivalente ou de melhor qualidade - fardo com 12 unds 130 FARDO

LEIA SE:

19 REFRIGERANTE ZERO, COMPOSTO DE ÁGUA GASOSA E XAROPE, SABOR COLA, apresentação: lata de 350 ml. Ref.: Coca-Cola, equivalente ou de melhor qualidade - fardo com 12 unds. 80 FARDO

20 REFRIGERANTE, COMPOSTO DE ÁGUA GASOSA E XAROPE, SABOR COLA, apresentação: lata de 350 ml. Ref.: Coca-Cola, equivalente ou de melhor qualidade - fardo com 12 unds. 130 FARDO

ANA LAURA ALVES DANTAS - Agente de Contratação

ESTADO DE GOIÁS - MUNICÍPIO DE BONÓPOLIS - AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004-2025 - Lei 14.133/2021- MODO DE DISPUTA: ABERTO. Processo Administrativo nº: 1512/2025. O Município de Bonópolis, Estado de Goiás, torna público, que realizará o Pregão Eletrônico nº 004/2025, TIPO: "MENOR PREÇO POR ITEM". Objeto: Registro de Preços para contratação, sob demanda, de empresa especializada no fornecimento de material de expediente, para atender as necessidades das secretarias e órgãos municipais, conforme especificações constantes nas planilhas e Termo de Referência – Anexo I do Edital. Data final de recebimento das propostas: 08:00h do dia 02/04/2025. Data de abertura sessão pública / propostas: às 08:01h do dia 02/04/2025. Data de início dos lances: às 09:01h do dia 02/04/2025. O edital estará disponível e as propostas serão recebidas a partir de 19/03/2025 no site da plataforma de Pregão Eletrônico Bolsa Nacional de Compras – BNC - https://bnc.org.br/. Informações: www.bonopolis.go.gov.br; Fone: 62.33931126; segunda a Sexta da 07h as 11h e das 13h às 17h. Bonópolis, 19 de março de 2025. Renia Patrícia de Araújo – Pregoeira.

Estado de Goiás – Prefeitura Municipal de Campinorte-GO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2025

MENOR PREÇO POR ITEM. ÓRGÃO SOLICITANTE: Fundo Municipal de Saúde. **OBJETO:** Fornecimento de Medicamentos emenda estadual de acordo com o processo 202400010084455. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Início às 10:00 horas do dia 19/03/2025. **ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** Das 7:20 às 7:40 horas do dia 01/04/2025. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 8:00 horas do dia 01/04/2025. **LOCAL**: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br. **RETIRADA DO EDITAL:** Na sede da Prefeitura ou no site: www.campinorte.go.gov.br e www.bll.org.br. Campinorte, 18 de março de 2025. **JOYCE KELLE RODRIGUES NONATO** - Secretaria de Saúde

O Sr. WILIAM COSTA DA SILVA sob o CPF: 227.528.461-34, torna público que requereu junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Catalão – SEMMAC, a solicitação de Licenciamento Ambiental, referente a atividade de Corte de Árvores Isoladas – CAI, para fins de plantio de grãos em sequeiro, em Área Rural de 03,38 hectares, situado na Fazenda Morro Agudo, Zona Rural, Município de Catalão – Goiás.

ESTADO DE GOIÁS

MUNICÍPIO DE MOZARLÂNDIA

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE MOZARLÂNDIA por meio da sua agente de contratação, em conformidade com a Lei nº 14.133/21, torna pública a realização de PREGAO ELETRONICO, publicado no site oficial do Município e PNCP edital de Pregão Eletrônico n° 005/2025 - Construção de unidade básica de saúde tipo II - UBS Elvis Maurício Do Amaral – Mozarlândia-GO – Plataforma utilizada será BLL, //bll.org.br abertura será dia 02 de abril de 2025 às 09:00 horas. O edital estará à disposição dos interessados nos endereços eletrônicos: mozarlandia.go.gov.br/ ou no endereço acima mencionado. Maiores informações serão concedidas aos interessados, pelo e-mail: licitacaoecontratos@mozarlandia.go.gov.br Tel.: (62) 3348-7086.

ADRIELLY KATIUCIA PAULA DE MOURA

Agente de Contratação



Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.

CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

Demonstrações Financeiras **2024**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Introdução: A Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., em conformidade com as disposições estatutárias legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Companhia: A Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Ecovias do Araguaia" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, constituída em 22 de novembro de 2011 e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 18.1 das Demonstrações Financeiras da Companhia. A sede da Companhia está localizada no município de Anápolis - GO.

PRÁTICAS CONTÁBEIS: As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras.

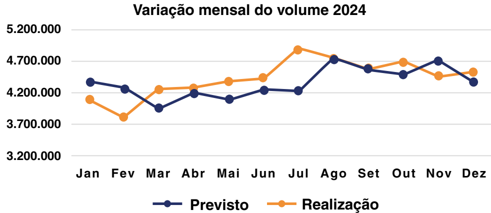
Resultados operacionais e financeiros

Volume de tráfego: O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 52.705 mil em 2024, aumento de 5,1% em relação a 2023. O tráfego de veículos leves apresentou aumento de 2,4% em função das condições climáticas favoráveis nos finais de semana e feriados. O tráfego de veículos pesados apresentou crescimento de 5,7% devido à indução de veículos em razão da ampliação da capacidade das rodovias por meio da entrega das duplicações e vias marginais.

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2024	2023	Var.
Leves	9.664	9.436	2,4%
Pesados	43.041	40.730	5,7%
Total	52.705	50.167	5,1%

Nota: Veiculo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Caracterização do Tráfego: A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês no ano de 2024, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente.



Tarifa e tarifa média: A tarifa média por veículo equivalente pagante foi de R$10,75 em 2024, aumento de 3,6% em relação a 2023.

Tarifa Média (em R$)	2024	2023	Var.
Ecovias do Araguaia	10,75	10,37	3,6%

Nota: A tarifa média é calculada, considerando a relação entre "Receitas de pedágio" e "Veículos equivalentes pagantes".

Em outubro/24, foi aplicado o reajuste das tarifas de pedágio da Ecovias do Araguaia com aumento de 3,98% devido à variação do IPCA e à incidência dos Fatores C e D.

A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo, vigente em 31 de dezembro de 2024.

Valor da tarifa por praça de pedágio (em R$) - Vigente em 03/10/2024											
Pça.	Categoria de veículo										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
P1	9,30	18,60	13,95	27,90	18,60	37,20	46,50	55,80	65,10	74,40	4,65
P2	12,20	24,40	18,30	36,60	24,40	48,80	61,00	73,20	85,40	97,60	6,10
P3	11,80	23,60	17,70	35,40	23,60	47,20	59,00	70,80	82,60	94,40	5,90
P4	11,30	22,60	16,95	33,90	22,60	45,20	56,50	67,80	79,10	90,40	5,65
P5	14,10	28,20	21,15	42,30	28,20	56,40	70,50	84,60	98,70	112,80	7,05
P6	14,10	28,20	21,15	42,30	28,20	56,40	70,50	84,60	98,70	112,80	7,05
P7	15,30	30,60	22,95	45,90	30,60	61,20	76,50	91,80	107,10	122,40	7,65
P8	14,10	28,20	21,15	42,30	28,20	56,40	70,50	84,60	98,70	112,80	7,05
P9	14,10	28,20	21,15	42,30	28,20	56,40	70,50	84,60	98,70	112,80	7,05

Receita bruta

A receita bruta totalizou R$984,7 milhões em 2024, aumento de 5,8% em relação ao ano anterior devido, principalmente, ao crescimento do tráfego de veículos e reajuste das tarifas de pedágio. As deduções sobre a receita bruta somaram R$47,1 milhões, aumento de 9,8% em relação a 2023.

Receita de Pedágio: R$571,3 milhões em 2024, aumento de 9,7%, devido ao crescimento do tráfego de veículos e reajuste das tarifas de pedágio.

A Companhia apresenta a seguir a evolução mensal da receita de pedágio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

Receita Bruta (em milhares de R$)	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24	2024
Receitas de Pedágio (exclui DBT)	47.702	43.767	49.927	50.054	51.444	52.285	58.443	56.392	54.316	57.583	54.465	55.506	631.885
Retenção conta garantia (10%)	(4.770)	(4.377)	(4.993)	(5.005)	(5.144)	(5.229)	(5.844)	(5.639)	(5.432)	(5.758)	(5.447)	(5.551)	(63.188)
Sobra arrecadação e Evasão	51	8	132	13	3	4	17	18	15	16	9	10	296
Total	42.983	39.398	45.066	45.062	46.303	47.061	52.616	50.770	48.900	51.841	49.028	49.965	568.992
Desconto Usuário Frequente	382	371	409	423	404	405	419	441	416	480	447	431	5.027

Receita Bruta (em milhares de R$)	jan/23	fev/23	mar/23	abr/23	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	set/23	out/23	nov/23	dez/23	2023
Receitas de Pedágio (exclui DBT)	42.539	39.480	46.215	46.294	48.034	48.065	54.561	50.433	49.497	52.578	50.318	52.370	580.383
Retenção conta garantia (10%)	(4.254)	(3.948)	(4.621)	(4.629)	(4.803)	(4.807)	(5.456)	(5.043)	(4.950)	(5.258)	(5.032)	(5.237)	(58.038)
Sobra arrecadação e Evasão	0	14	8	9	9	12	14	10	10	9	58	24	180
Total	38.285	35.546	41.602	41.674	43.240	43.271	49.119	45.399	44.557	47.330	45.345	47.157	522.525
Desconto Usuário Frequente	274	263	337	289	335	326	318	360	330	394	394	384	4.002

Receita de Construção: R$413,2 milhões em 2024, aumento de 0,7%, devido ao maior volume de obras no período.

O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R$2.825,6 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2024.

Receita Bruta (em milhões de R$)	2024	2023	Acumulado até 2022
Receitas de Pedágio	571,3	520,6	116,7
Receitas Acessórias	0,1	0,1	-
Receita de Construção	413,2	410,4	793,2
Total	984,7	931,0	909,9

Para mais informações sobre as receitas, vide Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas operacionais totalizaram R$639,8 milhões em 2024, aumento de 6,7% devido, principalmente, ao aumento da base de ativos (depreciação e amortização) e ao aumento dos custos com serviços de conservação de revestimento vegetal (conservação e manutenção). **Desconsiderando o custo de construção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R$145,9 milhões, aumento de 13,5% em relação a 2023.**

O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado desde o início da concessão. O valor acumulado de R$2.147,8 milhões corresponde aos custos e despesas operacionais desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2024.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R$)	2024	2023	Acumulado até 2022
Custos e despesas	639,8	599,7	908,3

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

EBITDA: Em 2024, o EBITDA totalizou R$378,4 milhões. O EBITDA ajustado totalizou R$378,4 milhões, aumento de 8,4% em relação a 2023, e margem EBITDA ajustada de 72,2%.

Resultado financeiro: O resultado financeiro líquido em 2024 foi negativo em R$75,7 milhões, aumento de R$58,6 milhões em relação aos R$17,1 milhões negativos em 2023, devido, principalmente, aos juros e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos, em função dos desembolsos dos empréstimos do BNDES e BASA.

Lucro do Exercício: Em 2024, o lucro líquido da Companhia totalizou R$169,5 milhões, redução de R$19,2 milhões em relação a 2023.

Disponibilidade Financeira e Endividamento: A Ecovias do Araguaia encerrou o exercício de 2024 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva circulante e não circulante no valor de R$377,9 milhões e a dívida bruta (composta por debêntures, empréstimos e financiamentos) de R$1.522,5 milhões. A dívida líquida encerrou o exercício em R$1.144,7 milhões e o indicador Dívida Líquida/EBITDA Ajustado em 3,0x. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide as Notas Explicativas nº 13 e 14 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Investimentos: Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R$486,6 milhões em 2024.

A tabela abaixo demonstra os valores dos investimentos acumulados desde o início da concessão.

Investimentos (em milhões de R$)	2024	2023	Acumulado até 2022
Intangível	407,5	478,0	1.233,7
Imobilizado	79,1	11,4	83,5
Total	486,6	489,3	1.317,2

Valor Adicionado: Em 2024, o valor adicionado líquido gerado como riqueza atingiu R$376,6 milhões, isto é, 38,2% de representatividade em relação à receita operacional bruta, 4,4% superior ao ano anterior, quando o valor adicionado foi de R$360,7 milhões e a representatividade de 38,7% (-0,5 p.p.).

ISS repassados

O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2024 foi de R$26,2 milhões.

Impostos Municipais repassados (em milhões de R$)	2024	2023	Acumulado até 2022
ISS - Imposto Sobre Serviço	26,2	23,7	5,4

Dividendos e Juros sobre capital próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

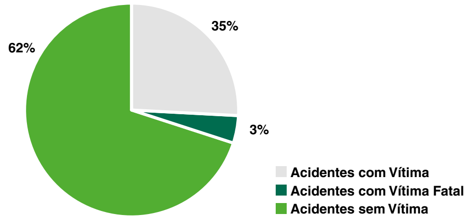
No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram distribuídos R$203.006 mil à título de dividendos e juros sobre o capital próprio.

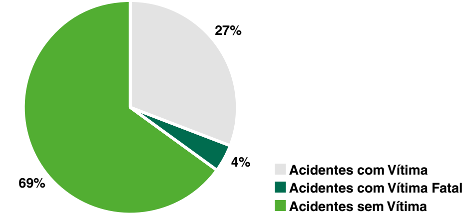
Planejamento e Gestão empresarial: O êxito que a Ecovias do Araguaia vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial. No exercício de 2024, a Concessionária manteve as ações necessárias para continuidade do projeto de implementação do Sistema de Gestão Integrado (SGI), tendo como resultado a manutenção das Normas ISO: - ABNT ISO 9001:2015 (sistema de gestão da qualidade); - ABNT ISO 14001:2015 (sistema de gestão ambiental); - ABNT ISO 39001:2015 (sistema de gestão em segurança viária) e; - ISO 45001:2018 (sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional). Além das obrigações legais, a Concessionária mantém de forma voluntária diversos programas de cunho social, como: Programa Segurança Sempre, que fomenta o cuidado ativo de seus colaboradores diretos e indiretos, não obstante parcerias voluntárias com entidades públicas e privadas que visam a proteção ambiental que garantem assim a sustentabilidade perene de seus ativos. Quanto ao sistema de gestão da qualidade, a concessionária mantém rigoroso sistema de controle e verificação da qualidade de seus produtos e serviços, tendo como objetivo a melhoria continua a partir de seus princípios fundamentais:" • Foco no cliente; • Liderança; • Abordagem do processo; • Melhoria; • Tomada de decisão baseada em evidência; • Gestão de relacionamento.

Recursos Humanos: Em 2024, a Concessionária investiu R$277,9 mil (R$37,5 mil em 2023), em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais. Os funcionários alocados na concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados em 31 de dezembro de 2024. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

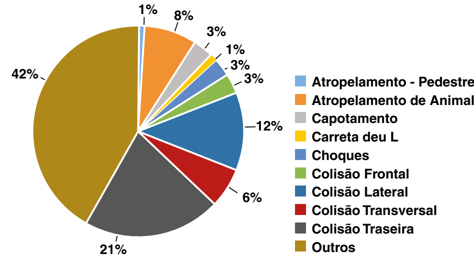
Funcionários alocados na concessão		
Descrição do Cargo	Qtde	(Qtde/ VDMA)*10.000
ANALISTA PLANEJAMENTO OBRAS	3	0,21
ANALISTA PLANEJAMENTO CONTROLE	2	0,14
ANALISTA OPERACOES RODOVIARIAS/FAIXA DE DOMINÍO	2	0,14
ASSISTENTE ENGENHARIA	4	0,28
ASSISTENTE SISTEMA RODOVIARIO	4	0,28
AUXILIAR MANUTENCAO	17	1,18
AUXILIAR SISTEMA RODOVIARIO	10	0,70
CONTROLADOR CCO/SISTEMA RODOVIÁRIO	15	1,04
COORDENADOR CONSERVAÇÃO/MANUTENÇÃO/OBRAS	5	0,35
COORDENADOR OPERAÇÕES RODOVIARIAS	2	0,14
ENGENHEIRO	8	0,56
FISCAL FAIXA DE DOMÍNIO	2	0,14
LIDER MANUTENCAO	2	0,14
LIDER TECNICO LABORATORIO	1	0,07
LIDER TRAFEGO	6	0,42
OPERADOR PEDAGIO	200	13,91
OPERADOR TRAFEGO	48	3,34
OPERADOR CCO	8	0,56
SUPERVISOR DE SISTEMA RODOVIÁRIO	3	0,21
SUPERVISOR DE TRÁFEGO	3	0,21
SUPERVISOR MANUTENCAO	1	0,07
SUPERVISOR SEGURANCA VIARIA	1	0,07
TÉCNICO EM ENGENHARIA	11	0,77
TECNICO MANUTENCAO	18	1,25
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	1	0,07
Total de Pessoal - Operacional	377	26,22
ADVOGADO PL	1	0,07
ANALISTA/ASSISTENTE/AUXILIAR	24	1,67
COORDENADOR RH/SUSTENTABILIDADE/JURÍDICO/ COMUNICAÇÃO	5	0,35
GERÊNCIA/DIRETORIA	4	0,28
ESPECIALISTA ADMINISTRACAO CONTRATO	2	0,14
MOTORISTA ADMINISTRATIVO	1	0,07
TRAINEE	2	0,14
Total de Pessoal - Pedágio	39	2,71
Total de Pessoal - Concessionária	416	28,93

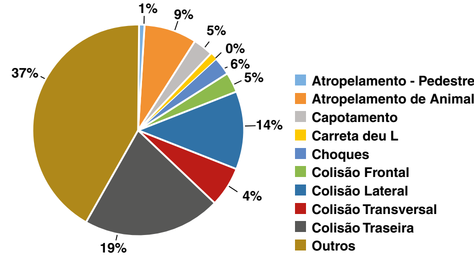
Indicadores Operacionais: *Segurança no Trânsito: Acidentes:* Os gráficos abaixo apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.





As figuras abaixo apresentam os valores percentuais dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.





Dados de Operação da Concessão: *Veículos Alocados:* Os veículos alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados de 2024. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise. O resultado é apresentado em Qtde/100 km.

continua ...

D4Sign 9dd8550e-461c-4d54-baca-a89d62dfaa64 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

Veículos aplicados na concessão		
Tipo de veículo	**Qtde**	**Qtde/100 km**
Viatura de inspeção	**11**	**1,3**
Guincho Leve	**10**	**1,2**
Guincho Super Pesado	**6**	**0,7**
Caminhão Pipa	**4**	**0,5**
Caminhão Boiadeiro	**4**	**0,5**
Ambulância Simples	**16**	**1,9**
UTI	**4**	**0,5**
Total de veículos operacionais	**55**	**6,5**
Administração	**5**	**0,6**
Pedágio	**4**	**0,5**
Engenharia	**15**	**1,8**
Conservação	**11**	**1,3**
Tráfego	**8**	**0,9**
Manutenção	**10**	**1,2**
Diretor e Gerentes (Frota executiva)	**3**	**0,4**
CSU/RH	**1**	**0,1**
ANTT	**3**	**0,4**
Total de veículos de apoio	**60**	**7,1**
Total de veículos aplicados na concessão	**115**	**13,5**

Concessionária em números

Dados anuais e por empresa	Referência
Número de quilômetros mantidos	850,7 km
Número de veículos que transitaram Quantidade por tamanho (leve, mais de dois, mais de três eixos)	Classe 01: 9.716.700
	Classe 02: 1.202.630
	Classe 03: 0
	Classe 04: 1.505.560
	Classe 05: 0
	Classe 06: 1.04.030
	Classe 07: 936.740
	Classe 08: 2.099.120
	Classe 09: 851.910
	Classe 10: 37.840
	Especial 7D: 936.740
	Especial 8D: 2.099.120
	Especial 9D: 851.910
	Catesp 9: 1.470
	Catesp 10: 971.180
	Moto: 314.560
	Semi Reboque: 190.180
	Reboque: 27.320
	Dummy: 1
Tarifa	Informações Detalhadas no item - Tarifa
Número de praças de pedágio	9 (nove)
Índice de congestionamento	N/A por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	144.328
Trânsito médio anual equivalente (VDM Eixos)	148.195
Equipamentos utilizados pela concessionária	Veículos, Balança, Maquinaria, etc.
Índices de qualidade de estrada	N/A
Receita de pedágio em 2024	R$ 571,3 milhões
Custos associados às receitas de pedágio em 2024	R$ 226,5 milhões

Fator Trabalho	
Número de trabalhadores	416 funcionários
Despesas com pessoal no 2024	R$ 31,1 milhões

Fator Capital	
Despesas de depreciação no 2024	R$ 80,7 milhões
Ativo líquido	R$ 377,9 milhões
Ativo bruto	R$ 5.209,4 milhões
Série histórica de investimentos até 2024	R$ 2.293,1 milhões
Custo de oportunidade de capital em 2024	8,32%

Fatores Intermediários	
Despesas de administração no 2024	R$ 21,4 milhões
Despesas com manutenção no 2024	R$ 31,1 milhões
Outras despesas	R$ 14,2 milhões

Seguridade	
Quantidade de acidentes	Sem feridos: 1.033
	Com feridos: 580
	Com mortos: 49

Indicadores	
Tarifa média	R$ 10,75
Custo por veículo ou km	R$ 4,30

Balanço Social

1 - Base de cálculo	2024 Valor em R$ mil	2023 Valor em R$ mil
Faturamento Bruto	984.700	930.959
Receita líquida (RL)	937.565	888.044
Resultado Operacional (RO)	297.760	288.362
Folha de Pagamento bruta (FPB)	31.113	29.359
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	31.113	29.359
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	0	0

2 - Indicadores sociais internos	Valor em R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	2.434	8%	0%	2.105	7%	0%
Encargos sociais	4.544	15%	0%	5.075	17%	1%
Previdência privada	254	1%	0%	234	1%	0%
Saúde	3.062	10%	0%	2.696	9%	0%
Segurança e Saúde no trabalho	203	1%	0%	81	0%	0%
Educação	66	0%	0%	9	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	278	1%	0%	37	0%	0%
Creches ou auxílio creche	38	0%	0%	48	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	1.940	6%	0%	1.222	4%	0%
Outros	0	0%	0%	0	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	**12.819**	**41%**	**1%**	**11.507**	**39%**	**1%**

3 - Indicadores sociais externos	Valor em R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	0	0%	0%	5	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	16	0%	0%
Saúde e saneamento	9	0%	0%	0	0%	0%
Esporte	80	0%	0%	70	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%	0	0%	0%
Outros	19	0%	0%	38	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	**108**	**0%**	**0%**	**129**	**0%**	**0%**
Tributos (Exceto encargos sociais)	0	0%	0%	0	0%	0%
Total - Indicadores sociais externos	**108**	**0%**	**0%**	**129**	**0%**	**0%**

4 - Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	3834	12%	0%	1055	4%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	610	2%	0%	541	2%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	**4.443**	**14%**	**0%**	**1.596**	**5%**	**0%**

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	( ) Não possui metas (X) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50 a 75% ( ) Cumpre de 75 a 100%	(X) Não possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50 a 75% ( ) Cumpre de 75 a 100%

5 - Indicadores do corpo funcional		
Nº de colaboradores ao final do período	347	337
Tempo de serviço	18% até seis meses 16% de seis meses a um ano 20% entre um e dois anos 42% entre dois e cinco anos 4% mais de cinco anos	18% até seis meses 15% de seis meses a um ano 58% entre um e dois anos 4% entre dois e cinco anos 5% mais de cinco anos
Nº de admissões durante o período	153	125
Nº de demissões durante o período	141	128
Nº de colaboradores terceirizados	1.212	1.406
Nº de estagiários (as)	0	0
Nº de colaboradores com até 18 anos	0	0
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	102	117
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	219	201
Nº de colaboradores acima de 45 anos	26	19
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	213	206
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,0	0,0
Remuneração paga a mulheres no período	6.130.849	7.600.620
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	201	173
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0	0
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	2	2
Total de horas extras trabalhadas	42.514	50.190
Total de horas extras pagas	735.265	782.309
Total de INSS pagos	3.461	3.766
Total de FGTS pago	1.083	1.309
Total de Contribuição Sindical paga	25	143
Total de demais encargos sociais pagos	0	0
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IR recolhido no período	32.067	48.462
Total de CSLL recolhidos no período	10.126	15.304
Total de PIS recolhidos no período	3.715	3.384
Total de COFINS recolhidos no período	17.144	15.619
Total de outros tributos recolhidos no período	26.116	23.705

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	3221%	4275%
Número total de acidentes de trabalho	32	30
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	( ) direção (X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores	( ) direção (X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores (X) todos + CIPA	( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores (X) todos + CIPA
Quanto a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT	( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos
Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária	( ) não se envolve ( ) apoia (X) organiza e incentiva	( ) não se envolve ( ) apoia (X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas	96,3% na Concessionária 0,2% no PROCON 3,5% na Justiça	98,8% na Concessionária 1,0% no PROCON 0,2% na Justiça

Valor adicionado total a distribuir		
Distribuição do Valor Adicionado	24,0% governo 40,9% acionistas 7,5% colaboradores 27,6% terceiros	32,1% governo 48,5% acionistas 7,5% colaboradores 11,9% terceiros

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES: Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2024: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity)*. Os honorários relativos ao exercício de 2024 totalizaram R$178,2 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.
DECLARAÇÃO DA DIRETORIA: A Diretoria da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Anápolis - GO, 18 de março de 2025.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	177.192	342.312
Aplicações financeiras	6	105.342	24.725
Aplicações financeiras - conta reserva	7	35.736	25.810
Clientes	8	34.439	39.223
Tributos a recuperar		2	1.669
Despesas antecipadas		1.059	410
Partes relacionadas	16	18	2
Outros créditos	9.1	36.785	29.407
Desconto de Usuário Frequente - ANTT		1.925	-
Total do ativo circulante		392.498	463.558
Não circulante			
Aplicações financeiras - conta reserva	7	59.616	36.748
Desconto de Usuário Frequente - ANTT		-	4.594
Outros créditos - conta reserva - poder concedente	9.2	1.474.470	1.301.050
Imobilizado	10	149.694	69.018
Intangível	11	3.133.125	2.795.239
		4.816.905	4.206.649
Total do ativo		5.209.403	4.670.207

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores		42.172	47.069
Risco sacado	27	588	-
Empréstimos e financiamentos	13	9.419	2.308
Debêntures	14	18.977	17.767
Passivo de arrendamento	15	12.957	11.957
Impostos, taxas e contribuições a recolher		7.504	7.539
Obrigações sociais e trabalhistas		4.667	3.613
Partes Relacionadas	16	25.395	48.511
Obrigações com poder concedente	18	6.068	6.304
Provisão para imposto de renda e contribuição social	12.3	8.440	10.232
Provisão para construção de obras	17	43	16.984
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	20.4	8.696	25.233
Outras contas a pagar		372	8.618
Total do passivo circulante		145.298	206.135
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	857.424	468.690
Debêntures	14	636.726	611.785
Passivo de arrendamento	15	25.931	26.525
Tributos diferidos	12.1	30.293	18.143
Obrigações com poder concedente	18	1.469.486	1.295.786
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	19	514	311
Provisão para construção de obras	17	15.898	-
Outras contas a pagar		19.858	17.930
Total do passivo não circulante		3.056.130	2.439.170
Patrimônio líquido			
Capital social	20.1	1.922.551	1.922.551
Reserva de lucros - legal	20.2	18.888	10.411
Reserva de lucros - orçamento de capital	20.3	66.536	-
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	20.4	-	91.940
Total do patrimônio líquido		2.007.975	2.024.902
Total do passivo e patrimônio líquido		5.209.403	4.670.207

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	21	937.565	888.044
Custo dos serviços prestados	22	(618.391)	(575.039)
Lucro bruto		319.174	313.005
Despesas gerais e administrativas	22	(21.384)	(24.633)
Outras despesas e receitas líquidas		(30)	(10)
Lucro operacional		297.760	288.362
Receitas financeiras	23	37.971	28.834
Despesas financeiras	23	(113.638)	(45.945)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(75.667)	(17.111)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		222.093	271.251
Imposto de renda e contribuição social	12	(52.551)	(82.470)
Lucro líquido do exercício		169.542	188.781
Lucro por ação - básico e diluído (em reais)	24	0,08819	0,09819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	169.542	188.781
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	169.542	188.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R$)

		Atribuível aos acionistas da Companhia					
			Reservas de lucros				
	Nota explicativa	Capital social	Legal	Dividendos adicionais Propostos	Orçamento de capital	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2023		1.922.551	972	-	13.850	-	1.937.373
Reversão orçamento capital - pagamento dividendos		-	-	-	(13.850)	-	(13.850)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	188.781	188.781
Destinação do lucro:							
Reserva Legal	20.2	-	9.439	-	-	(9.439)	-
Juros sobre o capital próprio (R$0,02 por ação)	20.4	-	-	-	-	(29.686)	(29.686)
Dividendos intermediários (R$0,03 por ação)	20.4	-	-	-	-	(57.716)	(57.716)
Dividendos adicionais propostos (R$0,05 por ação)	20.4	-	-	91.940	-	(91.940)	-
Em 31 de dezembro de 2023		1.922.551	10.411	91.940	-	-	2.024.902
Em 1º de janeiro de 2024		1.922.551	10.411	91.940	-	-	2.024.902
Constituição dividendos a pagar		-	-	(91.940)	-	-	(91.940)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	169.542	169.542
Destinação do lucro:							
Reserva Legal	20.2	-	8.477	-	-	(8.477)	-
Juros sobre o capital próprio (R$0,004 por ação)	20.4	-	-	-	-	(66.705)	(66.705)
Constituição de reserva - orçamento de capital	20.3				66.536	(66.536)	-
Dividendos intermediários (R$0,01 por ação)	20.4	-	-	-	-	(27.824)	(27.824)
Em 31 de dezembro de 2024		1.922.551	18.888	-	66.536	-	2.007.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua ...

D4Sign 9dd8550e-461c-4d54-baca-a89d62dfaa64 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	169.542	188.781
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	80.657	60.828
Perda/ baixa de ativo imobilizado e do intangível	(163)	745
Capitalização de juros	(36.765)	(45.296)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamentos	141.690	82.585
Provisão e atualização monetária de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	950	339
Atualização monetária sobre provisão para construção de obras	(615)	1.253
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	2	-
Obrigações com poder concedente	14.254	12.532
Tributos diferidos	12.150	15.454
Provisão para imposto de renda e contribuição social	40.401	67.016
Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	(6.038)	(4.356)
Variação nos ativos operacionais:		
Clientes	4.782	(9.364)
Partes relacionadas - clientes	(16)	199
Tributos a recuperar	1.667	10.578
Despesas antecipadas	(649)	1.383
Outros créditos	(4.709)	(10.395)
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(4.309)	26.173
Obrigações sociais e trabalhistas	1.054	664
Partes relacionadas - fornecedores	(23.116)	7.447
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(35)	1.601
Pagamento de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	(747)	(28)
Pagamento de obrigações com poder concedente	(14.210)	(12.486)
Pagamento de provisão para construção de obras	(428)	(921)
Outras contas a pagar	(6.318)	7.425
Imposto de renda e contribuição social pagos	(42.193)	(63.766)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	326.838	338.391
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(79.066)	(11.380)
Aquisição de intangível	(370.297)	(431.745)
Aplicações financeiras	(80.617)	(16.958)
Aplicações financeiras - conta reserva	(26.756)	(11.498)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(556.736)	(471.581)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(203.006)	(80.453)
Pagamento de arrendamentos	(12.522)	(10.362)
Juros pagos sobre debêntures, empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamentos	(84.925)	(50.450)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	365.231	459.415
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	64.778	318.150
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	(165.120)	184.960
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	342.312	157.352
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	177.192	342.312
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	(165.120)	184.960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		
Com arrecadação de pedágio	571.324	520.574
Com construção	413.233	410.310
Outras receitas	143	75
	984.700	930.959
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(513.071)	(491.639)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(14.217)	(17.614)
Outros	(160)	(206)
	(527.448)	(509.459)
Valor adicionado bruto	457.252	421.500
Depreciações e amortizações	(80.657)	(60.828)
Outras receitas (despesas), líquidas	(30)	(10)
Valor adicionado líquido produzido produzido pela companhia	376.565	360.662
Valor adicionado recebido em transferência	37.971	28.834
Receitas financeiras	37.971	28.834
Valor adicionado total a distribuir	414.536	389.496
Distribuição do valor adicionado	414.536	389.496
Pessoal	31.114	29.358
Remuneração direta	24.339	23.004
Benefícios	5.567	4.988
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	1.208	1.366
Impostos, taxas e contribuições	99.526	125.179
Federais	73.410	101.474
Municipais	26.116	23.705
Remuneração de capitais de terceiros	114.354	46.178
Juros	54.143	5.690
Aluguéis	716	233
Outros efeitos financeiros	59.495	40.255
Remuneração de capitais próprios	169.542	188.781
Reserva Legal	8.477	9.439
Juros sobre capital próprio pagos	66.705	29.686
Dividendos intermediários	27.824	57.716
Dividendo adicional proposto	-	91.940
Orçamento de capital	66.536	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Ecovias do Araguaia" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 22 de novembro de 2011, e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações sobre o Contrato de Concessão estão descritas na Nota 18.1. A sede da Companhia está localizada na Avenida Juscelino Kubitscheck, 500 - Jundiaí, no município de Anápolis - GO. As ações da Companhia são de titularidade da Holding do Araguaia S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores, entretanto, a Companhia possui registro na categoria "B", na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. 1.1. Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (*ESG - Environmental, Social and Governance* na sigla em Inglês): Com o objetivo de desenvolver e aplicar os temas relacionados a ESG, e contribuir com a Sustentabilidade do negócio, o Conselho de Administração do Grupo EcoRodovias aprovou no início de 2024 a sua Agenda ESG 2030. Dentro dessa agenda, o Grupo EcoRodovias traça diversos compromissos em 10 vias de Sustentabilidade, incluindo metas nos temas de mitigação e adaptação climática; segurança viária e ocupacional; direitos humanos, entre outros. Esses compromissos visam o ano de 2030, porém o Grupo estabelece metas anuais, inclusive para todos os colaboradores. No pilar climático, o objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo EcoRodovias estabeleceu os alicerces de um plano de descarbonização, sendo este um documento revisado periodicamente de modo a incluir novas tecnologias e soluções de baixo carbono. Em 2024 foi estruturado um estudo de transição energética que avalia soluções de combustíveis renováveis para substituição aos fósseis. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono e I-REC (aquisição de certificados de energia renovável) para compensar todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. Outro compromisso da Agenda ESG 2030 está relacionado à adaptação dos negócios do Grupo às mudanças climáticas. Nesse tópico, o Grupo EcoRodovias realizou estudo de vulnerabilidade climática com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e no longo prazo (anos de 2030 e 2050). Esse estudo é periodicamente revisado de maneira a incluir novas concessões e novos cenários climáticos, além de incorporar aprimoramentos de metodologia. O estudo revisado em 2024 incluiu o levantamento de fatores de riscos físicos, riscos de transição e oportunidades, considerando todos os ativos do grupo. Os resultados desse trabalho são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar impactos à segurança da infraestrutura e dos usuários. 1.2. Reforma tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS, a COFINS e o IPI, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. 1.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: Para fins ilustrativos, a Companhia lista abaixo todas as divulgações de novos e revisados pronunciamentos que entraram em vigor a partir de, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma), independentemente de terem algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. • Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. • Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements* - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b (i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. As alterações mencionadas acima não causaram qualquer impacto material para a Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, no caso de determinados ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. 2.3. Aprovação das Demonstrações Financeiras Em 18 de março de 2025, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. 3.1. Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Classificação dos ativos financeiros: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custo amortizado: O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (Nota 23). Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; (ii) mantido para negociação; ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Desreconhecimento: Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. 3.2. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ativos intangíveis: O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de redução ao valor recuperável descritos na Nota 11.e, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. 3.3 Provisões gerais: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. Provisão para construção de obras: Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 8,72% ao ano, que corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês) da concessionária. Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia devem estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. 3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras com a transação em questão. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. 3.5. Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures: Os custos dos empréstimos, financiamentos e das debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. 3.6. Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos diretos de concessão: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base no Contrato de Concessão. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação. A Companhia possui mecanismo de Desconto Básico de Tarifa (DBT), no qual os usuários que utilizarem meios de pagamento eletrônico e identificação automática de veículo (AVI), terão direito à um desconto incondicional de 5% (cinco por cento) sobre a tarifa de pedágio. Em relação ao Desconto Básico de Tarifa (DBT), uma vez que é um desconto incondicional, a receita é demonstrada pelo seu valor líquido, ou seja, 95% do valor da Tarifa Base de Pedágio. A Companhia possui também mecanismo de retenção sobre a receita bruta auferida, para ser utilizado eventualmente em futuros reequilíbrios contratuais, de acordo com o contrato de concessão (vide Notas 9 e 18). 3.7. Arrendamento: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamento com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). 3.8. Imobilizado: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado. 3.9. Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. 3.10. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que forem promulgadas até a data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças

continua ...

D4Sign 9dd8550e-461c-4d54-baca-a89d62dfaa64 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente. 3.11. Partes Relacionadas: A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*). 3.12. Normas emitidas e/ou alterações de normas que ainda não estão em vigor: As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). A Companhia apresenta as normas emitidas, mas ainda não vigentes considerando as demonstrações financeiras elaboradas em *compliance* com as normas do CPC e IFRS. Por esse motivo, algumas das normas abaixo descritas fazem menção somente ao IFRS, uma vez que até a data da publicação dessas demonstrações, algumas das normas novas ou revisadas ainda não haviam sido objeto de publicação por parte do CPC. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações causarão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para aplicação do IFRS 19. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. 3.13. Lucro básico e diluído por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. 3.14. Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. 3.15. Demonstração do valor adicionado (DVA): A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. 3.16. Participação nos lucros: A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, ao EBITDA (*Earnings Before Income Taxes, Depreciation and Amortization*), e metas individuais de cada colaborador. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contructive obligation*).

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contemplados a seguir: • Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes; • Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; • Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e • Redução ao valor recuperável: Atualmente, a Administração testa eventuais perdas para redução ao valor recuperável, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.2. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 11.e). Contabilização do Contrato de Concessão: Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefícios econômicos futuros / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. Capitalização dos custos de empréstimos, financiamentos e debêntures: Conforme descrito na Nota 3.5, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e de debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês. Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos: A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2024, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto de 8,72% a.a. (8,72% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês) calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e para utilização em compromissos de curto prazo.

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	2.619	5.283
Equivalentes de caixa:		
Fundo de investimento (a)	161.076	74.732
Operações compromissadas (b)	-	124.944
Certificado de depósito bancário CDB (c)	10.994	134.608
Aplicações automáticas (d)	2.503	2.745
	177.192	342.312

(a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2024 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 39,5% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 60,5% aplicações em Cotas de Fundos. Em 31 de dezembro de 2023 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 75,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 24,9% aplicações em Cotas de Fundo. As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 100,7% em 31 de dezembro de 2024 (102,8% em 31 de dezembro de 2023) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 95% do CDI em 31 dezembro 2023, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF. (c) Em 31 de dezembro de 2024, os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 100% (95% em 31 de dezembro de 2023) do (CDI), sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possuía liquidez imediata. (d) A Companhia possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, a Companhia mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis. A redução na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", deve-se a aplicação de recursos em obras do intangível, conforme demonstrado na Nota 11.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2024	31/12/2023
Cotas Fundo - BTG CDB I e CDB Plus (a)	103.370	24.228
Cotas Fundo - FIDC_ECO (b)	1.972	497
	105.342	24.725

(a) Em 31 de dezembro de 2024, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo com gestão do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB I e CDB PLUS). Este fundo aplica os recursos em papéis de renda fixa e em outras instituições financeiras e possui a mesma estratégia da política de investimentos do Grupo EcoRodovias. Os recursos são remunerados à taxa média ponderada de 100,7% do CDI (102,8% em 31 de dezembro de 2023), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui Liquidez Diária. (b) Em 31 de dezembro de 2024, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo EcoRodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 100,7% do CDI (102,8% em 31 de dezembro de 2023), vinculado ao fundo de investimento. No Fundo de Direitos Creditórios (FIDC_ECO), os recursos são utilizados para financiar nossos fornecedores através da antecipação de recebíveis. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Fundo FIDC_ECO em troca do recebimento antecipado do título. O Fundo FIDC_ECO, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor na conta do Fundo FIDC_ECO. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Informações Trimestrais, no passivo circulante, com a nomenclatura "Fornecedores - FIDC" logo abaixo da rubrica "Fornecedores". Em 31 de dezembro de 2024 não havia valores antecipados em favor dos fornecedores.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONTA RESERVA - VINCULADOS

As aplicações financeiras - conta reserva são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de investimento	95.352	62.558
	95.352	62.558
Circulante	35.736	25.810
Não circulante	59.616	36.748

Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 91,97% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (97,9% em 31 de dezembro de 2023) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva por estarem vinculadas ao processo de liquidação das Debêntures da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal.

8. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias. A composição está assim representada:

	31/12/2024	31/12/2023
Pedágio eletrônico (a)	30.548	34.143
Receitas acessórias (b)	19	10
Outras contas a receber (c)	3.874	5.070
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (d)	(2)	-
	34.439	39.223

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão. (c) Representados, substancialmente, por serviços prestados aos usuários relativos as tarifas de pedágio recebidas na modalidade "cartão de crédito". (d) O valor das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. O "*aging list*" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	34.439	39.223
Vencidos:		
De 31 a 90 dias	2	-
	34.441	39.223

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	-	-
Constituição de PECLD	(2)	-
Saldo no fim do exercício	(2)	-

9. OUTROS CRÉDITOS

9.1 Ativo circulante: O valor alocado na rubrica "Outros créditos" no ativo circulante refere-se substancialmente a custos antecipados de empréstimos, que serão reclassificados para "Empréstimos e financiamentos", quando da emissão das dívidas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Banco da Amazônia S.A. - BASA (R$36.370 em 31 de dezembro de 2024 e R$28.802 em 31 de dezembro de 2023).
9.2 Conta reserva - poder concedente

	31/12/2024	31/12/2023
Recurso vinculado	1.474.470	1.301.050
	1.474.470	1.301.050

Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a Companhia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R$1.072.617, sendo sua contrapartida na rubrica "Obrigações com poder concedente", cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da Companhia. Em 26 de agosto de 2022, a conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante registrado à título de "receita de aplicação financeira" é de R$118.782, líquido de IRRF e IOF (R$119.897 em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, conforme clausula 11 do contrato de concessão, é realizada a retenção sobre a receita bruta auferida, para eventual utilização em futuros reequilíbrios contratuais dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão, e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão. O montante retido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$62.334 (R$58.465 em 31 de dezembro de 2023).

10. IMOBILIZADO

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	15,2	10,0	10,0	8,2	-
Custo					
Saldo em 31/12/2023	78.317	9.815	6.575	-	94.707
Adições	72.181	5.735	275	875	79.066
Transferências	24.673	-	-	-	24.673
Saldo em 31/12/2024	175.171	15.550	6.850	875	198.446
Depreciação					
Saldo em 31/12/2023	(23.803)	(999)	(887)	-	(25.689)
Adições	(21.084)	(1.270)	(673)	(36)	(23.063)
Saldo em 31/12/2024	(44.887)	(2.269)	(1.560)	(36)	(48.752)
Residual					
Saldo em 31/12/2024	130.284	13.281	5.290	839	149.694
Saldo em 31/12/2023	54.514	8.816	5.688	-	69.018

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	20,2	11,0	10,2	-	-
Custo					
Saldo em 31/12/2022	72.461	5.356	6.214	-	84.031
Adições	6.467	4.552	361	-	11.380
Baixas	(665)	-	-	-	(665)
Transferências	54	(93)	-	-	(39)
Saldo em 31/12/2023	78.317	9.815	6.575	-	94.707
Depreciação					
Saldo em 31/12/2022	(8.611)	(170)	(232)	-	(9.013)
Adições	(15.200)	(829)	(655)	-	(16.684)
Baixas	8	-	-	-	8
Saldo em 31/12/2023	(23.803)	(999)	(887)	-	(25.689)
Residual					
Saldo em 31/12/2023	54.514	8.816	5.688	-	69.018
Saldo em 31/12/2022	63.850	5.186	5.982	-	75.018

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não havia bens do ativo imobilizado vinculadas como garantia de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

11. INTANGÍVEL

	Contrato de concessão (a)	Intangível em andamento (b)	Software de terceiros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(c)	-	19,6	(d)	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2023	1.787.411	1.006.017	4.344	55.011	2.852.783
Adições	143.425	263.394	243	13.306	420.368
Baixa	-	-	-	(378)	(378)
Transferências	905.875	(930.548)	-	-	(24.673)
Saldos em 31/12/2024	2.836.711	338.863	4.587	67.939	3.248.100
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2023	(38.870)	-	(1.370)	(17.304)	(57.544)
Adições	(43.924)	-	(877)	(12.793)	(57.594)
Baixas	-	-	-	163	163
Saldos em 31/12/2024	(82.794)	-	(2.247)	(29.934)	(114.975)
RESIDUAL					
Em 31/12/2024	2.753.917	338.863	2.340	38.005	3.133.125
Em 31/12/2023	1.748.541	1.006.017	2.974	37.707	2.795.239

	Contrato de concessão (a)	Intangível em andamento (b)	Software de terceiros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(c)	-	20,0	(d)	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2022	1.687.841	628.619	4.320	47.768	2.368.548
Adições	2.277	474.740	24	7.243	484.284
Baixas	(88)	-	-	-	(88)
Transferências	97.381	(97.342)	-	-	39
Saldos em 31/12/2023	1.787.411	1.006.017	4.344	55.011	2.852.783
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2022	(6.434)	-	(502)	(6.464)	(13.400)
Adições	(32.436)	-	(868)	(10.840)	(44.144)
Saldos em 31/12/2023	(38.870)	-	(1.370)	(17.304)	(57.544)
RESIDUAL					
Em 31/12/2023	1.748.541	1.006.017	2.974	37.707	2.795.239
Em 31/12/2022	1.681.407	628.619	3.818	41.304	2.355.148

(a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária. Em 31 de dezembro de 2024, as principais adições nesta rubrica referem-se a: reabilitação de pavimentos, terraplenos e estruturas de contenção, consultoria e gerenciamento de apoio de obras de ampliação e adequação às normas de elementos de proteção e segurança. (b) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no ano de 2024 referem-se a: infraestrutura de bases operacionais e de praças de pedágio, reabilitação de pavimento, elementos de proteção, sistema de drenagem, canteiro de obras, desapropriações e estudos e licenciamento ambiental. (c) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2024 foram de 1,59% a.a.

continua ...

D4Sign 9dd8550e-461c-4d54-baca-a89d62dfaa64 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

(1,82% em 31 de dezembro de 2023). (d) Amortização realizada conforme prazo do contrato de arrendamentos. (e) Provisão para redução ao valor recuperável: A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2024. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weigthed Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: 12,18% a.a. (15,76% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste da provisão a ser constituído no resultado do exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram capitalizados R$36.765 referentes a encargos financeiros (R$45.296 em 31 de dezembro de 2023) de empréstimos, financiamentos e debêntures vinculados a intangível em andamento.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

12.1. Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição e movimentação para o exercício:

	Balanço patrimonial				Resultado
	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024	31/12/2024
Provisão para contingências	105	124	(104)	125	20
Juros capitalizados	(18.052)	(12.211)	-	(30.263)	(12.211)
Lucro diferido	(319)	(256)	420	(155)	164
Provisão para férias Diretores/*Stock option*	123	20	(143)	-	(123)
IR e CS diferido - ativo/ (passivo)	(18.143)	(12.323)	173	(30.293)	
Receita/(despesa) de IR e CS diferido					(12.150)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro, parágrafo 72, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2024 R$30.293 no passivo não circulante (R$18.143 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2023), e registrou débito de R$12.150 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício. A Administração preparou estudo acerca da realização futura do passivo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos tributos diferidos seja realizada em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	(3.998)
2025	(8.612)	(3.998)
2026	(8.617)	(4.051)
2027	(8.678)	(4.051)
2028	(4.355)	(2.045)
2029	(31)	-
	(30.293)	(18.143)

12.2. Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social: Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	222.093	271.251
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(75.512)	(92.225)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Juros sobre capital próprio	22.680	10.093
Despesas indedutíveis	(29)	(83)
Gratificações Diretores/PPR	(192)	(246)
Incentivos fiscais (PAT)	(54)	220
Outros	556	(229)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(52.551)	(82.470)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(40.401)	(67.016)
Impostos diferidos	(12.150)	(15.454)
Taxa efetiva	23,7%	30,4%

12.3. Provisão para imposto de renda e contribuição social: A movimentação do exercício do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	10.232	6.982
Despesa IR/CS DRE	40.401	67.016
Total de IR/CS pagos	(42.193)	(63.766)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	8.440	10.232

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2024	31/12/2023
Em moeda nacional:				
Finem	09/2051	IPCA+TLP+2,58% a.a.	664.919	267.677
CCB	07/2046	IPCA+2,50830% a.a.	201.924	203.321
			866.843	470.998
Circulante			9.419	2.308
Não circulante			857.424	468.690

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	3.316
2026	13.395	10.941
2027	18.546	13.058
2028	19.325	13.385
2029	20.162	13.737
Posteriores a 2029	785.996	414.253
	857.424	468.690

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	470.998	-
Adições	373.002	464.992
Encargos financeiros (Nota 23)	64.233	11.815
Pagamento de juros	(41.390)	(5.809)
Saldo no fim do exercício	866.843	470.998

A principal adição ocorrida no período findo em 31 de dezembro de 2024, está descrita a seguir:

Companhia	Modalidade	Montante bruto
Ecovias do Araguaia	BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social	376.915

Descrição dos contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Instituição Financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
BNDES	Emissora: (i) EBITDA ajustado - Medição iniciará em 2026 (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) ≥ 1,30 - Medição iniciará em 2033 Garantidora - Ecorodovias Concessões e Serviços: (i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado ≤ 5,50	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Bancária.
BASA	Emissora: (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) ≥ 1,30 - Medição iniciará em 2026 Garantidora - Ecorodovias Concessões e Serviços: (i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado ≤ 5,50	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Bancária.

Conforme descrito acima, os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros ("*covenants*"), que serão medidos anualmente, com base nas demonstrações financeiras da Companhia, sendo a primeira medição em 31 de dezembro de 2026 e da controladora indireta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., na qualidade de "garantidora", desde a emissão da dívida. Conforme demonstrado no quadro a seguir, a controladora está adimplente com os referidos índices.

Instituição financeira	Descrição da cláusula	Índice requerido	Medido
BASA e BNDES	Dívida Líquida / EBITDA ajustado (garantidora ECS)	≤ 5,50%	3,37

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas do referido contrato.

14. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	31/12/2024	31/12/2023
1ª Emissão	07/2051	IPCA + 6,66% a.a.	655.703	629.552
			655.703	629.552
Circulante			18.977	17.767
Não circulante			636.726	611.785

Descrição do contrato de debênture vigente:

Tipo e Forma	Pagamento de juros	Amortização Principal	Tipo de Garantia	Repactuação
(i)	Semestral	Semestral a partir de 2026	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Bancária.	Não

(i) Simples, nominativa escritural, não conversível, distribuição pública. Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2025	-	(1.103)	(1.103)	-	(716)	(716)
2026	4.527	(1.089)	3.438	4.315	(716)	3.599
2027	9.567	(1.073)	8.494	9.120	(706)	8.414
2028	10.292	(1.055)	9.237	9.810	(696)	9.114
2029	11.130	(1.036)	10.094	10.610	(684)	9.926
Posteriores a 2029	619.599	(13.033)	606.566	590.613	(9.165)	581.448
	655.115	(18.389)	636.726	624.468	(12.683)	611.785

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	629.552	609.000
(Custos de emissão)	(7.771)	(5.577)
Encargos financeiros (Nota 23)	74.982	69.096
Pagamento de juros	(41.060)	(42.967)
Saldo no fim do exercício	655.703	629.552

O contrato requer a manutenção de certos índices financeiros ("*covenants*"), que serão medidos anualmente, com base nas demonstrações financeiras da Companhia, sendo a primeira medição em 31 de dezembro de 2026. Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas descritas acima. A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Série única	15/06/2022	593.150	(8.525)	584.625	IPCA + 6,66%	11,38%
		593.150	(8.525)	584.625		

15. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo de arrendamento:	38.888	38.482
Circulante	12.957	11.957
Não circulante	25.931	26.525

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	38.482	41.601
Adições	13.306	7.243
Baixas	(378)	-
Encargos financeiros (Nota 23)	2.475	1.674
Pagamento principal	(12.522)	(10.362)
Pagamento de juros	(2.475)	(1.674)
Saldo no fim do exercício	38.888	38.482

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("*spread*" de crédito). Os "*spreads*" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	31/12/2024	31/12/2023
1 ano	8,26%	8,00%
2 anos	9,36%	7,56%
3 anos	9,65%	4,53%
4 anos	9,79%	3,97%
5 anos	10,19%	5,29%
6 anos em diante	8,69%	5,29%

Vencimento das prestações	31/12/2024	31/12/2023
Menos de 1 ano	13.529	11.970
Entre 1 e 2 anos	12.073	10.747
Entre 2 e 5 anos	17.682	17.593
Acima de 5 anos	970	1.125
Total valores não descontados	44.254	41.435
Total juros embutidos	(5.366)	(2.953)
	38.888	38.482

16. PARTES RELACIONADAS

			Contrato (se aplicável)				Montantes envolvidos						Outras Informações	
Objeto	Companhia	Natureza	Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Custo	Despesa	Intangível	Garantias	Posição contratual
(a)	Ecorodovias Concessões e Serviços.	Controladora indireta	01/01/2024	31/12/2024	29.477	56	-	2.372	Em até 45 dias	14.206	5.426	11.986	N/A	Devedor
(b)	ICCR 153 S.A.	Outras partes relacionadas	18/10/2021	07/01/2057	5.883.256	5.294.433	-	22.796	Em até 45 dias	-	-	148.397	N/A	Devedor
(c)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora indireta	-	-	-	-	-	141	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
(c)	Holding do Araguaia S.A.	Controladora direta	-	-	-	-	-	43	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
(d)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora indireta	-	-	-	-	18	30	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor/ Devedor
(d)	Concessionária das Rodovias Ayrton Senna & Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	13	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
	Total em 31 de dezembro de 2024						18	25.395		14.206	5.426	160.383		
	Total em 31 de dezembro de 2023						2	48.511		7.390	10.002	121.325		

(a) A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., é controladora indireta da Companhia e presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para a Companhia. (b) A ICCR153 S.A., pertence a (i) Itinera Construções Ltda. (50,1%), controlada indiretamente pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias; e (ii) Crasa Infraestrutura (49,9%), controlada indiretamente pelos Srs. Cesar Beltrão de Almeida, Denise Beltrão de Almeida Cassou, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, pertencentes ao Grupo CR Almeida, que possuem em conjunto 16,2% de participação minoritária, direta e indiretamente do Grupo EcoRodovias. O objeto do contrato é a prestação de serviços de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-153/414/080/TO-GO, da controlada Ecovias do Araguaia. (c) Repasses de despesas entre as unidades. Adicionalmente, não há transações entre as partes em 31 de dezembro de 2024, trata-se apenas da divulgação do relacionamento entre as entidades. (d) Transferência de funcionários entre as unidades. Adicionalmente, não há transações entre as partes em 31 de dezembro de 2024, trata-se apenas da divulgação do relacionamento entre as entidades. Remuneração dos administradores: Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, previdência privada e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2024 em R$2.774 (R$2.802 em 31 de dezembro de 2023). A remuneração provisionada aos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração (fixa/variável)	1.854	1.875
Outros	1	-
Remuneração com base em ações *(Phantom Stock Option/ Restricted Stock)*	16	261
Seguro de vida	4	4
Assistência saúde	116	124
Previdência privada	72	67
FGTS	86	104
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS)	305	367
	2.454	2.802

17. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO

	31/12/2023	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2024
Constituição da provisão para obras futuras	13.394	-	-	13.394
Efeito do valor presente sobre constituição	(1.404)	-	-	(1.404)
Realização da construção	(1.438)	(428)	-	(1.866)
Ajuste a valor presente realizações	1.403	-	-	1.403
Atualização Monetária	5.029	-	(615)	4.414
	16.984	(428)	(615)	15.941
Circulante	16.984			43
Não circulante	-			15.898

	31/12/2022	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2023
Constituição da provisão para obras futuras	13.394	-	-	13.394
Efeito do valor presente sobre constituição	(1.404)	-	-	(1.404)
Realização da construção	(517)	(921)	-	(1.438)
Ajuste a valor presente realizações	619	-	784	1.403
Atualização Monetária	4.560	-	469	5.029
	16.652	(921)	1.253	16.984
Circulante	614			16.984
Não circulante	16.038			-

18. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de Fiscalização (a)	1.084	1.040
Conta reserva (b)	1.474.470	1.301.050
	1.475.554	1.302.090
Circulante	6.068	6.304
Não circulante	1.469.486	1.295.786

(a) Taxa de fiscalização: A Companhia deverá recolher à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao longo de todo o prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão, tendo início no primeiro mês após a data de Assunção da concessão. A verba anual de fiscalização, definida no Contrato de Concessão, será distribuída em 12 parcelas mensais de mesmo valor e recolhida à conta da ANTT até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2024, o valor mensal da parcela reajustada é de R$1.084 (R$1.040 em 31 de dezembro de 2023). (b) Conta reserva: Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a controlada Concessionária Ecovias do Araguaia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária sendo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, sendo esta conta utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R$1.072.617, cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro Nacional, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da controlada. Em 26 de agosto de 2022, a controlada Ecovias do Araguaia, em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - "ANTT", assinou com o Banco Bradesco S.A., o contrato de prestação de serviços de depositário, no qual foram definidos os termos para as alocações das "Contas Vinculadas", de acordo com o Contrato de Concessão. A conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. Adicionalmente, conforme clausula 11 do contrato de concessão é realizada a retenção sobre a receita bruta auferida, para utilização em eventuais futuros reequilíbrios contratuais, dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão, e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão. A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	1.302.090	1.124.682
Custo (Nota 22)	14.254	12.532
Retenção sobre tarifa	62.334	58.465
Rendimento de aplicação conta reserva (líquido IRRF_IOF)	118.782	118.897
Reembolso DUF ANTT	(7.696)	-
Pagamento do principal	(14.210)	(12.486)
Saldo no fim do exercício	1.475.554	1.302.090

18.1 Informações sobre o Contrato de Concessão: Contratante: União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Data da assinatura: 29 de setembro de 2021 (início do prazo da concessão em 08 de outubro de 2021, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens). Valor da outorga: R$1.430.120 sendo (i) R$357.503, pagos em 1 parcela à vista antecipadamente à assinatura do contrato; e (ii) R$1.072.617, valor alocado na Conta Aporte, que possui a função de garantir a sustentabilidade econômico-financeira da Concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto de Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados). Objeto da Concessão: Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO, composto pelos trechos da (i) BR-153/TO/GO, de 624,1 km, entre o entroncamento com a TO-070 (Aliança do Tocantins) até o entroncamento com a BR-060 (Anápolis); (ii) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-080/GO-230(A)/324 (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153/GO-222/330 (Anápolis); (iii) BR-080/GO, de 87 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230(B) (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153(A)/GO-342(B), mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. Índice de reajuste: IPC-A. Data de reajuste: 03 de outubro de cada ano. Prazo de vigência: 08 de outubro de 2056. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, somente diante de situações extraordinárias, a critério exclusivo do poder concedente, por no máximo 5 (cinco) anos, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de caso furtuito, força maior, fato da administração ou fato do príncipe. Nos casos em que houver estudo ou licitação em andamento para substituição de contrato em vigor e não haja tempo hábil para que o vencedor do certame assuma o objeto do Contrato, o prazo de vigência poderá ser estendido nos termos da legislação, a fim de que não haja descontinuidade na prestação do serviço. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. Recursos vinculados: Conforme cláusula 11 do Contrato de Concessão, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora e da Conta de Aporte para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial; (ii) compensações decorrentes do acionamento ao Mecanismo de Mitigação; (iii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente; (iv) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; e (v) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão. Será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a (i) 3% (três por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e (ii) 7% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Casos de extinção: Conforme cláusula 30 do Contrato de Concessão,

continua ...

D4Sign 9dd8550e-461c-4d54-baca-a89d62dfaa64 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a receita e o custo de construção totalizaram R$413.233 (R$410.310 em 31 de dezembro de 2023), não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do contrato de concessão. A Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão. A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2024, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	Previsão até o fim da concessão	
	31/12/2024	**31/12/2023**
Natureza dos custos		
Melhorias na infraestrutura	3.768.317	3.757.420
Conservação especial (manutenção)	3.323.009	3.389.625
Equipamentos	485.681	559.972
Total	7.577.007	7.707.017

Seguros contratados: A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2024, as principais apólices e coberturas são como segue:

Natureza	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Operações	01/01/2026	Pottencial	482.361
			482.361

19. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

19.1. Causas prováveis: Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	311	-	311
(+) Complemento de provisão	788	30	818
(-) Pagamentos	(729)	(18)	(747)
(+) Atualização monetária	130	2	132
Saldos em 31 de dezembro de 2024	500	14	514
	Cíveis (a)	**Trabalhistas (b)**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2023	-	-	-
(+) Complemento de provisão	278	1	278
(-) Pagamentos	(28)	(1)	(28)
(+) Atualização monetária	61	-	61
Saldos em 31 de dezembro de 2023	311	-	311

(a) Processos cíveis: O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de responsabilidade civil ocorridos nas rodovias, não existindo processos de valor individual relevante. (b) Processos trabalhistas: O valor provisionado corresponde principalmente a reclamações trabalhistas com pedidos de pagamento de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. 19.2. Causas possíveis: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia era parte em outros processos cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perda para a Companhia avaliados como possíveis, portanto, sem a constituição de provisão, conforme demonstrado abaixo, não existindo processo de valor individual relevante.

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	27.320	1.769
Trabalhistas	2.070	610
	29.390	2.379

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. Capital Social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R$1.922.551, representados por 1.922.550.917 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes a Holding do Araguaia S.A. 20.2. Reserva legal: É constituída com base em 5% do lucro líquido ajustado do exercício, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo é de R$18.888 (R$10.411 em 31 de dezembro de 2023). 20.3. Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital: Constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 27, parágrafo primeiro, inciso IV da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022. O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2024 é de R$66.536 (R$0 em 31 de dezembro de 2023). O montante de R$66.536 constituído com base no resultado de 31 de dezembro de 2024, será referendado na Assembleia Geral Ordinária que será convocada pela administração para os primeiros quatro meses de 2025. 20.4. Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram pagos R$203.006 à título de dividendos e juros sobre o capital próprio. O saldo de R$8.696, registrado na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar", refere-se ao saldo remanescente de juros sobre o capital próprio do exercício de 2024. A Companhia tem expectativa de realizar o pagamento até 31 de dezembro de 2025. O cálculo da distribuição do resultado é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	169.542	188.781
Reserva legal (5%)	(8.477)	(9.439)
Base de cálculo dos dividendos	161.065	179.342
Proposta da Administração:		
Juros sobre capital próprio	(66.705)	(29.686)
Dividendos intermediários pagos	(27.824)	(57.716)
Orçamento de capital	(66.536)	-
Dividendos adicionais propostos	-	(91.940)

21. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2024	31/12/2023
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	54.354	82.053
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	390.209	331.526
Vale-pedágio	121.838	100.464
Outras	4.923	6.531
	571.324	520.574
Receita de construção (b)	413.233	410.310
Receitas acessórias (c)	143	75
Receita bruta	413.376	410.385
Receita bruta	984.700	930.959
Deduções de receita bruta	(47.135)	(42.915)
Receita líquida	937.565	888.044

	31/12/2024	31/12/2023
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	571.324	520.574
Receitas acessórias	143	75
	571.467	520.649
Deduções		
COFINS (3%)	(17.144)	(15.620)
PIS (0,65%)	(3.715)	(3.384)
ISS (2% a 5%)	(26.116)	(23.705)
Abatimentos	(160)	(206)
	(47.135)	(42.915)

(a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. Dentre os valores de receita de pedágio por equipamento eletrônico, R$5.027 em 31 de dezembro de 2024, (R$4.002 em 31 de dezembro de 2023), representam os valores a receber relacionados ao Desconto do Usuário Frequente (DUF). De acordo com a cláusula 18.4.2 do Contrato de Concessão, "A Concessionária será compensada anualmente, no âmbito da Revisão Ordinária, pela variação da Receita Tarifária decorrente da aplicação do Desconto de Usuário Frequente por meio de Notificação de Compensação de Desconto de Usuário Frequente. Os referidos valores estão contabilizados na rubrica "Desconto de Usuário Frequente - ANTT" no ativo não circulante. (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos. (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	31.114	29.358
Conservação e manutenção e outros	31.136	22.914
Serviços de terceiros (a)	52.652	50.201
Seguros	1.785	1.688
Poder concedente (Nota 18)	14.254	12.532
Custo de construção de obras	413.233	410.310
Depreciações e amortizações (Notas 10 e 11)	80.657	60.828
Locação de imóveis e máquinas	716	233
Outros custos e despesas operacionais	14.228	11.608
	639.775	599.672
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	618.391	575.039
Despesas gerais e administrativas	21.384	24.633
	639.775	599.672

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	37.968	28.457
Outras receitas financeiras	3	377
	37.971	28.834
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures (Nota 14)	(42.658)	(40.174)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 13)	(45.775)	(9.137)
Variação monetária sobre debêntures (Nota 14)	(30.646)	(28.068)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos (Nota 13)	(18.458)	(2.678)
Amortização de custo com emissão de debêntures (Nota 14)	(1.678)	(854)
Ajuste a valor presente sobre provisão para construção de obras (Nota 17)	615	(1.253)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 19)	(132)	(61)
Juros sobre arrendamentos - CPC06 (R2) (Nota 15)	(2.475)	(1.674)
Juros Capitalizados	36.765	45.296
Outras despesas financeiras	(9.196)	(7.342)
	(113.638)	(45.945)
Resultado financeiro, líquido	(75.667)	(17.111)

24. LUCRO POR AÇÃO

24.1. Lucro básico: O lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	169.542	188.781
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	1.922.551	1.922.551
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,09	0,10

24.2. Lucro diluído por ação: A Companhia não possui dívida conversível em ações, dessa forma, não há diferença do Lucro Básico apresentado acima.

25. GERENCIAMENTO DE RISCO

Gestão de capital: O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados. Índice de endividamento

	31/12/2024	31/12/2023
Dívida (a)	1.561.434	1.139.032
Disponibilidade (b)	(272.544)	(404.870)
Dívida líquida	1.288.890	734.162
Patrimônio líquido (c)	2.007.975	2.024.902
Índice de endividamento líquido	0,64	0,36

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento, circulante e não circulante, conforme detalhado nas Notas 13, 14 e 15; (b) Disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - conta reserva, circulante e não circulante, conforme detalhado nas Notas 5 e 7; (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. Considerações gerais: • A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa e certificado de depósito bancário (CDB), remunerados a taxa média ponderada de 98,4% do CDI em 31 dezembro 2024 (99,9% do CDI em 31 dezembro 2023), refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. • Clientes e Fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com poder concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado. Valor justo de ativos e passivos financeiros: Em 31 de dezembro de 2024, não houve alterações significativas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2024 são como segue:

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	177.192	177.192
Clientes (b)	34.439	34.439
Aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva (a)	200.694	200.694
Passivos:		
Fornecedores (b)	42.760	42.760
Risco Sacado (b)	588	588
Empréstimos e financiamentos (c)	866.843	849.744
Debêntures (c)	655.703	607.183
Passivo de arrendamento (d)	38.888	44.254

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas de "Clientes", "Fornecedores" e "Risco Sacado" possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. (c) As obrigações com empréstimos, financiamentos e debêntures, estão registradas ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. Gestão de riscos: A estratégia de gestão de riscos envolve quatro linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Insegurança regulatória e política do contrato de concessão, rentabilidade dos ativos e vulnerabilidades climáticas;
Operacional	Concorrência nas áreas de concessão, segurança ou interdição de infraestrutura existente, cibersegurança e paralização dos sistemas de infraestrutura críticos, capital humano, gestão da cadeia de suprimentos e subcontratados, cumprimento dos contratos de concessão e segurança viária;
Financeiro	Risco de mercado, crédito, premissas e estimativas contábeis e de planejamento financeiro; e
Compliance	Corrupção, fraude, integridade e não conformidade com regulamentações do setor;

No Grupo EcoRodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo EcoRodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: A Gestão Holística - Nível Macro - tem caráter eminentemente estratégico, pois está intrinsicamente ligada a questões como missão, visão e objetivos empresariais, ambiente regulatório e competitivo, e capacidade financeira, visando também a compreensão integral dos riscos: considera o potencial impacto de todos os tipos de riscos sobre todos os processos, atividades, stakeholders, produtos e serviços; A Gestão Individualizada - Nível Micro - contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de riscos, principalmente vinculados aos processos da organização; Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Conformidade Legal, Socioambiental, Reputacional e Impacto Econômico. No Grupo EcoRodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo: a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros. (i) Risco de taxa de juros: O risco de taxas de juros e inflação da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A Companhia está exposta as principais variações: • Taxas de Inflação: Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relacionado às emissões de debêntures, empréstimos e financiamentos e reajuste tarifário; • Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relacionado às aplicações financeiras relativas à excedente de caixa investidos em títulos e valores mobiliários indexados em CDI da Companhia; e A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia incorre em perdas financeiras decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco "rating" de no mínimo AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R$22.312 (R$22.805 em 31 de dezembro de 2023), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica "Contas a receber". c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de debêntures que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
Debêntures	43.384	50.556	57.712	2.565.664
BNDES	49.120	56.078	56.120	1.357.974
BASA	19.166	23.895	23.229	303.794
Passivo de arrendamento	13.529	12.073	12.020	6.632
	125.199	142.602	149.081	4.234.064

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do IPCA, principais indicadores das aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia:

		Juros a incorrer		
Operação	Risco	Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Juros de aplicações financeiras	Alta do CDI (a)	33.287	41.608	49.930
Empréstimos e financiamentos	Alta do IPCA (b)	(63.852)	(77.151)	(90.450)
Juros sobre debêntures	Alta do IPCA (b)	(64.237)	(65.249)	(66.267)
Juros a incorrer, líquidos		(94.802)	(100.792)	(106.787)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses. As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	14,90%	18,63%	22,35%
IPCA (b)	4,43%	5,53%	6,64%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados - Dezembro de 2024

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

26. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

26.1. Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5. 26.2. Informações suplementares: As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. 26.3. Transação que não envolvem caixa: No período findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou as atividades abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2024	31/12/2023
Direito de uso - CPC06 (R2) - adição	13.306	7.243
Direito de uso - CPC06 (R2) - baixa	(378)	-
Outros créditos - Conta reserva	173.420	177.362

27. FORNECEDORES - RISCO SACADO

A Companhia mantém convênio com o Banco Bradesco para estruturar a operação de antecipação de recebíveis com seus principais fornecedores. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Banco Bradesco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação e a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Demonstrações Financeiras, no passivo circulante, com a nomenclatura "Risco Sacado" logo abaixo da rubrica "Fornecedores". Em 31 de dezembro de 2024, o valor é de R$588 (R$0 em 31 de dezembro de 2023). Os pagamentos totais efetuados pelas instituições financeiras aos fornecedores que participam do acordo de financiamento de fornecedor - risco sacad0, em 2024, foram de R$3.328 (em 2023, R$5.139).

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas à exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos
MARCELLO GUIDOTTI (Presidente do CA)
ROBERTO BORGES PAIVA
MAURO OLIVEIRA DIAS
DANILLO DE MATOS MARCONDES
RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES

Membros Suplentes
DANI AJBESZYC

DIRETORIA

Diretor Presidente - **RUI JUAREZ KLEIN**
Diretor Superintendente - **SIDNEY VILAR RODRIGUES FILHO**

Contador: **HUGO RAFAEL MITZ**
CRC 1PR050369/O-4 'T' GO

continua ...

D4Sign 9dd8550e-461c-4d54-baca-a89d62dfaa64 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Assuntos
Porque é um PAA?
Como o assunto foi conduzido

Porque é um PAA	**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**
Reconhecimento de receita com arrecadação de pedágio (Nota 3.6 e 21)	
A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia. Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.
Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3.2 e 11)	
Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R$ 3.092.780 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.	Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração. Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos. Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2025

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 2

Com adicionais, valor médio do benefício está em R$ 668,65

Agência Brasil

A Caixa Econômica Federal paga nesta quarta-feira (19) a parcela de março do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 2.

O valor mínimo corresponde a R$ 600, mas, com o novo adicional, o valor médio do benefício sobe para R$ 668,65. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês, o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 20,5 milhões de famílias, com gasto de R$ 13,7 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R$ 50 a mães de bebês de até 6 meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

Os beneficiários de 550 cidades receberam o pagamento na terça-feira (18), independentemente do NIS. A medida beneficiou moradores do Rio Grande do Sul, afetados por enchentes no ano passado, e de mais nove estados, afetados por chuvas ou por estiagens ou com povos indígenas em situação de vulnerabilidade. A lista dos municípios está disponível na página do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social.

Desde o ano passado, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).



Para essas famílias, o benefício médio ficou em R$ 367,39.

Regra de proteção

Cerca de 3,11 milhões de famílias estão na regra de proteção em março. Em vigor desde junho de 2023, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo.

Para essas famílias, o benefício médio ficou em R$ 367,39.

Auxílio Gás

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em abril.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

D4Sign 9dd8550e-461c-4d54-baca-a89d62dfaa64 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



8 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 19 de March de 2025, 08:53:03



ECOVIAS DIGITAL pdf
Código do documento 9dd8550e-461c-4d54-baca-a89d62dfaa64



Assinaturas



Júlio Nasser Custódio dos Santos
diariodamanha@dm.com.br
Assinou

Júlio Nasser Custódio dos Santos

Eventos do documento

19 Mar 2025, 08:52:30
Documento 9dd8550e-461c-4d54-baca-a89d62dfaa64 **criado** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email:diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2025-03-19T08:52:30-03:00

19 Mar 2025, 08:52:43
Assinaturas **iniciadas** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email: diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2025-03-19T08:52:43-03:00

19 Mar 2025, 08:52:54
JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS **Assinou** (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3) - Email: diariodamanha@dm.com.br - IP: 177.223.41.117 (177-223-41-117.linqtelecom.com.br porta: 14108) - Geolocalização: -16.6499111 -49.223088 - Documento de identificação informado: 234.271.401-72 - DATE_ATOM: 2025-03-19T08:52:54-03:00

Hash do documento original
(SHA256):328a017a5fc7d14f8b3796588866a8961aa11fb828ae535aded22e74ab7cc932
(SHA512):1dcb3fca383fa8c39d438543d6a80f8684571f5e4f5d932390059f1a2ef4b8ab0aa3c8fd3e89dcf98191a386b8e9639b3a5bc6e5856acb429def8b82460f17c4

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

ICP Brasil

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign
Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL
Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

OPINIÃO PÚBLICA

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus **autores** e não refletem a opinião do veículo **Jornal Diário da Manhã**

Três vultos de Goiás seguem para o panteão da imortalidade



ABILIO WOLNEY

Juíz de Direito

ESPECIAL PARA O **OPINIÃO PÚBLICA**

Emílio Vieira das Neves: O Etrusco de Posse

Emílio Vieira das Neves, escritor, professor e membro da Academia Goiana de Letras, faleceu em 6 de outubro de 2024, deixando um vasto legado cultural e acadêmico. Nascido em 5 de agosto de 1944, em Posse, Goiás, Emílio formou-se em Direito e Letras, com especializações em Direito Processual Civil e Teoria da Literatura. Sua produção literária, com obras como Ponto Lua (1966) e Paráfrase do Tempo (1987), o consagrou como um dos principais nomes da literatura goiana.

Como acadêmico da Academia Goiana de Letras, ocupou a cadeira nº 27 e contribuiu para a reflexão sobre a cultura goiana, especialmente a região do Leste do Estado. Sua escrita, influenciada pelo movimento concretista, focava em questões existenciais e na realidade cotidiana, o que o tornou uma das vozes mais expressivas da literatura goiana. Também escreveu sobre Doutrina Espírita Cristã, influenciado por suas crenças e sua visão filosófica.

Emílio Vieira, conhecido como "O Etrusco", por sua relação com a Itália, era admirado por sua dedicação à literatura e à educação. Em seus últimos anos, ele viveu em sua residência em Goiânia, rodeado por livros e arte, e compartilhava com seus amigos e familiares reflexões profundas sobre a vida e a morte, deixando um legado que transcende suas publicações.

Gilberto Mendonça Teles: O Tribuno do Cerrado

Gilberto Mendonça Teles, poeta e membro da Academia Goiana de Letras, faleceu em 4 de dezembro de 2024, aos 93 anos, no Rio de Janeiro. Nascido em Bela Vista de Goiás (1931), Gilberto foi uma figura central na literatura e cultura goiana, sendo respeitado tanto no Brasil quanto no exterior. Após completar seus estudos em Goiás e na Universidade Católica de Goiás, obteve uma bolsa para estudar Língua Portuguesa na Universidade de Coimbra, em Portugal. Sua trajetória acadêmica o levou a lecionar em universidades brasileiras e internacionais, incluindo instituições nos Estados Unidos e Europa.

Sua produção poética, que inclui livros como Alvorada Goiânia (1955) e Arte de Armar (1977), é reconhecida pela profundidade e inovação. Gilberto também se destacou como crítico literário, estudando a obra de Carlos Drummond de Andrade e o movimento modernista. Recebeu o Prêmio Machado de Assis em 1989, pelo conjunto de sua obra, consolidando-se como um dos principais nomes da literatura brasileira.

Gilberto Mendonça Teles se tornou uma referência para as gerações seguintes, tanto pela sua produção literária quanto pelo seu trabalho como educador. Sua obra poética e sua dedicação à educação e à cultura nacional o tornaram uma figura admirada, não só em Goiás, mas em todo o Brasil.

Martiniano José da Silva: O Guardião da Negritude

Martiniano José da Silva, nascido em 1942, em Poço da Pedra, Bahia, foi advogado, historiador e escritor, com uma obra focada na valorização da cultura afro-brasileira e na luta contra o racismo. Membro da Academia Goiana de Letras, da Academia Mineirense de Letras e de outros importantes institutos históricos, Martiniano produziu obras como Sombra dos Quilombos (1974) e Racismo à Brasileira: Raízes Históricas (1985), abordando temas históricos e culturais do Brasil Central.

Ao longo de sua vida, Martiniano se destacou como defensor da cultura negra e da luta contra o racismo, sendo um dos pioneiros na literatura e na história da resistência afro-brasileira. Sua morte no final de 2024 coincidiu com a homenagem da Academia Goiana de Letras, que dedicou o ano a ele, celebrando sua contribuição literária e histórica. Durante esse período, diversas atividades, como exposições e palestras, foram realizadas para ressaltar seu impacto cultural.

O escritor também desempenhou papel fundamental na trajetória de muitos, incluindo o autor deste texto, que foi incentivado por Martiniano na sua eleição para a Academia Goiana de Letras. Sua amizade e diplomacia foram essenciais para essa vitória. Martiniano, com sua obra e ações, deixa um legado indelével na literatura brasileira, especialmente no movimento afro-brasileiro, que ele tanto defendeu.

Enfim, Emílio Vieira das Neves, Gilberto Mendonça Teles e Martiniano José da Silva, figuras proeminentes da literatura e cultura de Goiás, faleceram em 2024, mas seus legados permanecem vivos. Cada um, com suas obras e suas contribuições, deixou uma marca profunda na literatura goiana e brasileira. Seja pela poesia, pela crítica literária ou pela valorização da cultura afro-brasileira, esses escritores transcenderam suas vidas e continuarão a inspirar futuras gerações de leitores e estudiosos. Seus legados não se limitam a suas palavras, mas se expandem na memória daqueles que tiveram o privilégio de conhecer seus pensamentos, suas obras e suas vidas.

A educação ambiental e a política pública de assistência social



ALEXANDRA MACHADO

Assistente social, servidora municipal

ESPECIAL PARA O **OPINIÃO PÚBLICA**

O trabalho a ser desenvolvido pela assistência social precisa, cada vez mais, promover a cidadania no exercício da democracia e da participação social, trabalhando além das necessidades materiais, do assistencialismo e do imediatismo.

Os programas sociais atuais perpetuam a dependência das pessoas e oneram o Estado sem promover o desenvolvimento social, revelando uma visão instantânea, reduzida dos fatos. As políticas públicas não podem mais se dar de forma isolada, mas em conexões entre o social, o econômico e o ambiental.

Embora os governos e até a população estejam informados e sensibilizados com a problemática ambiental, gastam a maior parte dos recursos disponíveis resolvendo problemas ao invés de preveni-los.

Consta que é de interesse comum a todos, o avançar da educação ambiental, uma vez que este tema permeia a contemporaneidade. É notório que a qualidade de vida no mundo inteiro vem sendo comprometida pela degradação do meio ambiente, lembrando que na natureza, um desequilíbrio afeta toda a cadeia ecológica; é o efeito borboleta. A cada dia é mais importante "pensar no global e agir no local".

Educação patrimonial, bueiros de esgoto pluvial entupidos, lixo jogado nas ruas, depredação de parques, prédios diversos e escolas públicas, dejetos humanos e de animais domésticos pelas calçadas, uso racional da água, coleta seletiva e reciclagem de lixo, são algumas questões que precisam ser trabalhadas nas comunidades através do repasse de informações e de reflexões acerca da relação entre a preservação do meio ambiente e o dia a dia, elencando propostas que vislumbrem um trabalho ousado de intervenção social, buscando cada cidadão à consciência de que o ser humano é o único ser capaz de planejar a sua existência, superar, criar, optar, refazer de modo diferente, construir – nunca sozinho.

Através dos Centros de Referência em Assistência Social – CRAS em parcerias com a sociedade civil, particularmente, associações de moradores, comerciantes, ong's e og's, pode-se realizar atividades intersetoriais educativas, de forma prática mas lúdica, em escolas e portas de escolas, postos de saúde, praças públicas, parques, feiras, no comércio e em clínicas médicas e hospitais e na região central da cidade, utilizando para a sensibilização, recursos como o teatro de intervenção e a panfletagem, com marca-páginas sugestivos, adesivos para carro, jornaizinhos ou boletins informativos e carros de som, desenvolvendo o senso de continuidade histórica, através do conhecimento da realidade, da projeção do futuro, do estabelecimento de vínculos e da responsabilidade social.

Usar as duas faces do papel, revisar textos na tela do computador, deixar de varrer chão com vassoura hidráulica (mangueira), fechar a torneira enquanto se faz barba e se escova dentes, aproveitar a água da máquina de lavar roupas, sanar vazamentos em torneiras, encanamentos e válvulas de descarga e não demorar mais que 10 minutos no banho, são atitudes simples, mas heroicas nestes tempos e devem ser estimuladas, pois, enquanto a progressão das glaciações e interglaciações ocorreu em séculos, o ritmo de mudanças climáticas está previsto numa escala de décadas, uma vez que o aquecimento global associado às atividades humanas, vem acelerando este processo.

Outra questão importante é o consumo sustentável, até para que se evite a formação de lixo. "Comprar de forma compulsiva prejudica o futuro do planeta".

A definição, com cada comunidade, de uma agenda ambiental que exercite reflexão e ação através de atividades de relevância social que ampliam o bem estar e o pensar coletivo, é por si só um exercício de cidadania. Gincanas, concursos, passeios, seminários e oficinas diversas podem ser realizadas em nome da consciência ambiental!